

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO

LUCIANO OLIVA PATRÍCIO

FECUNDIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL NO SUL E NO SUDESTE DO BRASIL:
TRÊS DÉCADAS DE PARADOXOS E IMBRICAÇÕES

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Demografia do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob a
orientação da Prof^a. Dr^a. Elisabete Dória Bilac.

Campinas, SP
IFCH/Unicamp
Fevereiro de 2012

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Patricio, Luciano Oliva, 1961-

P274f Fecundidade e educação infantil no sul e no sudeste do
Brasil : três décadas de paradoxos e imbricações / Luciano
Oliva Patricio. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012

Orientador: Elisabete Dória Bilac
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Fecundidade. 2. Creches - Brasil. 3. Paradoxo.
4. Educação de crianças. I. Bilac, Elisabete Dória.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Fertility and early childhood education in Brazil's South
and Southeast regions: three decades of paradox and imbrications

Palavras-chave em inglês: Fertility

Day care centers Paradox

Early childhood education

Área de concentração: Demografia **Titulação:** Mestre em
Demografia

Banca examinadora:

Elisabete Dória Bilac [Orientador]

Tirza Aidar

José Irineu Rigotti

Data da defesa: 15-02-2012

Programa de Pós-Graduação: Demografia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FECUNDIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL NO SUL E NO SUDESTE
DO BRASIL - TRÊS DÉCADAS DE PARADOXOS E IMBRICAÇÕES.

LUCIANO OLIVA PATRICIO

Dissertação de Mestrado em Demografia
apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual
de Campinas -UNICAMP, sob a orientação
da Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac.

Este exemplar corresponde à
redação final defendida e aprovada
em, 15/02/2012.

Banca:


Profa Dra Elisabete Dória Bilac


Profa Dra Tírza Aidar


Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha - suplente
Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi - suplente

CAMPINAS/2012

RESUMO

Entre 1980 e 2010 o Brasil vivenciou um processo de rápido e intenso declínio das taxas de fecundidade. De uma média de 4,3 filhos por mulher no início do período, as taxas recuaram para próximo de 2,0 em 2000, e para bem abaixo disto no final da primeira década do século XXI. Nesta última década, a educação infantil, que na etapa de creche era praticamente inexistente, registrou crescimento expressivo, porém assimétrico, em todo o país. Não deixa de ser paradoxal que a etapa inicial do processo de educação só tenha se tornado importante quando a participação das crianças de 0 a 3 anos na população já se reduzira de forma significativa em todos os municípios do país. Este trabalho aborda este paradoxo, e busca conhecer as imbricações entre a queda da fecundidade e a expansão da educação infantil nos maiores municípios das regiões Sul e Sudeste do Brasil. A pergunta chave é “por que tivemos pouca creche quando tínhamos muitas crianças e só viemos a ter mais creches quanto já não temos tantas crianças?” Para tanto, analisam-se os dois processos à luz da literatura internacional e brasileira, e propõe-se um modelo explicativo baseado na combinação do esgotamento dos arranjos privados de cuidado infantil com o aumento da capacidade de financiamento das creches, proporcionado justamente pelo alívio da pressão demográfica sobre os orçamentos familiares e as redes de ensino.

Palavra-Chave:

Fecundidade, Educação Infantil, Creche, Paradoxo.

ABSTRACT

From 1980 to 2010 Brazil experienced a steep decline in fertility rates. From an average of 4.3 children per woman at the beginning of the period, by the year 2000 the rate had dropped to nearly 2.0 and to well below this at the end of the 21st Century's first decade. During the last decade, early childhood education, until then nonexistent, registered impressive but skewed growth throughout the country. In what seems to be a paradox, early childhood education only became important when the proportion of children below 3 years of age with respect to the whole population had already dropped considerably in all of the country's municipalities. This paper addresses this paradox and endeavors to identify the mutual relationships between fertility rate decline and the growth of early child education in the largest cities of Brazil's South and Southeast regions. The key question is "Why did Brazil have a small number of early age schools while the infant/toddler population was large and why did the number of such establishments increase after the decline in the number of infants and toddlers?". To address this question, both trends were analyzed from the viewpoints of international and Brazilian literature and an explanation model is being proposed, based on both the exhaustion of the former private solutions in child care and the increase in the availability of monies to maintain early childhood education, which only became possible with the relief of the demographic pressure on family budgets and on education networks.

Keyword:

Fertility, early childhood education, Crèche, Paradox.

APRESENTAÇÃO

Algumas dissertações começam pela apresentação do autor, muitas pelos agradecimentos, e outras tantas pela dedicatória.

Tentarei juntar tudo isto nestas três páginas. Além do esforço de síntese, enfrentarei a dificuldade de escrever em primeira pessoa, técnica que meus vinte anos de governo me fizeram praticamente esquecer.

Sou engenheiro de formação, egresso da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP no já distante ano de 1986, mas não cheguei a exercer a profissão. Em 1988, ingressei no serviço público federal, na Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, à qual pertença até hoje.

Em vinte anos de Brasília, trabalhei nos três poderes da República, mas foi no Executivo que passei mais tempo e espero ter deixado a maior contribuição. Poucos haverão de se lembrar os muitos nomes que os ministérios já tiveram de 1990 para cá. Portanto me referirei aos nomes atuais. Por ordem de tempo de permanência, trabalhei no Ministério da Educação, no da Fazenda, no da Previdência Social, no do Planejamento, Orçamento e Gestão, e no do Trabalho. Com exceção do último, que foi o primeiro, ocupei cargos importantes em todos. Fui Secretário Executivo na Educação e na Previdência, Secretário Executivo Adjunto no Planejamento, e Subsecretário na Fazenda. Atravessei os governos Itamar Franco, Fernando Henrique e Lula, sempre nos escalões superiores. Quisera ter o talento de Umberto Eco para contar o que vivi num livro que alguém lesse.

Estive às voltas com questões demográficas sem ter aprendido as técnicas. Convivi com autores importantes para a área sem ter a mínima idéia de que algum dia iria ler e entender melhor os seus escritos que suas opiniões expressas verbalmente. Em ordem alfabética, para evitar hierarquizações, cito Carlos Américo Pacheco, Eunice Durhan, Paulo Paiva, Ruth Cardoso e Vilmar Faria. Os três últimos foram referências importantes nesta dissertação.

Ajudei a formular três propostas de reforma da Previdência, tão necessárias em face do envelhecimento da população. Empenhei-me para evitar que entrasse em insolvência muito antes da hora por excesso de gastos. Trabalhei na regulamentação da Lei

Orgânica da Assistência Social¹, e esgotei sem sucesso todo o arsenal de argumentos contra a redução do limite de idade de 70 para 65 anos para a concessão do benefício de um salário mínimo vitalício desvinculado de contribuição pretérita.

Em 2001, quando uma chuva de R\$ 500 milhões caiu no orçamento do Ministério da Educação e permitiu a criação do Programa Bolsa Escola, coube-me encontrar a forma de organizar uma operação que viabilizasse o lançamento em fevereiro, a entrega do primeiro cartão de benefício em maio, e a inclusão de quase todos os municípios brasileiros até o final daquele ano. Às voltas com a preocupação de evitar que o custo administrativo engolisse uma parcela muito substancial do orçamento do programa, e com a dificuldade de concatenar os esforços de 5.561 municípios para que cada um criasse um programa de garantia de renda mínima associado a ações sócio-educativas, prestei pouca atenção a um debate que hoje veria como central: O pagamento de um benefício por criança estimularia o aumento da fecundidade entre os mais pobres? Na época o Professor Vilmar Faria afirmou que não havia o menor perigo, pois a alta fecundidade era coisa do passado e não voltaria. Mesmo assim, o Ministro Paulo Renato Sousa, economista e ex-Reitor da Unicamp, preferiu colocar um limite de três benefícios por família. Este limite não foi questionado nem pelos outros ministérios envolvidos nem pelo Congresso Nacional quando da tramitação da Medida Provisória que criou o programa.

Depois de tanto tangenciar a demografia no meu trabalho de formulação, avaliação e implementação de políticas públicas, decidi buscar na universidade o ferramental teórico para melhor desempenhar as minhas funções no governo. Espero também ter contribuído de alguma forma para o programa.

Não foi nem de longe tão fácil como eu supunha. Muitas leituras sociológicas, de difícil assimilação pela minha lógica de engenheiro transformado em economista do governo, muitas contas com vários resultados possíveis, muitas perguntas e poucas respostas conclusivas. Ser pai de uma filha encantadora me fez ver com outros olhos as questões de gênero, tão caras às minhas professoras e às minhas colegas. No fim levarei boas lembranças de todas.

¹ Lei nº 8.742, de 1993, que regulamenta o Art. 203 da Constituição, e garante o benefício de um salário mínimo à pessoa idosa ou deficiente que não possa prover seu próprio sustento.

Em 2011 padeci da “síndrome do excesso de donas”. Em casa, mandavam a minha esposa Maria Helena e a Letícia, não necessariamente nesta ordem. No governo, do qual estou licenciado mas ainda faço parte, estou formalmente subordinado à Presidente da República, à Ministra do Planejamento, à Secretária Executiva do Ministério e à Secretária de Gestão. Vinha para a Unicamp e tinha que prestar contas às Professoras Tirza e Marta nos seminários de dissertação. Só mesmo a Professora Elisabete Bilac, minha orientadora, para me ajudar a entender tantas mulheres.

Fora da Unicamp, dois grandes amigos e companheiros de governo, ambos doutores em Administração Pública, forneceram-me o combustível mental para persistir até o fim da empreitada. Por ordem alfabética, Francisco Gaetani, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, e Luiz Alberto dos Santos, Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, compartilharam comigo parte das angústias que viveram em seus próprios programas de doutorado, um na Inglaterra, o outro na UnB. Ambos ajudaram-me a compreender que as dores do aprendizado são como as do crescimento. Eu já ouvira isto de outras bocas em mais de uma oportunidade, mas não havia internalizado.

Num texto de Szmrecsányi (1999), que li logo no início do primeiro semestre, descobri que o astrônomo Edmond Halley, patrono do mais famoso dos cometas, foi um dos primeiros a formular modelos de projeção populacional. Relendo-o quase por acaso, ocorreu-me buscar na história da astronomia o consolo para as minhas agruras com a abundância de perguntas e a escassez de respostas definitivas na Demografia.

O astrônomo dinamarquês Tycho Brahe viveu no século XVI, e dedicou mais de 20 anos de sua vida a observar e anotar metodicamente a posição do Planeta Marte no céu. Acreditava num modelo celestial onde o Sol girava em torno da Terra e os outros planetas em torno do Sol. Marte era a peça que não se encaixava. Tycho Brahe morreu em 1601. Visitei seu túmulo e seu último observatório em Praga e saí extasiado com sua persistência e sua precisão. Johannes Kepler, matemático alemão que trabalhara por anos como seu auxiliar, utilizou seus registros e deduziu as leis que governam o movimento do sistema solar heliocêntrico.

Jamais tive a pretensão de me tornar um Kepler da Demografia, deduzindo dos dados dos Censos a equação definitiva, mas creio que a obstinação de Tycho Brahe pela precisão nas observações e no registro delas é algo essencial a qualquer ciência.

Foi esta crença que me moveu ao longo destes dois anos de convivência com tantas sociólogas e antropólogas, e sobretudo na elaboração desta dissertação.

Termino com a convicção de ter aplicado corretamente todo o ferramental analítico aprendido no entendimento da questão proposta. Por contingências profissionais, não a retomarei num doutorado como é praxe na academia. Sinto-me como o surfista que sai do mar justamente quando a melhor onda está por vir. Dentro de poucas semanas teremos os micro-dados da amostra do Censo de 2010, e enormes possibilidades de desenvolver trabalhos mais ricos e detalhados. Ficarei feliz se o que escrevi ou as contas que fiz vierem a inspirar um futuro demógrafo a ir mais longe.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - FECUNDIDADE EM RETRAÇÃO, EDUCAÇÃO INFANTIL EM EXPANSÃO: ATALHOS E PARADOXOS	8
1.1. Transição Demográfica no Mundo: uma ou duas?	11
1.2. Transição Demográfica no Brasil: cem anos em trinta.....	26
CAPÍTULO II - MULHERES NO TRABALHO, CRIANÇAS NA ESCOLA: A TRANSIÇÃO IMPERFEITA	35
2.1. O Estado que manda	38
2.2. O Estado que faz.....	40
2.3. Educação infantil no Brasil: do fim para o começo	42
2.3.1. Primeiro os mais velhos	46
2.3.2. A expansão das creches: lenta, gradual e desigual.....	49
2.4. O paradoxo inescapável	52
2.4.1. Da porta de casa para dentro.....	55
2.4.2. De necessidade a demanda.....	57
2.5. Amarrando as pontas	60
CAPÍTULO III - O QUE OS NÚMEROS DIZEM DAS LETRAS	63
3.1. Delimitação do universo de análise	63
3.2. Enunciado das hipóteses de trabalho	67
3.3. Variáveis de interesse e fontes de dados.....	68
3.3.1. Trajetórias de fecundidade	68
3.3.2. Trajetórias de ocupação feminina.....	71
3.3.3. Trajetórias de composição domiciliar.....	74
3.3.4. Proporções de matrículas no ensino fundamental e em creches pela população do município	75
3.3.5. Trajetórias de frequência à creche	76
CAPÍTULO IV - DE EXCEÇÃO A REGRA; DE MODA A EXTRAVAGÂNCIA	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
APÊNDICE. TABELAS DE DADOS DETALHADOS POR MUNICÍPIOS	96

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

TABELA 1 - Trabalho e contribuição para instituto de previdência social na semana de referência, por sexo e grupo etário. números totais e participação no grupo etário por sexo.....	39
TABELA 2 - Frequência a escola ou creche por idade e dependência administrativa - Brasil 2009.....	48
TABELA 3 - Existência de creches em municípios das Regiões Sul e Sudeste em 2001.....	49
TABELA 4 Existência de creches em municípios das Regiões Sul e Sudeste em 2010.....	50
TABELA 5 - População de zero a três anos por unidade da Federação nos Censos de 2000 e 2010.....	51
TABELA 6 - Municípios da amostra e população residente.....	65
GRÁFICO 1 - Matrícula inicial em creche por ano e unidade da federação – 2000 a 2010	51
GRÁFICO 2 - Relação matrícula em creche / população de 0 a 3 anos – 2000 e 2010.....	52
QUADRO 1 - Variáveis utilizadas para estimativa das trajetórias de fecundidade.....	69
QUADRO 2 - Aproximações adotadas no cálculo das taxas de fecundidade pelo método direto.....	70
QUADRO 3 - Tratamento adotado para casos atípicos no cálculo das taxas de fecundidade – método direto e indireto.....	71
QUADRO 4 - Classificações adotadas para definição da permanência das mulheres no domicílio no Censo de 1980.....	73
QUADRO 5 - Classificações adotadas para definição da permanência das mulheres no domicílio no Censo de 1991.....	73
QUADRO 6 - Classificações adotadas para definição da permanência das mulheres no domicílio no Censo de 2000.....	74
QUADRO 7 - Variáveis utilizadas para estimativa das trajetórias de composição domiciliar – Censos de 1980 a 2000.....	75
QUADRO 8 - Evolução das taxas de fecundidade total, de 1980 a 2009.....	79
QUADRO 9 - Evolução das taxas brutas de natalidade.....	80
QUADRO 10 - Evolução das proporções de mulheres de 15 a 39 anos que permanecem no domicílio – 1980 a 2000.....	81

QUADRO 11 - Evolução das proporções de mulheres de 15 a 39 anos com filhos entre 0 e 3 anos que permanecem no domicílio – 1980 a 2000.....	81
QUADRO 12 - Evolução do número médio de mulheres de 10 anos e mais por domicílio – 1980 a 2010.....	82
QUADRO 13 - Evolução do número médio de crianças de 0 a 14 anos por domicílio – 1980 a 2010.....	83
QUADRO 14 - Evolução das proporções de mulheres com 1 e com 3 ou mais filhos entre as que têm filhos de 0 a 3 anos – 1980 a 2000.....	83
QUADRO 15 - Evolução dos percentuais de matrículas no ensino fundamental como proporção da população total dos municípios e decomposição do alívio entre a componente demográfica e o efeito de fluxo.....	85
QUADRO 16 - Utilização do alívio de pressão demográfica sobre o ensino fundamental para o aumento da oferta de creches, como proporção da população dos municípios.....	86
APÊNDICE - Tabelas de dados detalhados por município.....	96
TABELA A.1 - Mulheres de 40 a 44 anos por regime de fecundidade - 1980 a 2000.....	97
TABELA A.2 - Taxas de fecundidade total e fatores de ajuste.....	99
TABELA A.3 - Trajetórias de fecundidade e natalidade - 1980, 1991, 2000 e 2009.....	101
TABELA A.4 - trajetórias de proporção de permanência das mulheres entre 15 e 39 anos no domicílio - 1980 a 2000.....	103
TABELA A.5 - Trajetórias de composição domiciliar - 1980 a 2010.....	105
TABELA A.6 - Proporções de mulheres com filhos entre 0 e 3 anos por número total de filhos nascidos vivos – 1980, 1991 e 2000.....	107
TABELA A.7 - Percentuais de crianças de 0 a 14 e de 7 a 14 anos e de alunos do ensino fundamental por população, alívio no número de alunos no ensino fundamental e acréscimo na matrícula em creches por população, e percentual de matrículas em creches por número de crianças de 0 a 3 anos.....	109
TABELA A.8 - Taxa de fecundidade total 2000 (método direto x método indireto); idade média da fecundidade e taxa específica de fecundidade do grupo etário de 15 a 19 anos (evolução de 1980 a 2009).....	112

LISTA DE SIGLAS

BENFAM	Grupo Bem Estar Familiar no Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, órgão da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fundação vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão central do sistema nacional de estatística.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, extinto em 1994.
INEP	Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, responsável pelo Censo Educacional e pelas demais estatísticas da área.
LBA	Fundação Legião Brasileira de Assistência, extinta em 1995
MEC	Ministério da Educação
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PPV	Pesquisa sobre Padrões de Vida, realizada pelo IBGE entre 1996 e 1997
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, realizada pelo IBGE com periodicidade anual, com exceção dos anos de recenseamento populacional.
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos, desenvolvido pelo DATASUS
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Apesar de todo o avanço no plano político e institucional, com a restauração da democracia e a promulgação da Constituição de 1988, a década de oitenta ficou conhecida como “a década perdida” por causa da sucessão de insucessos no campo econômico. Inflação alta, planos econômicos mal sucedidos, equívocos na proteção do mercado interno, e outras mazelas mais, somaram-se para produzir a perda de inúmeras oportunidades de desenvolvimento.

A conjugação de um ciclo econômico adverso no cenário internacional com a emergência demandas reprimidas durante duas décadas de governo de exceção levou à inclusão na nova Constituição de medidas reparatórias em excesso, cujo custo para o Estado resultou em mais inflação, e na perda de mais meia década de crescimento.

Neste período, muita energia foi despendida na busca inútil de se adiar o trágico desfecho da hiperinflação e da insolvência da balança de pagamentos.

Também se adiaram decisões fundamentais, como priorizar a educação como vetor para um desenvolvimento realmente sustentável nas décadas e séculos seguintes.

Enquanto o Estado se debatia com estes problemas, a sociedade promovia uma revolução demográfica sem precedentes em termos de velocidade de redução das taxas de fecundidade.

Conforme descrevem Merrick e Berquó (1983), este processo que já existia de forma incipiente em bolsões urbanos de classe média e alta no eixo Rio de Janeiro – São Paulo desde a década de 1950 se acelerou a partir de 1965 e incorporou outras regiões e classes econômicas e sociais do país, trazendo a média de filhos por mulher de mais de 6,0 em 1960 para pouco mais de 4 em 1980, ainda assim superior ao dobro do nível de reposição. Já na década de 1980 a redução da fecundidade atingiu praticamente todas as regiões do país, inclusive as áreas rurais, tradicionalmente mais resistentes à mudança.

O processo de redução da fecundidade, virtualmente inexorável em termos internacionais, foi longamente adiado no Brasil, e, uma vez iniciado ocorreu de forma inusitadamente rápida.

As conseqüências deste processo atingiram praticamente todos os setores da vida no país.

Pelo lado positivo, a interrupção do até então contínuo crescimento do tamanho das coortes iniciais na pirâmide etária brasileira permitiu um melhor equacionamento das demandas em termos de educação e saúde, e proporcionou à geração pioneira a oportunidade de diversificar a utilização de seus recursos, antes virtualmente restritos à sustentação de um grande número de filhos.

As conseqüências negativas serão sentidas nas primeiras décadas do século XXI, especialmente no âmbito da previdência social, onde a relação entre contribuintes e titulares de benefícios tende a se deteriorar rapidamente, comprometendo a sustentabilidade do regime baseado em repartição.

Um dos setores mais afetados pelo processo de queda da fecundidade foi o da educação, onde o alívio da pressão de coortes cada vez mais numerosas facilitou a ampliação do acesso das crianças, primeiro ao ensino fundamental, depois à pré escola, e, já no século XXI, às creches de cunho educacional.

Não deixa de ser um paradoxo que a sociedade devote atenção crescente a faixas etárias progressivamente menos representativas na população.

O que se pretende neste trabalho é entender os paradoxos e as imbricações entre a redução das taxas de fecundidade a partir da década de 1980 e a expansão da escolarização infantil a partir das décadas seguintes.

Para tanto, parte-se de uma revisão da literatura internacional sobre a transição demográfica nos países pioneiros, especialmente na Europa ocidental. Naquele continente o processo de queda da fecundidade até os níveis atuais levou pelo menos cem anos, ou quase duzentos no caso da França, onde os primeiros sinais se manifestaram ainda no final do Século XVIII, na seqüência da Revolução Francesa.

As nuances do processo, e, principalmente, as vertentes explicativas oferecem preciosos insumos para o entendimento do que viria a ocorrer no Brasil quase um século depois.

As questões de gênero encontram-se no centro da agenda demográfica internacional. Depois de milênios na condição de meros objetos dos processos históricos,

econômicos e sociais, as mulheres ganharam o status de protagonistas no final do século XX. Este protagonismo também foi progressivamente conquistado no que diz respeito à questão reprodutiva.

Mais escolaridade, equidade de direitos perante a lei, maior inserção no mercado de trabalho, e, principalmente, a disponibilidade de métodos contraceptivos modernos e eficientes, transformaram a condição feminina, produzindo maior autonomia para as mulheres, e lhes conferiram um poder de decisão até então inédito quanto a se, quando e quantos filhos ter.

Quando este poder de decisão se materializou em taxas de fecundidade muito abaixo do nível de reposição, não foram poucos os que defenderam retrocessos no processo de igualdade de gêneros². Como registra Berquó (1993), as questões relativas aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres viriam a ser centrais na Conferência das Nações Unidas sobre População, realizada no Cairo em 1994.

O trabalho se estrutura em quatro capítulos, além da apresentação, desta introdução, das considerações finais e de um apêndice de dados desagregados por município.

O capítulo 1 tem o título “fecundidade em retração, educação infantil em expansão – atalhos e paradoxos”. O título busca sintetizar o que parece ser recorrente em vários aspectos da história brasileira, ou seja longos adiamentos de processos inexoráveis, seguidos pelo desenrolar dos mesmos em tempo recorde.

Este capítulo começa com a descrição do heterodoxo caminho de algumas políticas públicas adotadas no Brasil, sobretudo na segunda metade do século XX. Tais políticas levaram à longa postergação de investimentos na área da educação e a um precoce comprometimento do Estado com despesas típicas de países de estrutura etária envelhecida, num momento em que os jovens constituíam a imensa maioria da população.

O capítulo I prossegue com a compilação e discussão da literatura sobre a transição demográfica na Europa e no resto do mundo, com ênfase para a América Latina. Ali são discutidos a força explicativa e os limites de aplicabilidade das teorias da Primeira e da Segunda Transição Demográficas, tendo como pano de fundo a questão da igualdade de

² Ver Mac Donald (1997).

gênero e o empoderamento feminino. O título do item 1.1 é “Transição demográfica no mundo: uma ou duas?”, em alusão à polêmica ainda não dirimida na literatura internacional quanto à existência de uma segunda transição, que se diferiria da primeira pela natureza das motivações de redução da fecundidade.

O item 1.2 busca contextualizar à luz da literatura disponível o processo de queda da fecundidade no Brasil desde a década de 1970. Basicamente procura-se entender porque o processo demorou tanto a começar, como começou, e porque adquiriu tamanha velocidade e intensidade. Este item tem por título “transição demográfica no Brasil: cem anos em trinta”, chamando a atenção para o fato do Brasil ter percorrido a rota da baixa fecundidade muito mais rapidamente que os países pioneiros no processo.

O desenvolvimento do problema proposto e a formulação das perguntas destinadas a equacioná-lo constituem o objeto do capítulo II, intitulado “mulheres no trabalho, crianças na escola – a transição incompleta”. No início desse capítulo se discute o longo, tortuoso e inconcluso processo transição do modelo tradicional em que cabia às mulheres a responsabilidade exclusiva pelo cuidado dos filhos em tempo integral para outro, em que elas se inserem no mercado de trabalho em condições de crescente igualdade em relação aos homens. Esta transição impõe à sociedade e ao Estado a construção de salvaguardas legais e econômicas às mulheres que trabalham por ocasião da maternidade e de agências de substituição da presença materna no cuidado infantil. Após este preâmbulo, o capítulo 2 se estrutura em cinco itens.

O item 2.1 traz o título “o Estado que manda”, e narra o surgimento e a evolução das salvaguardas legais à mulher por ocasião da maternidade no Brasil. Nele também se analisa a eficácia de tais salvaguardas conforme as diversas situações vividas pelas mulheres.

No item 2.2, “o Estado que faz”, descreve-se o processo de gradativo envolvimento do Estado, especialmente da esfera municipal, na prestação de serviços de substituição da presença materna no cuidado infantil, com ênfase para a educação na etapa de creche. Importa delinear as razões pelas quais a creche só entrou na agenda da educação nos últimos anos do século XX.

O título do item 2.3, “educação infantil no Brasil: do fim para o começo”, remete à estratégia adotada pelo Estado brasileiro de priorizar a educação fundamental, depois criar a

pré-escola como porta de ingresso, e só no final do processo incluir as creches como etapa inicial do processo educacional. Neste item se procura entender as razões do atraso na adoção da educação infantil como investimento essencial ao desenvolvimento do país, e os mecanismos tentados para a superação deste atraso. Este item desdobra-se em dois subitens, sendo o primeiro dedicado à universalização do ensino fundamental e o segundo à inclusão da etapa de creche, já no início do século XXI.

Reside no item 2.4, “o paradoxo inescapável”, a construção das duas vertentes propostas para justificar o paradoxo da expansão da matrícula em creches somente depois da perda de participação das coortes mais jovens na população brasileira.

Procura-se explorar como a redução da fecundidade desencadeia transformações que levam ao esgotamento dos arranjos privados de cuidado infantil, e abre espaço para a transferência desta tarefa para instituições de ensino, públicas ou privadas.

De um lado as famílias tornam-se progressivamente menores. Além de haver menos mulheres por domicílio, parte delas passa a ausentar-se dali por motivo de estudo ou trabalho, o que dificulta a organização do cuidado infantil no espaço do domicílio. Paralelamente, a contínua modernização da economia aumenta as exigências educacionais, as quais tendem a ser satisfeitas de forma mais racional na escola que através de soluções privadas como a contratação de empregadas e babás, solução de resto inacessível para a maioria das famílias.

De outro lado, a redução do número de filhos aumenta a capacidade de investimento em educação na primeira infância, tanto no plano privado quanto no setor público. No plano privado esta transferência é mais imediata, enquanto no setor público a mediação está sujeita ao conflito alocativo inescapável à administração.

Estas duas vertentes são trabalhadas separadamente apenas por racionalidade argumentativa, uma vez que os processos são indissociáveis.

No subitem 2.4.1, “da porta de casa para dentro”, detalha-se o processo de esgotamento dos arranjos privados de substituição da presença materna no cuidado infantil. No subitem 2.4.2, “de necessidade a demanda”, explora-se o longo caminho entre a percepção da necessidade das creches, a sua estruturação como demanda social e a sua satisfação pelo poder público e pelo mercado.

O item 2.5 tem o título “amarrando as pontas”. Nele são propostas as questões destinadas a aferir a consistência das explicações intentadas.

O capítulo III tem o título de “o que os números dizem das letras”. Ali se propõe uma série de exercícios destinados a verificar empiricamente a validade do modelo explicativo construído.

Inicia-se por delimitar o universo de análise em termos de espaço e tempo. A opção é por analisar, para todos os maiores municípios das regiões Sul e Sudeste, as trajetórias de fecundidade, natalidade, presença feminina no domicílio, composição domiciliar, participação de grupos etários na população e proporção de alunos em creche e no ensino fundamental no período de 1980 a 2010.

A amostra se compõe de 86 municípios, quais sejam todos os que tinham mais de 100.000 habitantes em cada um dos censos de 1980, 1991, 2000 e 2010, excetuados os de Nova Iguaçu e Sumaré, que tiveram perdas relevantes de população ao longo do período.

A seguir são formuladas hipóteses cuja confirmação poderá representar evidências da validade da matriz explicativa. Segue-se a descrição pormenorizada das fontes de dados, variáveis de interesse e definições metodológicas utilizadas.

O capítulo IV traz a apresentação e discussão dos resultados encontrados a partir da metodologia descrita no capítulo 3. Uma vez que a amostra se compõe de 86 municípios, optou-se por não apresentar tabelas completas no corpo do capítulo 4. Ao invés disto, são construídos quadros sintéticos para cada hipótese, incluindo mínimos, médias, máximos, desvios padrão e ocorrência de exceções à tendência. Além dos quadros, são feitos os comentários necessários em termos de explicitação das exceções e da robustez das evidências encontradas. O título “de exceção a regra; de moda a extravagância” alude às rápidas e radicais transformações nos padrões de fecundidade, ocupação feminina e escolarização experimentadas pelos municípios da amostra entre 1980 e 2010. O que era regra no início do período, como as mulheres permanecerem no domicílio e ter muitos filhos torna-se progressivamente exceção com o passar das décadas, e vice versa.

Um apêndice ao final do trabalho apresenta os dados que são objeto de comentário para todos os municípios da amostra.

Além da análise sobre a validade das hipóteses formuladas em torno do tema central do trabalho, é feito um relato sobre dois achados colaterais de grande importância para futuros estudos.

O primeiro diz respeito à ocorrência de 32 situações onde o cálculo das taxas de fecundidade total para o ano 2000 por método direto resultou maior que o estimado pelo método indireto utilizado. Este fato é positivo por atestar a melhora dos registros de eventos vitais até então extremamente precários no Brasil. Por outro lado, coloca a questão da necessidade de refinamento nos métodos indiretos largamente utilizados.

O segundo achado vem a ser a elevação generalizada das Idades Médias da Fecundidade e a redução das Taxas Específicas de Fecundidade no grupo etário de 15 a 19 anos. Esta ocorrência sugere que esteja ocorrendo nos maiores municípios das regiões Sul e Sudeste um fenômeno largamente observado nos países europeus, denominado “Tempo da Fecundidade”, e joga a favor da aplicabilidade da teoria da Segunda Transição Demográfica no Brasil.

Nas considerações finais argumenta-se que há evidências empíricas a suportar as três afirmações essenciais do modelo explicativo proposto, a saber: 1) que a expansão da matrícula em creches atende à demanda pela substituição dos arranjos privados de cuidado infantil prevalentes até o final do século XX, 2) que este processo decorre em parte de quedas anteriores da fecundidade, e 3) que esta mesma queda da fecundidade facilita, com certo atraso, o financiamento da expansão, tanto no plano privado quanto no público.

CAPÍTULO I

FECUNDIDADE EM RETRAÇÃO, EDUCAÇÃO INFANTIL EM EXPANSÃO: ATALHOS E PARADOXOS

O Brasil já foi o país do futuro, o país do carnaval, e até um país que não é sério. Na demografia, poderia ser chamado de o país dos atalhos. Enquanto na Europa a Taxa de Fecundidade Total – TFT levou mais de cem anos para cair de mais de quatro para menos de dois filhos por mulher, no Brasil este processo partiu de patamares mais elevados se desenrolou nas últimas três décadas do século XX.

Conquanto a rápida queda da fecundidade esteja longe de ser exclusividade brasileira, o país percorreu um inusitado atalho na transição da dependência na base para a dependência no topo da pirâmide etária

Demógrafos definem a relação de dependência na base como o quociente entre a população com idade até quatorze anos pela População Economicamente Ativa – PIA³, e a relação de dependência no topo como o quociente entre a população com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos e a PIA.

Em termos estritamente demográficos, a rápida queda da fecundidade verificada no Brasil a partir de meados da década de 1960, partindo de uma estrutura etária extremamente jovem, deveria proporcionar uma carga de dependência ineditamente baixa a uma geração. Tal situação abriria espaço para o enriquecimento do país. Com a base tributária potencialmente mais elevada da história, disporia o Estado da oportunidade única de auferir os recursos necessários para a superação dos gargalos estruturais que entravam o desenvolvimento.

Entretanto, na economia as relações de dependência acima referidas correspondem aos quocientes entre a população que ainda não gera renda e a que gera, e entre a população que já não gera renda e a que gera. Os fluxos financeiros decorrentes de ambas as dependências são estabelecidos em parte por canais privados, no seio das famílias, e em parte pela intermediação do Estado, via tributos e transferências. Independentemente do

³ Para os fins deste trabalho, define-se População em Idade Ativa – PIA como os habitantes com idade entre 15 e 64 anos.

canal de transferência, é a parcela da população que gera renda que sustenta a parcela que não gera.

Os regimes de previdência social, tanto o geral quanto os próprios de servidores públicos civis e militares, foram estruturados segundo regras bastante benevolentes no tocante à concessão de benefícios, as quais permitem ou permitiram até recentemente aposentadorias com pouco mais de quarenta anos de idade ante uma expectativa de vida para além dos setenta anos. São exemplos do fenômeno as aposentadorias especiais concedidas a médicos com vinte anos de serviço e as de professoras com vinte e cinco. No caso dos servidores públicos era ainda permitida a contagem de tempo ficto, como licenças não gozadas. Muitas destas regras especiais foram endurecidas a partir de 1998, mas legaram um enorme contingente de aposentadorias bastante precoces.

Desta forma, a relação real de dependência no topo da pirâmide etária é substancialmente maior que a demográfica, pois milhões de indivíduos abaixo de 65 anos são computados no numerador e não no denominador. O cálculo desta relação não é isento de arbitrariedade, pois há milhões de cidadãos titulares de aposentadorias que continuam trabalhando. Definir quantos destes devem ser computados no numerador e quantos no denominador é uma tarefa que comporta diversas abordagens distintas, e foge ao escopo do presente trabalho, mas, comparando-se os dados do Censo de 2010 e do Anuário Estatístico da Previdência Social do mesmo ano, verifica-se que havia mais de trinta milhões de pessoas recebendo benefícios típicos da velhice⁴ para uma população de quatorze milhões de pessoas com 65 anos e mais.

Esta deformação previdenciária, somada a outras distorções no custo do Estado, acabam por impor uma carga tributária mais elevada que seria de se esperar em face da estrutura etária da população e da qualidade dos serviços públicos disponíveis, além de privar o mesmo Estado da necessária capacidade de intervenção nas diversas áreas de sua responsabilidade.

Assim, desperdiçou-se grande parte do chamado bônus demográfico⁵ representado pela máxima participação da PIA no total da população. Ao invés de se aproveitar esta janela

⁴ Considerados o Regime Geral de Previdência Social, os regimes próprios de entes federados, militares federais e benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social.

⁵ Ver Wong e Carvalho (2006).

de oportunidade para fazer os investimentos necessários ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social, antecipou-se em várias décadas a esclerose dos regimes previdenciários. Entenda-se por esclerose a necessidade permanente de aportes financeiros adicionais às receitas de contribuições dos segurados em atividade e seus empregadores.

Uma das áreas mais negligenciadas pelo Estado no século XX foi a da educação, especialmente a infantil. Apenas nos últimos anos da última década se logrou a universalização do acesso à educação fundamental, correspondente à faixa etária entre sete e quatorze anos. Quanto à educação infantil, a tarefa ficou para o século XXI.

Abstraídos os históricos conflitos de competência, ou de incompetência, entre os entes federados, criar e manter redes de educação que acompanhassem o contínuo e vigoroso aumento da população infantil verificado na segunda metade do século XX era realmente um desafio além das possibilidades de muitos destes entes.

Viveu-se no Brasil em relação à educação infantil uma situação oposta à ocorrida nos Estados Unidos no que concerne à gravidez na adolescência.

Naquele país, segundo Presser (1997), quando as coortes ampliadas geradas no baby boom da década de cinqüenta entraram na adolescência e fizeram explodir os números de gestações indesejadas naquela faixa etária, o assunto foi guindado ao centro das preocupações, tanto públicas quanto privadas. A torrente de recursos destinados à compreensão do fenômeno e à busca de formas de intervenção alavancou o desenvolvimento da demografia em praticamente todo o mundo.

Passada aquela onda jovem, o assunto praticamente saiu da agenda da demografia americana. Trata-se de clara demonstração de pragmatismo na definição das pesquisas e suas fontes de financiamento.

No Brasil, durante todas as décadas de alta fecundidade, a educação infantil permaneceu rigorosamente fora da agenda do Estado. No início do século XXI, quando a fecundidade já estava abaixo do nível de reposição, verificou-se importante expansão da oferta de educação infantil, sobretudo nas redes públicas.

Seria este paradoxo apenas mais uma excentricidade do jeito brasileiro de fazer políticas públicas ou trata-se de um processo de acomodação entre estas e a assimetria do processo de transição demográfica entre os vários Brasis?

1.1. Transição demográfica no mundo: uma ou duas?

Elaborar teorias ou estabelecer padrões mundialmente aplicáveis é tarefa das mais complexas em qualquer área ou ramo de qualquer ciência que lide com seres humanos. Dadas a extensão do planeta e a segregação geográfica dos continentes, que vigorou pelo menos até o século XV, o espaço para a diversidade de arranjos sociais é virtualmente ilimitado.

É, pois, bastante temerário pretender que uma teoria demográfica tenha aplicação mundial. No entanto, tomando-se como marco o início do Século XX, a crescente integração dos mercados, a circulação de produtos, capitais e pessoas em escala planetária, e a irresistível difusão de informações e valores entre países e sociedades permitem aos estudiosos das ciências humanas, e aos demógrafos em particular, postular no sentido da progressiva uniformização das tendências dos principais indicadores, especialmente mortalidade e fecundidade.

Até pela disponibilidade de dados históricos e registros estatísticos, a Europa ocidental constitui-se no objeto de estudo privilegiado para a formulação de teorias básicas. Por outro lado, e pelo seu papel de liderança econômica, militar e de centro de irradiação cultural, os Estados Unidos também representam um pólo importante em termos de matriz de comportamento demográfico. Adaptar teorias e modelos desenvolvidos com base em dados daqueles países aos demais tem sido uma estratégia largamente utilizada pelos demógrafos.

Segundo Patarra (1973) a Teoria da Transição Demográfica foi proposta originalmente por Warren Thompson, em 1929, e posteriormente revisitada e popularizada por Frank Notenstein, em 1945. Partindo da observação dos históricos das taxas de mortalidade e fecundidade nos países desenvolvidos, ambos os autores sustentaram que todas as populações experimentam ou experimentarão três fases de desenvolvimento demográfico.

Na primeira, que nos países desenvolvidos ocidentais perdurou até meados do Século XVIII, conviveram taxas de natalidade e mortalidade em patamares altos para os padrões atuais e próximos entre si, proporcionando uma relativa estabilidade em termos de

crescimento populacional, que apresenta taxas ligeiramente positivas entrecortadas por períodos de queda, coincidindo estas com eventos como fome, peste ou guerras.

Numa segunda fase, ocorre o declínio das taxas de mortalidade, especialmente da infantil, permitindo que mais e mais crianças sobrevivam até a idade adulta e se reproduzam. Nesta fase, mesmo que não haja aumento da fecundidade, a natalidade cresce pelo efeito estoque. A estabilidade é rompida, passando a predominar altas taxas de crescimento vegetativo da população.

Já no final do século XVIII surgem preocupações quanto à sustentabilidade ambiental do crescimento populacional. Em 1798, Thomaz Malthus, publica seu célebre “ensaio sobre os princípios das populações”, onde alerta para os riscos do crescimento populacional em taxas geométricas contra o crescimento da produção de alimentos em taxas aritméticas.

Dos países europeus que viveram esta fase por volta do Século XVII, Espanha, Portugal e Inglaterra aproveitaram o excedente populacional no processo de colonização das possessões ultramarinas, enquanto a França precedeu aos demais países no controle da natalidade, marco inicial da terceira fase da Teoria da Transição Demográfica. Conforme registra Therborn (2006), o declínio da fecundidade naquele país começa ainda no final do Século XVIII, nos anos subsequentes à Revolução Francesa.

Nesta terceira fase, as taxas de natalidade se ajustam progressivamente até atingir patamares próximos das de mortalidade, estabelecendo um novo equilíbrio, ou quase-estabilidade populacional.

A “universalidade” da Teoria da Transição Demográfica é objeto de questionamentos e tentativas de adaptação a realidades distintas das verificadas nos países da Europa ocidental, Estados Unidos e Japão. Os principais questionamentos dizem respeito à inexorabilidade do processo em todas as sociedades, ainda que com lapsos temporais, bem assim ao próprio encadeamento das fases, uma vez que se observam padrões distintos de interpenetração dos intervalos de queda da mortalidade e da natalidade.

Chesnais (1986b), debruçou-se sobre os dados referentes aos países de transição avançada, e testou a validade dos principais pressupostos da Teoria da Transição Demográfica, refutando grande parte das críticas formuladas.

Quando à subversão da precedência da queda da mortalidade, aparente em algumas séries históricas francesas, belgas e alemãs, a conclusão é que são falsos paradoxos, decorrentes da melhora das estatísticas de mortalidade, que avançou mais rapidamente que a queda deste indicador. Desta forma, a queda da mortalidade teria efetivamente precedido à da natalidade, sendo, porém, mitigada pela melhora dos registros. O autor cita o caso de Leipzig, cidade que reconhecidamente dispunha de excelentes registros vitais, onde se observou a redução de 40% das taxas de mortalidade entre o meio do século XVIII e o meio do século XIX. Além deste caso, mesmo em regiões mais atrasadas da Alemanha, como a Alta Baviera e a Suábia, o crescimento populacional registrado no século XIX só seria viável com taxas mais baixas de mortalidade.

Outro aspecto da Teoria da Transição Demográfica sancionado pelos estudos de Chesnais (1986b) vem a ser a precedência do controle da natalidade pela restrição ou postergação dos casamentos ante o controle da fecundidade marital. Esta parte da teoria tem mais relevância enquanto explicação do processo ocorrido na Europa ocidental, do que para antecipação de tendência, uma vez que a revolução sexual e a virtual universalização do acesso aos modernos métodos contraceptivos reduziram em muito a importância do casamento como marco inicial da fase de procriação.

A parte mais polêmica da Teoria da Transição Demográfica vem a ser o estabelecimento de relações entre suas fases e o desenvolvimento econômico dos países e das sociedades. Colocado de forma simplista, este postulado relaciona negativamente fecundidade e desenvolvimento, o que suscita reações negativas de diferentes matizes.

As informações reunidas por Chesnais (1986a) corroboram a tese do ponto de vista numérico, sem entrar em juízo de valor sobre as correlações reais. O autor encontrou em todos os países de transição avançada, seja na Europa, seja nos menos desenvolvidos, taxas de crescimento real do PIB per capita superiores às respectivas médias regionais em anos anteriores ao início da queda da fecundidade. Também encontrou relações inversas entre índices de educação feminina e de fecundidade. Neste contexto, a queda da fecundidade seria mais uma decorrência do processo de desenvolvimento que uma condição para este.

Quanto à universalidade da teoria, Chesnais (1986a) considera-a válida com as devidas adaptações caso a caso, e cita os países da África negra como exemplos de

comprovação *a contrario*, onde a transição não se iniciou pela falta das condições mínimas para a queda da mortalidade, colocada como estágio inicial da transição.

Revisitando os dados e elaborações de Chesnais (1986a e 1986b), Zavalla de Cosio (1990), chegou a conclusões parecidas, detendo-se mais nas diferenças de ritmo e natureza observadas na América Latina.

Neste continente, a fase do controle da natalidade pela restrição ou postergação dos casamentos não teve a mesma importância nem a mesma duração histórica verificadas na Europa, em razão da abundância de situações conjugais distintas, como a união consensual ou o concubinato.

Assim como na Ásia e Oriente Médio, a importação de tecnologia, sobretudo nas áreas de medicina e saneamento, proporcionou à América Latina, a partir dos anos 1940, um notável encurtamento do processo de queda da mortalidade.

Um importante subproduto da melhoria das condições gerais de vida e de saúde foi o aumento da fecundidade, que, aliado ao efeito estoque e à ineficácia do controle pela via da restrição aos casamentos, desaguou em taxas de natalidade elevadíssimas nos anos 1950 a 1970.

O início da segunda metade do século XX marca o surgimento do chamado Neomalthusianismo, com a consagração de expressões de grande apelo retórico como a “explosão demográfica”, e a deflagração de um enorme esforço de compreensão do fenômeno com fins intervencionistas. Este esforço foi inicialmente capitaneado por organizações privadas norte-americanas, e posteriormente encampado por governos de países desenvolvidos e organismos internacionais.

A Teoria da Transição Demográfica foi de grande utilidade tanto para explicar o processo ocorrido nos países desenvolvidos quanto como justificativa científica para ações voltadas a exportar seus pressupostos para o terceiro mundo, ou acelerar processos incipientes de transição.

Entretanto, nos países pioneiros, o equilíbrio, ou quase estabilidade, final foi novamente rompido cerca de duas décadas depois da formulação da teoria por Notenstein. A aparente estabilização das taxas de fecundidade em torno do nível de reposição, verificada em meados da década de 1950, viria a ser erodida a partir dos anos 1970.

A combinação de novos avanços no processo de secularização com a introdução e difusão de métodos contraceptivos modernos e eficientes ensejou novas e importantes quedas das taxas de fecundidade, desta vez para aquém do nível de reprodução, em praticamente todos os países desenvolvidos, com poucas e precárias exceções. Este fenômeno gerou preocupações tanto do ponto de vista científico quanto político, e deu origem a novas formulações teóricas, dentre as quais as conhecidas como Segunda e Terceira Transições Demográficas.

Ariès (1980) vislumbrou diferenças essenciais entre as motivações para esta nova queda das taxas de fecundidade e as relacionadas ao processo que a Europa experimentara entre o final do século XIX e o início do século XX. Para o autor, as motivações do primeiro processo seriam altruístas, enquanto as do segundo egoístas. No primeiro caso as famílias teriam optado por reduzir o número de filhos para lhes proporcionar um maior investimento em educação e saúde. No segundo a redução se deveria à mudança na valoração relativa dos filhos frente às outras alternativas de utilização do tempo e dos recursos materiais disponíveis. Segundo a formulação do autor, no primeiro processo a percepção seria de que os filhos precisavam de um nível de investimento só possível a um menor número. Já no segundo processo, os filhos teriam se tornado tão caros em termos de exigências e direitos que já não valeria a pena ter muitos, ou mesmo poucos.

Explorando o flanco aberto por Ariès (1980) Dirk van de Kaa e Ron Lesthaeghe formularam, em 1986, a Teoria da Segunda Transição Demográfica, distinta da Primeira, com base na diferença das motivações para a redução da fecundidade.

Lesthaeghe e Surkyn (2004) detalham esta distinção a partir de uma comparação entre os dois processos. Segundo os autores, a Primeira Transição seria explicada basicamente pela adaptação das famílias às sucessivas mudanças na organização da economia e do mercado de trabalho, começando pela urbanização, passando pela Revolução Industrial, pela proletarização como corolário do desenvolvimento do modo de produção capitalista, e terminando na dramática alteração da relação custo-benefício dos filhos para as famílias.

Na fase inicial, nas sociedades agrárias intensivas em mão de obra, famílias numerosas constituem uma vantagem, pois os filhos custam pouco investimento e

contribuem desde muito cedo para a força de trabalho. A partir da Revolução Industrial, e da acelerada urbanização a ela associada, aumenta o custo de manutenção das crianças, pois os alimentos e demais bens passam a ser comprados no mercado, sujeitos a oscilações de preços e deterioração do poder de compra dos salários. Nesta fase os filhos ainda representam uma vantagem, ainda que mediante a precoce exploração do seu trabalho. Posteriormente, à medida que avançam as restrições ao trabalho infantil e as exigências de educação e qualificação, os filhos passam a representar mais custo que acréscimo de renda para as famílias. Conquanto esta explicação soe como economicista ou neoliberal, as evidências empíricas da tese são bastante robustas, e não são contrarrestadas por outros autores.

Na segunda transição, ainda de acordo com Lesthaeghe e Surkyn (2004), o papel da família foi relativizado em favor de valores individuais. Até pelo sucesso do “welfare state” as pessoas passaram a encontrar tempo para se dedicar a outros interesses e motivações, ligados à auto-realização, à cultura, ou simplesmente à sofisticação do consumo.

A aceitação da Teoria da Segunda Transição Demográfica não foi pacífica, tendo sido intentadas diversas objeções contrárias.

Lesthaeghe e Surkyn (2004) advogam a validade da tese da Segunda Transição, pela via da desconstrução das quatro principais objeções contra ela intentadas, quais sejam se há diferenciais substantivos entre a Primeira e a Segunda transições, se ela está se espalhando para os países do sul e do leste da Europa ou se é um fenômeno restrito à Europa ocidental continental e à Inglaterra, se as peculiaridades culturais de Europa central e oriental podem ser negligenciadas em favor da tese de adaptação demográfica às transformações econômicas pós-comunismo, e se a Segunda Transição tem potencial para se espalhar pelo mundo como a Primeira.

Quanto aos diferenciais de motivação, Lesthaeghe e Surkyn (2004) apóiam sua análise em três vertentes. A primeira diz respeito à nupcialidade, que experimentou profundas transformações a partir da metade do século XX, revertendo as tendências vigentes no início do século, de redução da idade ao casar e da fecundidade extra marital. A segunda vertente refere-se aos padrões de fecundidade propriamente ditos. A coincidência temporal das revoluções sexual e de gênero com a disseminação dos modernos métodos

contraceptivos como a pílula e o DIU, aliada à onda de contestação dos antigos valores religiosos e de tradição familiar, pode ser tomada como marco divisório da Segunda Transição, refletindo-se diretamente em indicadores importantes como a idade da mulher no nascimento do primeiro filho, que aumenta rapidamente, e o número total de filhos por mulher, que decresce de forma igualmente rápida. A terceira vertente concerne às transformações sociais, com o florescimento do individualismo em detrimento dos ideais de família.

Para Lesthaeghe e Surkyn (2004) a Segunda Transição terá efeitos mais dramáticos e duradouros que a Primeira, em face do envelhecimento das populações dos países desenvolvidos, e dos efeitos sócio culturais da imigração enquanto vetor de substituição de população economicamente ativa.

O segundo questionamento intentado contra a teoria da Segunda Transição diz respeito ao seu caráter pan europeu ou restrito à Europa ocidental e setentrional. Lesthaeghe e Surkyn (2004) afirmam que, apesar de algum atraso e diferença de intensidade da atuação dos elementos, a Segunda Transição caminha celeremente para se instalar no sul da Europa. Quanto ao leste europeu, as transformações econômicas decorrentes do fim do comunismo no início da década de noventa ensejaram a ação simultânea de todos os elementos da Segunda Transição, derrubando as taxas de fecundidade total para abaixo de 1,5 filhos por mulher. Segundo o autor, ainda que se possa atribuir este movimento à acomodação ao cenário econômico, a falta de recuperação das taxas de fecundidade após o reerguimento das economias a partir de 1997 é um poderoso indício de instalação definitiva da Segunda Transição na região.

Sobre a aplicabilidade da Teoria da Segunda Transição a populações não europeias as conclusões de Lesthaeghe e Surkyn (2004) são positivas, porém menos peremptórias. De fato, observa-se que vários países não europeus caminham para taxas de fecundidade total abaixo de dois filhos por mulher. Quanto aos vetores explicativos, existe certa debilidade de informações, até porque a maioria das pesquisas disponíveis continuam sendo desenhadas a partir do modelo tradicional de organização familiar baseada no casamento, e não permitem captar adequadamente os elementos da Segunda Transição.

Caldwell (2008), aborda a Transição Demográfica de um ponto de vista mais quantitativo, procurando delimitá-la em termos de patamares de equilíbrio, chamados de “compromissos”, e transições intermediárias. Pelo menos nos países pioneiros seria possível identificar três compromissos e duas transições. O primeiro compromisso representa o patamar da fecundidade vigente até meados do século XIX, bastante elevado. A este se segue a Primeira Transição, que se estende, em média, de 1870 a 1935, trazendo a fecundidade para as proximidades do nível de reposição (2,1 filhos por mulher). O segundo compromisso marca a recuperação parcial e temporária das taxas de fecundidade, e vai até meados da década de sessenta, quando se inicia a segunda transição, que derruba as taxas de fecundidade para abaixo do nível de reposição, as quais se estabilizam em meados da década de oitenta, período demarcado como o terceiro compromisso.

Para Caldwell (2008) os vetores explicativos da Segunda Transição estariam mais restritos à disseminação dos modernos métodos contraceptivos e às dificuldades enfrentadas pelas mães para se inserir ou se manter no mercado de trabalho. Segundo sua elaboração, a introdução e a rápida disseminação da pílula anticoncepcional e do DIU responderam originalmente à demanda por controle da natalidade nos países subdesenvolvidos. Uma vez disponibilizados em escala global, estes métodos contraceptivos funcionaram como catalisadores de um processo de novas reduções de fecundidade nos países desenvolvidos.

Para o autor, os demais elementos associados à Segunda Transição seriam mais conseqüências que causas do declínio da fecundidade. Seu principal argumento neste sentido é que eles a sucedem temporalmente, ao invés de precederem-na. Em síntese, Caldwell (2008) sanciona a existência de uma segunda transição distinta da primeira, divergindo, porém, dos demais autores quanto ao poder explicativo dos seus vetores e elementos.

Clicquet (1991) e Coleman (2004), colocam-se como os principais críticos da Teoria da Segunda Transição Demográfica. Para o primeiro, haveria de se caracterizar outros eventos, inclusive pré-históricos, como transições anteriores, renumerando-se a Segunda para Terceira, Quarta ou Quinta Transição. O mesmo se aplicaria às chamadas revoluções

sexual e contraceptiva, que teriam tido precedentes com pelo menos um século de antecedência.

Coleman (2004) argumenta que a ênfase na mudança dos arranjos familiares, especialmente no casamento, traz mais problemas que soluções para a Teoria da Segunda Transição. Primeiramente, podem ser apontadas numerosas exceções à tendência de aumento dos divórcios e de arranjos familiares alternativos. Em segundo lugar, o aumento do número de divórcios pode ser visto mais como um substituto funcional para a morte precoce de um dos cônjuges enquanto termo final dos casamentos que como uma tendência comportamental moderna. Em terceiro lugar, a queda das proporções de pessoas casadas pode estar refletindo mais um processo de adiamento que de negação do primeiro casamento.

Para o autor, o processo de queda da fecundidade iniciado na Europa na década de 1960 seria mais um ciclo secundário de um processo único de transição que uma nova transição.

Outra crítica de Coleman (2004) diz respeito à própria definição de transição como a passagem de um regime para outro. No seu entendimento, a chamada Segunda Transição não conduz a um novo regime dominante nem de organização familiar nem de valores e comportamentos. Pelo contrário, representam uma ruptura parcial de alguns padrões anteriormente vigentes, que dariam lugar a arranjos distintos, sem que nenhum deles se torne alternativamente prevalente. Aduz, ainda, o autor, que muitos países importantes fora da Europa reduziram drasticamente suas taxas de fecundidade sem alterações importantes nos padrões de nupcialidade e comportamento individual.

Coleman (2004) também questiona a sustentabilidade econômica e fiscal de longo prazo dos novos arranjos familiares na Europa, especialmente aqueles em que apenas um dos pais se responsabiliza pelo sustento dos filhos, com a participação do Estado. Aponta, inclusive, exemplos de reversão de políticas de welfare state que os teriam viabilizado para grande parte das populações. Neste sentido, antevê que, na Europa, a prevalência de filhos fora do casamento seria um fenômeno restrito à Inglaterra e a alguns países nórdicos.

As críticas mais contundentes recaem sobre a debilidade das correlações entre as taxas de fecundidade e as variáveis explicativas, especialmente filhos fora do casamento e

prevalência de co-habitação não matrimonial em diversos países europeus. Quanto ao predomínio do individualismo e do materialismo, o autor aponta a inexistência dos pressupostos para o seu florescimento nos países do leste europeu no início da década de noventa, justamente aquela onde se verificou a mais dramática queda das taxas de fecundidade.

Nas suas conclusões, Coleman (2004) reconhece a elegância e a validade da Teoria da Segunda Transição Demográfica, mas considera ambicioso demais rotulá-la desta forma, por constituir apenas uma possível explicação para um fenômeno ainda restrito às populações mais afluentes dos países mais ricos que uma tendência efetivamente global.

Outra abordagem da evolução das taxas de fecundidade no mundo é oferecida por Therborn (2006), que aponta a ocorrência de duas ondas de declínio nos países desenvolvidos; a primeira no início do século XX e a segunda a partir da década de sessenta daquele século. A segunda onda de declínio da fecundidade nos países desenvolvidos espalha-se por quase todos os demais países, à exceção da África Subsaariana, ganhando o status de tendência mundial.

Conquanto Therborn (2006) seja um crítico dos conceitos de Primeira Transição e Segunda Transição, sua explicação para a primeira onda baseia-se na mudança na percepção de valor dos filhos, e encontra-se em linha com os pressupostos da chamada Primeira Transição.

Para compreender a segunda onda o autor parte de elementos geoculturais de organização familiar.

A diferença mais marcante entre a primeira e a segunda onda de declínio da fecundidade foi a disseminação de métodos contraceptivos modernos e eficientes. O advento da pílula anticoncepcional pode ser apontado como o elemento que permitiu que o processo ocorresse de forma muito mais rápida nos países em desenvolvimento que nos pioneiros.

Para além dos métodos contraceptivos, Therborn (2006) relata que a difusão da segunda onda de declínio da fecundidade pelos países subdesenvolvidos respondeu a diversos padrões de intervenção, estatal ou privada. Tais intervenções criaram as condições para a legitimação da demanda pelo planejamento familiar junto às famílias. Um traço

praticamente onipresente na difusão desta onda foi o aumento da escolaridade das mulheres.

Os modernos métodos contraceptivos tiveram seu desenvolvimento acelerado em face da preocupação com a explosão demográfica dos países subdesenvolvidos, mas passaram a desempenhar um papel fundamental na segunda onda de declínio da fecundidade justamente nos países desenvolvidos. Admitindo-se que a motivação para o seu desenvolvimento tenha sido reduzir a diferença das taxas de fecundidade entre os países desenvolvidos e os demais, o objetivo terá sido solapado pela segunda onda de redução nos primeiros.

A matriz explicativa proposta por Therborn (2006) para a segunda onda de declínio da fecundidade nos países desenvolvidos (e primeira nos demais países) prioriza as diferenças geoculturais entre os padrões familiares, divididos em cinco sistemas principais e dois intersticiais. Os sistemas principais são: 1. o da *África* (subsaariana); 2. o *Europeu* (incluindo as colonizações do Novo Mundo); 3. o do *Leste Asiático*; 4. o da *Ásia do Sul*; 5. o da *Ásia Ocidental/Norte da África*. Os sistemas familiares intersticiais de peso global são o do Sudeste Asiático, do Sri Lanka às Filipinas e com a Indonésia em seu centro, e o da *América Crioula*.

Suas conclusões são no sentido de que os padrões familiares estão mais divergindo que convergindo. A despeito da queda generalizada das taxas de fecundidade, não estaria havendo o estabelecimento de um padrão uniforme em todo o mundo, o que se aproxima das afirmações de Coleman (2004).

Uma questão que perpassa virtualmente toda a discussão sobre a queda da fecundidade vem a ser a do trabalho feminino, que por si só ofereceria material para muitas dissertações.

O dilema entre maternidade e trabalho é vivido há séculos pelas mulheres, e amplamente dissecado teoricamente por inúmeros autores. Até o advento dos modernos e eficientes métodos contraceptivos, a resposta acabava por ser imposta pela natureza na forma de gravidez indesejada ou não planejada. Modernamente as mulheres contam com meios praticamente infalíveis para evitar ou adiar a gravidez, e, pelo menos nos países

razoavelmente desenvolvidos, também com discernimento e “empowerment” para lançar mão de tais meios.

Esta questão é absolutamente central para o desenvolvimento deste trabalho, pois a disponibilidade de creche é uma variável importantíssima na regulação dos constrangimentos que a maternidade impõe ao trabalho feminino e este à decisão de procriar.

McDonald (1997), aborda a questão sob o prisma da igualdade de gênero, vale dizer do ponto de vista da ruptura de séculos de submissão da mulher à condição de mero substrato do processo reprodutivo.

Até a década de setenta de 1970 o modelo homem provedor – mulher reprodutora era dominante em todos os países. Este modelo assenta-se no consenso até então vigente que as diferenças entre homens e mulheres atribuíam vantagens comparativas aos primeiros para o trabalho externo e às últimas para as tarefas de reprodução e cuidado da casa e dos filhos.

A antítese deste modelo é o da igualdade de gêneros, que pressupõe a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, e a ausência de distinção sexual na atribuição de tarefas.

O apogeu do modelo “homem provedor” ocorreu na década de 1950. Praticamente todo o aparato de proteção social foi montado com base no pressuposto que cabe ao homem sustentar a mulher e os filhos. Em muitos países nem sequer se desenvolveram políticas voltadas às mulheres com filhos e sem marido. Havia incentivos à discriminação econômica das mulheres, seja nos processos de seleção, seja na fixação de salários inferiores ao dos homens para a mesma função. A educação das mulheres era restrita e voltada às virtudes femininas e à administração doméstica.

As taxas de fecundidade que sustentaram o babyboom subsequente à II Guerra Mundial podem ser atribuídas à coerência interna do modelo, que não era igualitário mas proporcionava segurança às mulheres para se casar cedo e ter seus filhos.

A partir da década de 1960, diversas instituições sociais passaram a migrar para o modelo de igualdade de gêneros, porém em ritmos bastante heterogêneos. A mais rápida foi a da educação, que passou a formar as mulheres em igualdade de condições com os

homens. Depois veio o mercado de trabalho, com a abolição das discriminações sexuais. As mulheres passaram a ser mais competitivas, e a ter remunerações mais atrativas que as das gerações anteriores. Este processo levou naturalmente à postergação do momento de ter filhos, tanto pela maior permanência na escola quanto pela ocupação remunerada no mercado de trabalho.

A cultura das novas gerações passou a questionar o modelo homem provedor, e a priorizar o modelo de duplo rendimento nos casais. Mesmo os homens passaram a preferir a divisão dos custos de manutenção da família.

Por outro lado, as instituições ligadas à família e ao aparato de bem estar social moveram-se muito mais lentamente na direção do modelo de igualdade de gênero. Este descompasso se traduziu em quedas abissais das taxas de fecundidade nos países europeus. Quanto maior a predominância de instituições familiares e políticas públicas orientadas pelo modelo “homem provedor”, mais rápida e intensa foi a queda da fecundidade.

Dentre todas as instituições que influenciam o tamanho da prole das famílias, a própria família é de longe a mais importante. Os países cuja cultura continua a privilegiar o modelo tradicional de família estão entre os que ostentam as menores taxas de fecundidade. Imigrantes italianos e gregos na Austrália, quem mantiveram seus traços culturais, têm taxas de fecundidade comparável às da Itália e da Grécia, embora as mulheres mais jovens tenham os mesmos padrões de educação e inserção no mercado de trabalho que os demais cidadãos australianos.

Nos países avançados da Ásia houve forte queda das taxas de casamento à medida que as mulheres se escolarizavam e se tornavam economicamente independentes, enquanto o modelo de família continuava a priorizar o poder do homem.

Nos países onde a família é mais igualitária as taxas de fecundidade não caíram tanto. Nos países nórdicos, tradicionalmente mais liberais em relação aos costumes, os casais tendem a se formar num ambiente de maior igualdade.

Mirando os reflexos da igualdade de gênero nos sistemas de transferência de renda, nos serviços e na cadeia produtiva, MacDonald (1997) ressalta quatro campos da organização da sociedade onde é possível encontrar correlação entre as dificuldades impostas às mulheres que são ou desejam ser mães e a queda da fecundidade.

O primeiro diz respeito aos privilégios concedidos aos homens nos serviços de seguridade social contributiva. Tais sistemas são montados sobre a premissa que serão eles os responsáveis pelo sustento da família. Mesmo quando não há discriminação formal contra as mulheres, elas só usufruem dos mesmos direitos e níveis de reposição se dedicarem-se ao trabalho em tempo integral.

O segundo é a assimetria dos sistemas de impostos, que em muitos países punem a segunda renda familiar, usualmente a das mulheres. São sistemas parecidos com o imposto de renda brasileiro, só que sem a possibilidade de declaração em separado.

O terceiro refere-se à disponibilidade de serviços públicos de apoio à criação dos filhos, como creches, escolas e assistência à saúde.

O quarto vem a ser a disponibilidade de empregos de tempo parcial ou horário flexível, essencial à compatibilidade entre a vida profissional e a familiar.

Nos quatro casos, os países que se saíram melhor na remoção do entulho do modelo homem provedor registraram as menores quedas das taxas de fecundidade.

Segundo MacDonald (1997), igualdade de gênero, igualdade inter-geracional e equidade social não são independentes entre si. Muitas políticas de cunho neoliberal, apresentadas como necessárias para enfrentar os efeitos do envelhecimento das populações, oneram os casais que têm filhos. Simplificações tributárias como a eliminação de deduções por dependentes beneficiam os que não têm filhos em detrimento dos que têm. Cortes de gastos públicos com educação e saúde também produzem este efeito. A instabilidade dos empregos enfraquece a segurança dos casais quanto à própria capacidade de fazer frente às despesas no futuro, confiança esta essencial à decisão racional de ter filhos.

Estes constrangimentos não são significativos para os mais ricos, mas pesam fortemente sobre a classe média, que é majoritária nos países desenvolvidos. A exceção apontada está nos Estados Unidos, que mantêm taxas de fecundidade acima do nível de reposição a despeito de não ser um welfare-state nos moldes europeus. Naquele país, a explicação para a manutenção de uma fecundidade acima de 2 filhos por mulher pode estar no custo relativamente baixo dos serviços domésticos, providos em parte por trabalhadores

informais e/ou imigrantes ilegais⁶. Segundo MacDonald (1997), trata-se de um arranjo funcional, embora à margem do modelo de equidade de gêneros.

Também se argumenta que estes constrangimentos não pesam sobre os mais pobres, que não têm nada a perder tendo mais filhos, que pelo menos lhes proporcionam algum sentido de vida. Por outro lado, a sensação das pessoas da classe média de estar pagando a conta dos filhos dos mais pobres quando elas próprias deixam de tê-los reforça a tensão social e afasta a equidade.

Finalmente, a insegurança gerada pelas políticas neoliberais também afeta os homens, sobretudo os mais jovens, que têm empregos mais precários e ganham menos. Para estes, não ter filhos torna-se uma eficiente estratégia de sobrevivência enquanto ator social.

A rápida queda das taxas de fecundidade nos países do leste europeu após a derrubada dos regimes socialistas apresenta nuances em linha com os argumentos acima.

MacDonald (1997) trata, ainda, dos custos e benefícios de ter filhos em sociedades modernas, nas quais os casais dispõem de meios eficientes de controlar a fecundidade. Nestes casos, as pessoas decidem ter filhos após pesar os custos e benefícios, tanto econômicos quanto psicológicos. Já está suficientemente demonstrada a inversão do fluxo de benefícios econômicos em favor dos filhos. Portanto, nos países avançados, os determinantes de decisão são os custos e benefícios psicológicos.

Além da perda de renda imposta às mulheres que se afastam do mercado de trabalho para ter filhos, existem os custos psicológicos para elas. Mulheres educadas para competir em igualdade de condições com os homens, que já experimentaram os benefícios de um bom emprego com bom salário, tendem a sofrer também psicologicamente com esta perda. Quanto maior a participação de mulheres altamente escolarizadas no total da população feminina, maior a exposição da sociedade ao risco da baixa fecundidade.

Este sobrevôo sobre as principais formulações teóricas acerca da transição demográfica teve o objetivo de introduzir alguns conceitos básicos a serem explorados neste

⁶ Não se trata de analisar as virtudes e defeitos do modelo americano, mas apenas de reconhecer que o envolvimento direto do Estado enquanto provedor de serviços não é a única solução possível para a administração dos constrangimentos à maternidade. Uma economia organizada em moldes liberais onde o custo dos serviços necessários ao cuidado infantil seja acessível à maioria da população não é necessariamente pior que um welfare-state clássico.

trabalho. No caso brasileiro, dada a enorme diversidade geográfica, econômica e cultural reinantes entre os grandes municípios, vislumbra-se a possibilidade de identificar trajetórias recentes de fecundidade e natalidade suficientemente distintas entre si, a ponto de sustentar a busca de explicações demográficas para o paradoxo do crescimento dos percentuais de matrícula de crianças de zero a três anos em creches, públicas ou privadas, num cenário de queda generalizada da fecundidade.

A principal dificuldade de aplicação das matrizes explicativas disponíveis na literatura européia e americana ao caso brasileiro reside na brutal diferença de estrutura das sociedades analisadas. Temas como benefícios tributários, de alcance virtualmente universal nos países desenvolvidos, possuem relevância restrita a uma pequena parcela da população brasileira, pois a grande maioria está isenta do imposto de renda em função dos baixos ingressos e onerada mais que proporcionalmente por impostos indiretos incidentes sobre a cesta de consumo.

1.2. Transição demográfica no Brasil: cem anos em trinta

Conforme tratado no item 1.1, a queda da fecundidade nos países em desenvolvimento coincide com a segunda onda de declínio nos países desenvolvidos, tendo lugar a partir da década de sessenta do século XX. Admitida a validade das hipóteses explicativas das duas ondas, na terminologia de Therborn (2006), ou das duas transições, na terminologia de Lesthaeghe e Surkyn (2004), verifica-se sua ocorrência praticamente simultânea no caso brasileiro.

Este fato ajuda a explicar a rapidez sem precedentes do processo no caso brasileiro, ao mesmo tempo em que dificulta, senão impossibilita, uma quantificação de efeitos ou responsabilidades causa a causa.

Não deixa de ser intrigante o fato de a fecundidade brasileira ter se mantido tão alta até meados da década de sessenta do século XX, mesmo em face da urbanização e da industrialização experimentadas pelas regiões mais populosas do país desde a década de trinta.

Paiva (1984b), procura analisar a tendência da fecundidade no Brasil do final do século XIX até 1970, levantando hipóteses tanto para a manutenção de níveis elevados até a década de 1960 quanto para o rápido declínio iniciado no período subsequente.

Segundo argumenta o autor, os modos de produção vigentes nos complexos cafeeiro e canavieiro baseavam-se em arranjos trabalhistas semelhantes ao que prevalecera na Europa na etapa do feudalismo.

Os contratos de trabalho abrangiam toda a família dos trabalhadores, e previam a concessão de áreas para moradia e produção de subsistência dentro das fazendas. Desta forma, o salário correspondia a, no máximo, trinta por cento da renda das famílias. Havia grande utilização da mão de obra infantil, e pouca exposição das famílias às flutuações de preços da cesta de consumo, o qual por sua vez era pouco diversificado. Neste cenário, o padrão de vida das famílias tendia a melhorar com o aumento do número de filhos.

Combinado à elevada mortalidade prevalecente no período, quando a esperança de vida ao nascer pouco ultrapassava os trinta anos, este tipo de arranjo favorecia a precocidade dos casamentos, o que reforçava a manutenção da elevada fecundidade.

Desta forma, mantiveram-se presentes três vetores fundamentais à alta fecundidade, quais sejam a precocidade dos casamentos, a ausência de métodos contraceptivos eficientes, e a funcionalidade econômica de uma prole mais numerosa.

Interessante notar que os poucos dados desagregados disponíveis indicam que comunidades de imigrantes portugueses, espanhóis e italianos no Sudeste e no Sul do Brasil mantiveram taxas de fecundidade superiores tanto às dos demais brasileiros quanto às observadas nos países de origem na mesma época.

No caso específico do complexo canavieiro nordestino, a recorrência do fenômeno da seca aduzia pressões demográficas ao aumento do tamanho das famílias, eis que solapava sua capacidade de produção de subsistência. Entretanto, a massiva migração de jovens para o Sudeste, especialmente São Paulo, permitiu a acomodação destas pressões sem reflexos sobre a fecundidade.

A descrição que Furtado (1959), faz da capacidade demonstrada pelas oligarquias canavieira e cafeeira de preservar a rentabilidade dos respectivos negócios mesmo em condições de mercado eventualmente adversas ajuda a entender a prolongada manutenção

destes arranjos produtivos que, em última análise, teriam favorecido o crescimento da população brasileira por mais de um século.

Segundo Paiva (1984b), a relevância desta vertente explicativa reside no elevado peso relativo destes dois segmentos econômicos na absorção da população brasileira no período.

O prolongado equilíbrio descrito pelo autor viria a ser fragilizado a partir do final da década de 1960 pela ocorrência praticamente simultânea de diversas mudanças institucionais, que afetaram dramaticamente o valor relativo dos filhos para os casais.

A principal destas mudanças foi o desmoronamento dos arranjos trabalhistas baseados nos contratos familiares e na concessão de terras aos trabalhadores. A progressiva exposição dos fazendeiros a demandas judiciais envolvendo tanto direitos trabalhistas como usucapião de terras levou-os a abandonar os arranjos tradicionais, passando a privilegiar os contratos individuais de trabalho, desvinculados da concessão de terras, quer para moradia quer para produção de subsistência.

Neste novo quadro, o salário torna-se praticamente a totalidade da renda familiar, e o consumo passa a ser exposto às flutuações de preços no mercado. Trata-se de um processo de proletarização materialmente semelhante ao registrado na Inglaterra pelo menos duzentos anos antes.

O corolário desta transformação do modo de produção na agricultura foi o deslocamento de grandes contingentes de população do campo para as cidades. Destarte toda a complexidade do processo de urbanização, o autor destaca dois fatores relevantes para o processo demográfico. O primeiro foi a diversificação da cesta de consumo familiar, possibilitada pela exposição a uma oferta inviável no meio rural. O segundo foi a incorporação aos orçamentos familiares de itens de despesa antes inexistentes, tais como transporte, educação e custo de financiamentos contraídos para a compra de bens duráveis.

Somadas às crescentes limitações legais ao trabalho infantil, as transformações acima descritas acabam por subverter a racionalidade do tamanho apropriado das famílias, abrindo caminho à demanda das famílias pela limitação da fecundidade.

Faria (1989) aprofunda a análise da institucionalização da demanda por planejamento familiar, vale dizer por métodos contraceptivos. Apesar da pressão

internacional pelo controle da natalidade nos países em desenvolvimento, o processo brasileiro teria se desenrolado sem a atuação deliberada do Estado, mesmo num quadro de governo de exceção. Entretanto, algumas importantes políticas adotadas entre 1964 e 1985 concorreram para reforçar a tendência de surgimento e expansão desta demanda. Para o autor, quatro destes programas foram cruciais no processo.

A primeira foi a de crédito para o consumo, que permitiu de um lado mitigar os efeitos do empobrecimento das famílias associado à expansão do modo de produção capitalista, e, de outro lado, a expansão de um mercado de bens duráveis associados à vida moderna, especialmente televisores e automóveis. De outra parte, o custo dos financiamentos comprimiu os orçamentos familiares, tornando insustentáveis as famílias muito numerosas.

A segunda foi a expansão do regime de seguridade social. Durante séculos coube aos filhos e netos ampararem os pais e avós na velhice. Ter muitos filhos era a única garantia possível de se ter amparo no futuro. A expansão da cobertura da previdência social permitiu às famílias relativizarem este pressuposto. Ao assumir o papel de provedor de renda futura contra contribuição presente, o Estado contribuiu para tornar a prole numerosa desnecessária enquanto estratégia de sobrevivência⁷. Apesar do caráter formalmente pro natalista do regime brasileiro, que contempla benefícios como salário família e licença maternidade, os impactos da liberação da necessidade de se ter filhos como seguro velhice, bem assim do custo presente das contribuições previdenciárias podem ter sido mais fortes.

A terceira foi a implantação do Sistema Telebrás, com o fim de completar a integração nacional, permitindo a comunicação instantânea entre as várias regiões. No plano exclusivamente privado, o advento da telefonia de longa distância permitiu o rompimento do virtual isolamento vivido por grande parte da população brasileira, acelerando a circulação de informações antes restritas aos segmentos mais ricos. Na esteira dos investimentos em redes telefônicas, floresceu a indústria da televisão. Esta última revelou-se um notável agente de disseminação de novos valores e comportamentos, reforçando tanto a tendência à secularização quanto a preferência por um determinado padrão de família. A exposição ao meio televisivo foi desde sempre mais intensa entre as mulheres, até pela

⁷ Este vetor explicativo também se encontra presente na análise que Ariès (1980) faz das motivações para a queda da fecundidade na Europa a partir do final do século XIX.

disponibilidade de tempo. Alguns programas veiculados a partir da década de 1970, sobretudo no horário matutino, em muito contribuíram para a difusão de noções e conhecimentos sobre a saúde da mulher, inclusive reprodutiva.

A quarta política foi a de saúde. Embora a universalização do acesso à saúde só tenha ocorrido no final da década de oitenta, o sistema INAMPS permitiu o vigoroso aumento da exposição da população à cultura médica. Esta janela de oportunidade foi aproveitada mais intensamente pelas mulheres, que passaram a contar com assessoramento e aconselhamento especializado em hospitais e consultórios. Este processo levou a uma progressiva relativização do papel divino anteriormente associado à concepção. As mulheres passaram a se ver como protagonistas do processo, e a dispor de instrumentos para fazer valer a decisão de ter menos filhos.

Entendidas as razões do atraso no início da queda e da derribada dos sustentáculos da alta fecundidade, é mister analisar as nuances do processo de queda propriamente dito.

Merrick e Berquó (1983), oferecem alentado relatório em que dissecam possíveis determinantes da rápida e intensa queda de fecundidade verificadas no Brasil na década de 1970.

A partir de dados do IBGE (Censos e PNAD), das pesquisas de prevalência de uso de contraceptivos, financiadas pela rede BEMFAM, e de pesquisas de campo conduzidas pelo CEBRAP em nove comunidades representativas das diferentes regiões do Brasil, os autores pontuam quatro grandes hipóteses explicativas.

A primeira vem a ser que a queda da fecundidade marital foi a principal determinante do processo. Em linha com as conclusões de Zavala de Cosio (1990) para a transição demográfica na América Latina, tal hipótese ratifica que os mecanismos de restrição ou postergação dos casamentos, que foram essenciais na regulação da fecundidade europeia em suas fases iniciais, não tiveram a mesma relevância no caso brasileiro.

A segunda hipótese relaciona a queda de fecundidade à disseminação dos métodos contraceptivos usados dentro do casamento, especialmente pílula e esterilização, e aborto induzido, apesar de não ser possível precisar a contribuição de cada método individualmente. Não foram encontradas evidências de efeitos importantes de determinantes secundários como extensão do período de amamentação.

A terceira, e provavelmente mais forte, é que esta disseminação atingiu rapidamente regiões e grupos de menor renda, que haviam passado ao largo das fases anteriores do processo de regulação da fecundidade. Desta forma, tais grupos e regiões experimentaram uma transição mais acelerada que a observada em décadas anteriores em grupos restritos de população urbana, de maior renda e escolarização.

A quarta hipótese diz respeito às transformações experimentadas pelos contingentes mais pobres ao longo de década de 1970, como aumento da escolarização e da participação das mulheres no mercado de trabalho e da popularização do acesso a bens de consumo durável, especialmente televisores. Tal hipótese alinha-se com as reflexões de Faria (1989) acerca da importância da televisão enquanto vetor de um novo modelo ideal de família, com menos filhos, bem assim com as de Paiva (1984) no que concerne à importância da monetização do consumo das famílias decorrente da proletarização.

No que diz respeito à escolarização das mulheres, os autores retratam que a fecundidade já era nitidamente mais baixa em 1970 entre as mais escolarizadas (2,91 filhos por mulher com mais de cinco anos de estudos, 4,74 entre as com um a quatro anos, e 6,90 entre as sem instrução). Entre 1970 e 1976, verifica-se queda nos três grupos, concomitantemente à redução da participação das sem escolaridade no total da população. Somaram-se, portanto, no período, os efeitos da queda em cada um dos grupos e o da redução da participação do contingente de maior fecundidade.

Quanto à distribuição de fecundidade por renda familiar, verificou-se no mesmo período queda mais acentuada entre as famílias de baixa renda, o que suporta a tese da incorporação de segmentos antes excluídos ao processo de queda da fecundidade.

No que tange à análise por regiões geográficas, observa-se que a redução das taxas de fecundidade ocorreu em todas, sem qualquer exceção. Não chegou a haver inversão de posições relativas entre as regiões, mas, excluídos os estados do nordeste a diferença entre as taxas mínima e máxima se reduziu em 0,5 filho por mulher entre 1960 e 1980.

O período entre 1973 e 1976 foi marcado por forte perda de poder aquisitivo das camadas de menor renda, como reflexo do choque dos preços internacionais do petróleo. Tal circunstância colheu grande parte das famílias em situação de elevado endividamento decorrente da compra de imóveis, automóveis e outros bens duráveis. Conquanto não se

tenham encontrado evidências de impactos da miséria sobre a fecundidade natural, é bastante plausível a hipótese que este ciclo de empobrecimento tenha motivado a decisão racional de evitar ou postergar o nascimento dos filhos por parte dos mais pobres.

Um dado revelador do caráter voluntário da redução da fecundidade no Brasil vem a ser o crescimento da produção de pílulas anticoncepcionais, que partindo de 1,7 milhões de ciclos em 1964 atingiu 61,2 milhões de ciclos em 1980. Embora menos documentado, o crescimento da prática de esterilização cirúrgica, majoritariamente feminina, foi também expressivo. Os dados disponíveis indicam que no final da década de 1970 a pílula era o método prevacente entre as mulheres mais pobres, enquanto a esterilização era mais freqüente entre as mais ricas.

A participação feminina no mercado de trabalho também cresceu de forma consistente entre 1970 e 1976, notadamente entre as menos escolarizadas. A participação no mercado de trabalho, que era elevada em 1970 entre as mulheres mais escolarizadas e muito reduzida entre as sem escolaridade acima de trinta anos, praticamente triplica entre as últimas, mantendo-se constante entre as primeiras. Novamente concorrem dois fenômenos na mesma direção. Aumentam a participação das mulheres mais escolarizadas no conjunto da população e o percentual das que trabalham entre as menos escolarizadas.

Parece consensual na literatura até aqui citada que a acelerada redução da fecundidade no Brasil durante a década de 1970 resultou da combinação simultânea de eventos longamente adiados, como a monetização das relações de trabalho nos grandes complexos agrícolas e o aumento da escolaridade, sobretudo feminina; de transformações no modo de vida decorrentes da modernização do país, como a disseminação da televisão, a ampliação da cobertura previdenciária e a medicalização; e, da disponibilidade e popularização dos modernos métodos contraceptivos, especialmente a pílula oral.

Concorreram, pois, fatores associados tanto à primeira quanto à segunda ondas de redução verificadas nos países desenvolvidos. Parece igualmente consensual que o concurso de tantos fatores levou a alterações estruturais tanto no fluxo de renda entre pais e filhos quanto na valoração relativa dos últimos. Finalmente, a disponibilidade dos modernos métodos contraceptivos permitiu que o ajuste fosse muito mais rápido que o registrado na primeira onda dos países desenvolvidos.

O processo de redução da fecundidade se intensificou na década de 1980, refreando-se na década seguinte, porém sem sinalizar qualquer reversão.

Berquó e Cavenaghi (2004), debruçaram-se sobre os dados de fecundidade dos Censos de 1991 e 2000, e oferecem importantes subsídios à compreensão do fenômeno. A fecundidade que já caíra de 5,8 filhos por mulher em 1970 para 4,4 em 1980 recuou para 2,7 em 1991 e para 2,4 em 2000.

A desagregação dos dados por região, renda e escolaridade das mulheres mostrou correlações em linha com os pressupostos da primeira transição demográfica encontrados na literatura. Apesar da queda generalizada das taxas médias, a fecundidade permaneceu em patamares pré transicionais entre as mulheres de menor renda e escolaridade pelo menos até o ano 2000. Em outras palavras, persistiram bolsões de fecundidade elevada. No período analisado no trabalho de Berquó e Cavenaghi (2004), a fecundidade guardou correlação negativa mais intensa com a escolaridade que com a renda. Desta forma, a queda das taxas médias foi mais intensa em razão da perda de participação destes bolsões de fecundidade elevada no conjunto das mulheres brasileiras.

Outra revelação importante do trabalho de Berquó e Cavenaghi (2004) vem a ser a mudança de padrão etário da fecundidade ocorrida a partir de 1991 e aprofundada no de 2000. Foi nos grupos etários a partir dos 25 anos que ocorrem as maiores quedas das Taxas Específicas de Fecundidade. Este fenômeno implicou o rejuvenescimento da fecundidade, uma vez que, via de regra, a Idade Média da Fecundidade se aproxima da cúspide principal da curva.

O padrão etário encontrado pelas autoras em 2000 permite elucubrar no sentido da prevalência da esterilização como método contraceptivo entre as mulheres a partir dos 25 anos. Caso confirmada tal elucubração, o que não é objeto de investigação do presente trabalho, ter-se-á um cenário onde a queda da fecundidade será praticamente irreversível a curto e médio prazo.

Com relação às explicações para o fenômeno, é possível constatar que os principais vetores aventados por Faria (1989) tiveram sua ação intensificada e acelerada a partir do final da década de 1980, podendo-se destacar três eventos transcendentais.

O primeiro, ocorrido em 1990, foi a implantação do Sistema Único de Saúde, que deu consequência ao princípio constitucional da universalidade da assistência à saúde, eliminando a exigência de contribuição previdenciária como requisito de cobertura. Isto ampliou dramaticamente o processo de medicalização, que teoricamente passou a atingir todas as mulheres do país. Além do atendimento médico e hospitalar, o sistema também trouxe a distribuição gratuita de métodos anticoncepcionais, especialmente a pílula, facilitando o acesso da população de baixa renda.

O segundo, concretizado a partir de 1991, foi a melhoria da previdência social na área rural, com a garantia de benefícios de um salário mínimo praticamente sem exigência de contribuição⁸ e com limites de idade reduzidos em cinco anos. Isto ampliou de sobremaneira o efeito da exoneração da necessidade de muitos filhos como garantia de renda na velhice.

O terceiro, foi a introdução, e a rápida difusão, da telefonia celular e da internet, a partir da metade da década de 1990. Estas novas tecnologias permitiram o atendimento da demanda reprimida do antigo Sistema Telebrás, e ensejaram a circulação de informações numa velocidade sem precedentes históricos. Por outro lado, acrescentaram novos itens de despesa virtualmente obrigatória aos orçamentos familiares, recrudescendo a competição alocativa entre filhos e consumo.

Um quarto evento que pode ser indiretamente relacionado aos vetores explicativos de Faria foi a popularização do uso de preservativos masculinos na esteira do esforço de combate às doenças sexualmente transmissíveis e à AIDS a partir do final da década de 1990. Massivas campanhas de esclarecimento e a distribuição gratuita de camisinhas levaram à superação de preconceitos longamente sedimentados contra este tipo de preservativo, e podem ter tido alguma influência nas taxas de fecundidade dos grupos etários mais jovens na década iniciada em 2000. Embora não faça parte do objetivo central do presente trabalho, vislumbra-se a possibilidade de obtenção de alguma evidência empírica deste último fenômeno.

⁸ As Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, prevêm a figura do Segurado Especial, que contribui com um percentual do valor da comercialização de sua produção e assegura cobertura a todo o grupo familiar. Como não existe exigência de contribuição mínima, na prática não há contribuição, bastando a comprovação da atividade no ato do requerimento do benefício.

CAPÍTULO II

MULHERES NO TRABALHO, CRIANÇAS NA ESCOLA: A TRANSIÇÃO INCOMPLETA

No capítulo precedente, cuidou-se de buscar na literatura consolidada e em trabalhos mais recentes as bases para a formulação das hipóteses de trabalho a serem construídas e sustentadas ao longo desta dissertação.

Restou pacificado que a fecundidade vem caindo há mais de um século nos países desenvolvidos, tendo a França como precursora da tendência, e que este processo se espalhou pelos demais países a partir da década de 1960, com exceção de alguns bolsões na África subsaariana. Nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, o declínio foi mais rápido que o experimentado nos países precursores, havendo fortes razões para se creditar tal rapidez à coincidência dos fatores estruturais para o seu início com a introdução dos modernos métodos contraceptivos, especialmente a pílula anticoncepcional.

Do debate sobre as causas e mecanismos da queda da fecundidade nos países desenvolvidos, e sua manutenção por um já longo período abaixo do nível de reposição, emergem como dominantes as questões da valoração dos filhos frente a outras aspirações dos adultos, da igualdade de gênero e suas assimetrias entre as várias agências envolvidas, e dos constrangimentos e facilidades representados pelas políticas públicas e pelo mercado de trabalho enquanto condicionantes da decisão sobre o tamanho e oportunidade da prole.

Na esmagadora maioria das sociedades humanas, senão na sua totalidade, o cuidado com os filhos foi até muito recentemente atribuição feminina. Por determinismo biológico ou construção social, foi assim que a espécie evoluiu e as sociedades se estruturaram. Mesmo os modernos sistemas de bem estar social erigidos após a segunda guerra mundial, quando as mulheres já haviam alcançado notáveis progressos no campo da igualdade de direitos, alicerçaram-se no modelo conhecido como “homem provedor”⁹.

Apesar de todo o avanço da agenda da equidade de gêneros, ainda é sobre as mulheres que recai a maior parte do ônus da procriação. Além dos riscos biológicos inerentes à gravidez, parto e amamentação, são elas que suportam os constrangimentos sociais e econômicos da maternidade.

⁹ O termo largamente utilizado na literatura em língua inglesa é “male breadwinner”.

Em sua crítica ao trabalho de Therborn (2006), Oliveira (2008) chama a atenção justamente para o papel dos constrangimentos impostos às mulheres pela sociedade e pela economia na definição do seu comportamento reprodutivo. Um dos principais constrangimentos vem a ser a contingência de trabalhar segundo regras que não levam em conta as necessidades de tempo para os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos.

Desta forma, é o progressivo ingresso das mulheres no mercado de trabalho que impõe à sociedade e ao Estado a demanda por mecanismos de garantia ou compensação financeira às mães, e por agências que atuem como substitutas da atenção materna às crianças desde a mais tenra idade.

A dependência das mulheres em relação a esta resposta da sociedade e do Estado varia enormemente conforme a sua situação sócio-econômica. Para as mais ricas e escolarizadas, o Estado parecerá sempre um sorvedouro de impostos e provedor de serviços ineficientes. Para as mais pobres e menos escolarizadas, a disponibilidade de determinados serviços públicos pode representar a diferença entre conseguir ou não se reproduzir enquanto ator social e econômico.

No que tange à substituição da presença materna, a creche de natureza educacional constitui a resposta mais adequada e racional, pois permite satisfazer simultaneamente as necessidades do cuidado infantil e de formação das novas gerações.

Outra questão que tende a se tornar mais e mais determinante para a expansão da matrícula em creche é a crescente importância da escola como agência de construção da sociabilidade. A progressiva redução do número de filhos por família rarefaz as possibilidades de desenvolvimento da sociabilidade nas crianças no ambiente doméstico. Para além da liberação do tempo materno, a escola torna-se necessária enquanto espaço de convivência da criança com outras crianças da mesma idade.

Ryder (1965), já descrevia a escola como o espaço de transição entre o universo familiar e a sociedade. Quanto maior a complexidade da sociedade, maior a dificuldade dos pais de prover de forma autônoma os conhecimentos necessários à inserção competitiva dos filhos na sociedade. A escola seria o ente ideal para cumprir tanto o papel educativo quanto de desenvolvimento da sociabilidade em crianças cada vez mais isoladas em famílias pequenas.

Narrada desta forma, no ano 2012 do Calendário Gregoriano, parece perfeitamente tranqüila e racional a transição do antigo modelo em que as mulheres eram mães em tempo integral e se ocupavam praticamente sozinhas do cuidado e da formação dos filhos nos primeiros anos de vida para o atual, onde elas se inserem no mercado de trabalho em condições cada vez mais parecidas com as dos homens, e valem-se de agências substitutivas na criação e na educação dos filhos.

Entretanto, no mundo real esta transição não foi tão pacífica nem tão racional, e ainda está longe de ser concluída. Séculos de patriarcado e suas múltiplas formas de manifestação cultural pesaram fortemente sobre as mulheres. Foi difícil conquistar o direito a uma educação que lhes permitisse ingressar no mercado de trabalho e penosa a luta por um mínimo de equidade nesse mercado. Foi difícil legitimar perante a família a decisão de trabalhar fora de casa. Em muitos casos o processo começou mais pela necessidade de renda adicional que por vontade das próprias mulheres.

Não foi um caminho linear nem unidirecional. Cada degrau galgado levava a novos e mais complexos obstáculos. Igualdade no mercado de trabalho significou também jornadas iguais às dos homens, sem tempo livre para amamentar ou educar os filhos. Este dilema ainda está longe de ser solucionado, talvez com exceção de alguns países do norte da Europa.

Conforme aventou Chesnais (1996), mesmo na Alemanha, país reconhecidamente na vanguarda do welfare-state, o descompasso entre os horários de funcionamento das escolas e da maioria dos empregos disponíveis para as mulheres pode ter desempenhado um papel importante na derrubada das taxas de fecundidade no final do século XX.

No Brasil esta transição começou mais tarde, foi mais imperfeita, e está mais longe de se completar que nos países desenvolvidos. Com exceção de nichos profissionais específicos, como o magistério e a enfermagem, onde a presença feminina é bem mais antiga, pode-se datar o início do processo em meados da década de 1940, pelo menos nos centros urbanos. Já no meio rural, que concentrava a maioria da população até meados da década de 1960, o envolvimento das mulheres no trabalho se dava no âmbito familiar, conforme desenvolvido no item 1.2.

Na seqüência deste capítulo, analisam-se algumas peculiaridades do processo brasileiro de acomodação da sociedade e do Estado às transformações do status e do papel das mulheres. É interessante notar que a queda da fecundidade pode ser vista como uma das estratégias de adaptação no âmbito privado, mas acaba por desencadear processos que, por sua vez, exigem novos movimentos de acomodação, seja no âmbito familiar, seja enquanto demanda sobre os serviços públicos e privados.

2.1. O Estado que manda

No caso brasileiro, a resposta do Estado à demanda por compensações econômicas às mulheres que trabalham e agências substitutivas da atenção materna atacou primeiramente a agenda da proteção trabalhista à mulher por ocasião da maternidade.

A Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, já estabelecia, em seu artigo nº 389, a obrigatoriedade das empresas onde trabalhassem mais de trinta mulheres com dezesseis anos ou mais a disponibilizar local apropriado e guarda para as crianças no período de amamentação. A partir de 1986 passa a ser permitida a substituição deste benefício pelo pagamento em pecúnia do auxílio-creche¹⁰.

Institutos como a estabilidade temporária e o salário-maternidade beneficiam as trabalhadoras do setor formal desde a promulgação da CLT, sendo que o último aumentou de oitenta e quatro para cento e vinte dias na Constituição de 1988, e para até cento e oitenta dias para grupos restritos desde 2007.

Tais dispositivos constituem exigências impostas pelo Estado para serem cumpridas pelo setor privado, e provaram-se bastante eficazes no que tange à proteção do emprego e da renda das trabalhadoras do setor formal da economia. Entretanto, parecem insuficientes no caso das mais escolarizadas, que competem pelas posições superiores na hierarquia administrativa e remuneratória das empresas.

Para estas, o tempo despendido no gozo deste direito legal pode implicar ser preteridas em promoções ou na escolha para cargos de direção. Tanto Mac Donald quanto Therborn, dentre outros, registram tal insuficiência ao analisar a aparente ineficácia das políticas pró natalistas adotadas nos países desenvolvidos.

¹⁰ Portaria nº 3.296, de 1986, do Ministério do Trabalho.

Conforme adiantado no final do item 1.1, reside neste ponto a principal dificuldade de análise do regime de fecundidade brasileiro à luz das matrizes explicativas européias e americanas.

A questão das mulheres posicionadas nos extratos superiores das pirâmides educacional e remuneratória, que é fulcral nos países desenvolvidos, afeta um percentual ainda muito pequeno da população brasileira.

Mais relevante por aqui é analisar a situação de homens e mulheres nas idades determinantes para a fecundidade relativamente à participação na força de trabalho e contribuição previdenciária. Dados extraídos da Fundação IBGE (2009) e apresentados na Tabela 1 revelam que o número de mulheres que trabalham e contribuem para a Previdência Social é significativamente inferior ao dos homens em todos os grupos etários relevantes para a questão da fecundidade. Isto denota o quão longe o Brasil se encontra da igualdade de gêneros no que tange ao mercado de trabalho.

Como se observa, apenas 33,0% das mulheres entre 15 e 49 anos preenchia simultaneamente os requisitos de trabalho e contribuição previdenciária essenciais ao usufruto da proteção trabalhista à maternidade. Por outro lado, 25,7% delas trabalhava mas não contribuía, vale dizer, não contava com a cobertura das salvaguardas trabalhistas. As restantes 41,03% não trabalhavam na semana de referência da pesquisa. Quando se comparam as proporções de mulheres e homens que não trabalham em cada grupo etário, encontram-se relações de mais de três vezes em todos os grupos a partir dos 30 anos.

TABELA 1 - Trabalho e contribuição para instituto de previdência social na semana de referência, por sexo e grupo etário. Números Totais e participação no grupo etário por sexo

Grupo Etário	Número	Homens			Mulheres			Mulher/Homem	
		Trabalha e Contribui	Trabalha Não Contribui	Não Trabalha	Trabalha e Contribui	Trabalha mas Não Contribui	Não Trabalha	Não Trabalha	
15-19	8.558.589	11,9%	33,1%	55,0%	8.377.303	9,1%	18,8%	72,1%	1,31
20-24	8.247.985	45,5%	33,0%	21,5%	8.249.829	31,6%	23,7%	44,7%	2,08
25-59	8.062.094	56,2%	31,3%	12,5%	8.411.248	39,5%	24,1%	36,4%	2,91
30-34	7.238.571	56,6%	34,3%	9,1%	7.821.300	39,9%	27,4%	32,6%	3,58
35-39	6.621.223	55,7%	35,5%	8,7%	7.214.988	39,0%	29,7%	31,2%	3,58
40-44	6.372.029	55,3%	36,3%	8,4%	6.966.948	38,4%	29,9%	31,7%	3,79
45-49	5.771.871	54,1%	35,6%	10,3%	6.329.453	36,0%	28,4%	35,5%	3,45
Total	50.872.362	46,7%	34,0%	19,4%	53.371.069	33,0%	25,7%	41,3%	2,13

Fonte: Fundação IBGE (2009). (PNAD)

Com relação às mulheres fora do mercado de trabalho, não se pode dizer que sejam majoritariamente pobres ou indigentes. Muitas delas, especialmente nos grupos de até 24 anos encontram-se na escola. Outras tantas têm situações conjugais onde a renda que teriam trabalhando é prescindível. O que se pode afirmar é que elas não estão cobertas pelas garantias da legislação trabalhista e previdenciária em caso de maternidade. Se têm proteção em caso de maternidade, não a devem ao Estado ou à legislação, e sim a arranjos privados.

2.2. O Estado que faz

Os dados apresentados no item anterior permitem inferir que para cerca de dois terços das mulheres entre 15 e 49 anos a rede de proteção estatal resume-se ao Sistema Único de Saúde – SUS, aos programas de transferência de renda, e à disponibilidade de creche para os filhos.

O SUS e as creches são também importantes para uma grande parte do outro terço das mulheres expostas ao risco da maternidade, quais sejam as que têm emprego formal e proteção trabalhista, porém com remuneração insuficiente para arcar integralmente com os custos dos serviços de saúde e educação.

Nos extratos inferiores da pirâmide de renda, mais um filho representa mais despesas com alimentação, saúde, vestuário, educação, etc. É nestes extratos que o nível da fecundidade se traduz mais diretamente em demanda sobre os programas de transferência de renda e serviços públicos de saúde e educação. Considerada a disponibilidade e a qualidade destes programas e serviços no Brasil, pode-se afirmar que eles mitigam parcialmente os custos de uma prole mais numerosa, mas não chegam a representar estímulos à fecundidade.

No caso da atenção à saúde por parte do Estado, a Constituição de 1988 marcou a ruptura com o modelo tradicional de vinculação da cobertura ao regime de seguro social contributivo. O direito à assistência à saúde, até então restrito aos que contribuam para a previdência social e seus dependentes tornou-se universal. A adaptação das estruturas do sistema ao enorme aumento de demanda foi longa e tortuosa, e também está longe de ser concluída. Para os fins desta dissertação, importa registrar que o SUS é atualmente o maior

item de despesa do Governo Federal depois da Previdência Social e das despesas com pessoal e encargos, e que seus serviços são essenciais à grande maioria da população.

No caso da educação infantil, especialmente na etapa de creche, cabe uma descrição mais detalhada do processo de surgimento e institucionalização, que no Brasil pode ser datado entre a década de 1970 e o início do século XXI.

Conforme demonstra Rosemberg (1984), a gênese da creche enquanto instituição respondeu à necessidade de liberação da mulher para o trabalho organizado em moldes capitalistas, e não ao diagnóstico de sua conveniência enquanto etapa inicial da educação das crianças.

A pesquisadora cita uma iniciativa pioneira lançada em 1941 nos Estados Unidos na esteira da mobilização da cadeia produtiva ligada à segunda guerra mundial. Baseado no chamado Lanhan Act, o programa de financiamento federal de creches para os filhos de mulheres empregadas nas indústrias de guerra chegou a atender um milhão e seiscentas mil crianças, que seria o maior número jamais alcançado nos Estados Unidos, pelo menos até 1980¹¹. Tal programa foi rapidamente desarticulado ao final da guerra.

Mesmo no ciclo seguinte de expansão das creches nos Estados Unidos, entre o final da década 1960 e o início da de 1970, persistiu o caráter de instituição meramente substitutiva da atenção materna, no máximo destinada a prover cuidados de alimentação e saúde às crianças.

Ainda segundo Rosemberg (1984), os principais movimentos de reivindicação de creches que ocorreram no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 mantiveram o mesmo enfoque, e a resposta do Estado, no caso estudado da Prefeitura de São Paulo, destinando as vagas a famílias de baixa renda, terminou por reforçar o caráter meramente assistencial destas instituições.

A reivindicação da oferta de creches com subsídio integral ou parcial entra na agenda dos movimentos sociais na década de 1980, tendo como pólo passivo ora o Estado ora os empregadores.

Cardoso (2011) destaca o caso da luta pelas creches no município de São Paulo, entre 1981 e 1982, como um dos exemplos mais completos do florescimento dos

¹¹ Citação de Gilbert Steiner (1980) *apud* Fúlvia Rosemberg (1984).

movimentos sociais movidos por uma causa aglutinadora e desvinculados dos canais clássicos de participação política, como os partidos e sindicatos. Também neste trabalho, sobressai a idéia da creche como um sucedâneo público para o papel de mãe, um espaço de cuidado, que permitiria às mulheres trabalhar fora sem culpa, mas sem vinculação com a agenda da educação. Os avanços obtidos pelo Movimento Pró Creches em São Paulo foram importantes enquanto construção de uma nova forma de atuação política e relação da sociedade civil com as agências públicas, mas as creches conquistadas tiveram um caráter meramente assistencial, sem qualquer interação com um projeto educacional.

A atuação do governo federal, por seu turno, estruturou-se a partir da Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA, tradicionalmente presidida pela esposa do presidente da república, que repassava recursos de forma discricionária a instituições que mantinham creches também de natureza assistencial. A LBA viria a ser extinta em 1995, mas os convênios existentes à época foram prorrogados sucessivas vezes até o final da década.

A migração da creche para o âmbito da educação só viria a ocorrer no final da década de 1990, sob os auspícios da nova orientação de organizações internacionais, especialmente UNESCO e UNICEF.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação¹² estabeleceu como dever do Estado o atendimento gratuito em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, e comete aos Municípios a responsabilidade prioritária pelo seu oferecimento.

O Plano Nacional de Educação¹³ estabeleceu para o final da década de 2000 as metas de atendimento em creche de 50% das crianças em idade correspondente, mas a expansão se deu em ritmo lento e heterogêneo, pelo menos até 2010.

O Estado que manda no caso das garantias de emprego e renda às mães trabalhadoras passa a atuar diretamente na oferta de agências substitutivas da atenção materna às crianças.

2.3. Educação infantil no Brasil: do fim para o começo.

¹² Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

¹³ Aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

A universalização do acesso à educação fundamental só foi atingida no Brasil nos últimos anos do século XX, com atraso de pelo menos cinquenta anos em relação a países vizinhos como Argentina e Uruguai.

Conforme registra Rigotti (2001), com base em dados do INEP, o atendimento escolar na faixa de sete a quatorze anos era de apenas 61,7% em 1970, vindo a atingir 95,8% em 1998. Dados mais recentes do INEP mostram o aumento para 99% no censo escolar de 2002.

As causas de tal atraso são muitas, e compreendem desde a omissão ou inapetência do Estado na oferta de vagas até a falta de adequada valorização da educação por parte de amplos setores da sociedade.

Como tantas políticas públicas no Brasil, a educação permaneceu durante décadas como competência concorrente entre as três esferas de governo. Mesmo atos legais redigidos sob as melhores intenções possíveis, como a própria Constituição de 1988, acabaram por fornecer pretextos e subterfúgios para que cada ente federado pretendesse deixá-la sob a responsabilidade dos demais.

A União se concentrou no papel de organizadora e mantenedora da rede de instituições federais de ensino superior, e exerceu um papel meramente supletivo na organização da educação básica, deixada sob a responsabilidade concorrente de estados e municípios.

O papel supletivo da União compreendia a distribuição de livros didáticos e merenda aos alunos, além de programas altamente discricionários como a aquisição de veículos para transporte escolar e a construção e reforma de escolas, executados mediante a transferência de recursos aos estados e/ou municípios responsáveis pelo atendimento.

A principal fonte de recursos no âmbito federal era a contribuição social do salário-educação¹⁴, paga pelas empresas vinculadas à previdência social, correspondente a 2,5% da respectiva folha de pagamentos. Tal contribuição exonerava as empresas da obrigação de manter escolas para os filhos de seus empregados, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

¹⁴ Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964.

Responsáveis pela oferta da educação básica, estados e municípios digladiaram-se para exonerarem-se mutuamente da tarefa. Como em toda disputa desigual vence o mais forte, o papel de organizar e manter o ensino fundamental coube aos entes mais fracos.

Como resultado, em estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde os municípios concentravam riqueza e poder político, coube aos governos estaduais estruturarem e manterem as maiores redes de educação fundamental. Por outro lado, nos estados mais pobres, compostos por municípios ainda mais pobres, coube a estes últimos o ônus de organizar e manter tais redes.

Mesmo garantias estabelecidas em sede constitucional, como a vinculação de 25% das receitas de impostos e transferências de Estados e Municípios à educação, constante do art. 212 da Constituição de 1988, foram largamente ignoradas ou criativamente burladas por mais de uma década.

Ficaram tristemente famosos os casos de remuneração irrisória de profissionais da educação em muitos estados e municípios. Não é de se estranhar que as carreiras ligadas ao magistério tenham mantido baixíssima atratividade até o final do século XX.

O caráter perverso da concorrência de competências, ou de incompetências, começou a ser elidido com a promulgação da Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF¹⁵. Ficou assim estabelecido um mecanismo de redistribuição dos recursos vinculados à educação entre cada estado e seus respectivos municípios, de forma proporcional ao número de alunos atendidos nas respectivas redes de educação fundamental. Além da redistribuição, a União passou a fixar um valor mínimo de gasto anual por aluno, complementando o valor necessário para o seu atingimento nos estados mais pobres.

Este mecanismo entrou em vigência plena em 1998, desencadeando uma verdadeira corrida por parte dos municípios na criação de vagas na educação básica, e permitindo melhorias concretas de remuneração do pessoal, especialmente onde esta era mais baixa. Mesmo em estados onde o governo estadual tinha forte presença houve um

¹⁵ Em cada Unidade da Federação, o FUNDEF era constituído por 15% da receita do ICMS, do FPE e do FPM, além das compensações financeiras pagas pela União em virtude da desoneração fiscal das exportações, mecanismo conhecido como Lei Kandir.

intenso processo de municipalização do atendimento, pelo menos nas séries iniciais do ensino fundamental.

Se a universalização da educação básica se deu no final do século XX, a expansão da educação infantil ficou para o século XXI.

É importante registrar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961¹⁶ continha um artigo que previa a oferta de educação pré-primária aos menores de sete anos, a qual seria ministrado em escolas maternas ou jardins de infância. Tal dispositivo viria a ser revogado dez anos mais tarde pela Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação¹⁷, sem que sua vigência tenha produzido efeitos concretos.

A educação pré-escolar retorna ao ordenamento jurídico na Constituição de 1988, desta vez sob a denominação de educação infantil, como direito social e obrigação do Estado. Entretanto, a falta de cominação do ente federado responsável pelo seu oferecimento privou o dispositivo de eficácia real. Mesmo a Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que determinou que os municípios atuariam prioritariamente na educação infantil e fundamental, não chegou a criar mecanismos concretos voltados a esta etapa, quer de financiamento, quer de responsabilização efetiva dos administradores.

Apenas no final de 2006, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 53, que substituiu o FUNDEF pelo FUNDEB¹⁸, ficaram estabelecidos claramente tanto a responsabilidade municipal pela oferta de educação infantil quanto um mecanismo de financiamento com vigência de dezessete anos. Por este mecanismo, cada aluno matriculado em cada etapa ou modalidade da educação básica representa uma fração do FUNDEB no âmbito de cada Estado.

A exemplo do que ocorria no FUNDEF, a União suplementa os fundos que apresentam valor por aluno inferior ao mínimo nacional. Entretanto, por força da Emenda Constitucional nº 53, os aportes da União ao FUNDEB são significativamente mais elevados, correspondendo a, no mínimo, 10% do montante global dos 27 fundos estaduais.

¹⁶ Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

¹⁷ Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

¹⁸ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação, composto por 20% das receitas de impostos estaduais compartilhados com os municípios e 20% das transferências constitucionais recebidas pelos Estados e Municípios, das quais as mais significativas são o Fundo de Participação dos Estados – FPE e o Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Em que pese o forte estímulo à expansão da oferta de educação infantil pelos municípios, esta vem se dando em ritmos bastante assimétricos, mesmo dentro de cada estado.

2.3.1. Primeiro os mais velhos

Em termos administrativos, a educação infantil compreende as etapas de Creche e Pré-Escola, sendo a primeira reservada a crianças de zero a três anos, e a segunda às de quatro a cinco anos.

A oferta de pré-escola já tem raízes um pouco mais antigas, especialmente nos estados do Sul e do Sudeste, eis que acoplada às escolas de educação fundamental, e com projetos pedagógicos com elas compatíveis. Por esta razão, o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2000, previu como meta para o final da década uma cobertura de 80% das crianças existentes nesta etapa.

Com relação à etapa de creche, a discussão é bem menos pacífica, tendo prevalecido até muito recentemente a noção de que a sua oferta por parte do Estado seria mais uma ação assistencial que educacional.

O próprio processo de elaboração, discussão e votação da emenda constitucional que criou o FUNDEB ilustra o quão tardia foi a mudança desta percepção. Da formulação da proposta, no início de 2003, até o encaminhamento ao Congresso Nacional, em maio de 2005, não houve consenso dentro do Poder Executivo acerca da inclusão dos alunos de creche no mecanismo de redistribuição dos recursos. A Exposição de Motivos nº 19/2005, do Ministério da Educação, chega a fazer remissão àqueles alunos, enquanto o texto da Proposta de Emenda Constitucional nº 415/2005 não prevê a sua inclusão. Apenas ao final da discussão da matéria na Comissão Especial criada para análise da matéria na Câmara dos Deputados, no final de 2005, a creche foi incluída como etapa da educação básica para fins de critério de distribuição de recursos.

Kappel; Carvalho e Kramer (2001) demonstram o retardo e a lentidão do processo de expansão da educação infantil a partir da comparação dos dados das PNAD e dos censos educacionais dos anos de 1995 a 1998, e enriquecem a análise utilizando a Pesquisa sobre Padrões de Vida – PPV, realizada pelo IBGE entre 1996 e 1997 nas regiões Sudeste e

Nordeste. Naquele período, a pré-escola cobria a faixa etária de quatro a seis anos e a educação fundamental a faixa ideal de sete a quatorze anos.

A partir da compilação dos dados apresentados pelas autoras, no caso extraídos da PNAD, verifica-se que em 1995 a freqüência à pré-escola já era superior a 48% das crianças de quatro a seis anos. Esta cobertura era crescente com a idade, desagregando-se em 32% das de quatro anos, 53% das de cinco e 63% das de seis anos. Registra-se, também, que além deste percentual de freqüência à pré-escola, outras 10% das crianças de seis anos freqüentavam o ensino fundamental.

Este padrão de distribuição sugere que a pré-escola tenha se estruturado como porta de ingresso no ensino fundamental. Na maioria dos sistemas de ensino, a norma original era apenas um ano de educação pré-escolar.

O retrato encontrado pelas autoras a partir dos dados da PNAD de 1998 mostra a elevação dos percentuais de freqüência à pré-escola para 52% das crianças de quatro a seis anos. Esta expansão foi de um ponto percentual na faixa de seis anos, seis pontos na de cinco e quatro pontos na de quatro anos, mostrando a tendência de antecipação gradativa do ingresso na pré-escola.

No que diz respeito à creche, o mesmo trabalho mostra proporções quase insignificantes de freqüência entre as crianças de zero e um ano, e muito baixas entre as de dois e três. Em 1995 eram 1% das de menos de um ano, 3% das de um, 8% das de 2 e 18% das de três anos, com média ponderada de 8% para o grupo etário. Em 1998, apenas a proporção das crianças de três anos sobe dois pontos percentuais, o que eleva a média ponderada do grupo para 9%.

Estes dados compreendem a totalidade das redes por dependência administrativa. Quando desagregados por este critério a partir da PPV do IBGE, mostram que a responsabilidade do setor público na oferta destas etapas de ensino era de 59% no caso das creches e 56% na pré-escola.

Os dados de matrícula obtidos a partir da PNAD excedem significativamente aos registrados nos censos educacionais. No caso de 1998, este excesso é de 15% na faixa etária de quatro a seis anos, e 130% na de zero a três. A explicação para a discrepância reside no fato de que os censos educacionais registram apenas as matrículas em estabelecimentos de

ensino cadastrados como tal nos órgãos competentes, enquanto a PNAD computa as informações prestadas pelo responsável pelo domicílio, incluindo a frequência a qualquer tipo de estabelecimento.

A elevada diferença no caso das creches ratifica a afirmação anterior que em muitos casos esta etapa da educação infantil era organizada e/ou percebida como uma ação de natureza meramente assistencial.

A Tabela 2 mostra uma atualização dos dados de Kappel; Carvalho e Kramer (2001) com base na Fundação IBGE (2009), cobrindo a faixa de zero a três anos, típica da etapa de creche. Como se observa, houve significativo crescimento da proporção de freqüentadores, chegando-se a 2% entre os de menos de um ano, 9% entre os de um ano, 20% entre os de dois anos e 41% entre os de três anos, com média ponderada de 18%. Medida por este critério, a participação do setor público na oferta teria se mantido em 59% do total.

A manutenção do padrão de crescimento da proporção de freqüentadores com a idade indica que, por falta de oferta ou de demanda, a escolarização ainda não é uma realidade para as crianças de até um ano. Posto de outra forma, a expansão não se dá mediante a inclusão prioritária das crianças nascidas a partir de um determinado ano, mas sim pelo alargamento da oferta nas séries mais próximas do início do ensino fundamental e pela antecipação gradual da idade de ingresso.

TABELA 2 - Frequência a escola ou creche por idade e dependência administrativa - Brasil 2009

		REDE DE ENSINO					
		População	Pública	Privada	Total	% Matric	Part. Publ
IDADE	0	2.569.681	30.770	27.253	58.023	2%	53%
	1	2.589.122	146.878	83.587	230.465	9%	64%
	2	2.648.473	302.925	224.590	527.515	20%	57%
	3	2.729.548	664.671	456.693	1.121.364	41%	59%
Total		10.536.824	1.145.244	792.123	1.937.367	18%	59%

Fonte: Fundação IBGE (2009). (PNAD)

Admitida a incapacidade financeira dos municípios para absorver imediatamente toda a demanda, este tipo de estratégia minimiza o prejuízo educacional das coortes mais antigas, permitindo-lhes recuperar ao menos em parte o tempo perdido no primeiro e

segundo anos de vida, mas adia o surgimento da primeira coorte escolarizada desde o nascimento.

2.3.2. A Expansão das creches: lenta, gradual e desigual

No caso das creches, os setores público e privado movem-se segundo lógicas próprias e distintas entre si, mais concorrentes que complementares. Conforme o Censo Educacional de 2001¹⁹, dos 2.856 municípios das regiões Sul e Sudeste, 799 não tinham creches de natureza educacional, nem públicas nem privadas. Nos demais 2.057, havia creches municipais em 1.681 municípios e creches privadas em 1.086, o que resulta na sobreposição de redes em 710 deles.

A Tabela 3 detalha a realidade resumida acima por estado. Chama a atenção o fato de que em cerca de quarenta por cento dos municípios dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul não havia creches assim reconhecidas pelos órgãos competentes da área de educação, mesmo para crianças de famílias mais abastadas.

TABELA 3 - Existência de creches em Municípios das Regiões Sul e Sudeste em 2001

Rede	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	TT
Municipal	310	69	70	468	286	198	280	1.681
Privado	332	31	57	307	176	68	115	1.086
Total	482	75	84	552	356	210	298	2.057
Sobreposição	160	25	43	223	106	56	97	710
Ausência	371	3	8	93	43	83	198	799
Nº Municípios	853	78	92	645	399	293	496	2.856
Municipal	36,3%	88,5%	76,1%	72,6%	71,7%	67,6%	56,5%	58,9%
Privado	38,9%	39,7%	62,0%	47,6%	44,1%	23,2%	23,2%	38,0%
Total	56,5%	96,2%	91,3%	85,6%	89,2%	71,7%	60,1%	72,0%
Sobreposição	18,8%	32,1%	46,7%	34,6%	26,6%	19,1%	19,6%	24,9%
Ausência	43,5%	3,8%	8,7%	14,4%	10,8%	28,3%	39,9%	28,0%

Fonte: INEP (2001).

A Tabela 4 mostra o mesmo quadro atualizado para 2010. Como se observa, houve significativa redução dos números absolutos e relativos de municípios sem nenhuma cobertura de creches em sentido educacional, e coube ao setor público municipal a quase totalidade da expansão de cobertura por número de municípios.

¹⁹ Menciona-se o Censo Educacional de 2001 ao invés do de 2000 pelo fato do primeiro já apresentar maior robustez das informações referentes aos menores municípios.

TABELA 4 - Existência de creches em Municípios das Regiões Sul e Sudeste em 2010

Rede	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	Total
Municipal	581	76	87	601	375	257	353	2.330
Privado	328	29	71	378	155	77	140	1.178
Total	681	76	91	630	389	259	363	2.489
Sobreposição	228	29	67	349	141	75	130	1.019
Ausência	172	2	1	15	10	34	133	367
Nº Municípios	853	78	92	645	399	293	496	2.856
Municipal	68,1%	97,4%	94,6%	93,2%	94,0%	87,7%	71,2%	81,6%
Privado	38,5%	37,2%	77,2%	58,6%	38,8%	26,3%	28,2%	41,2%
Total	79,8%	97,4%	98,9%	97,7%	97,5%	88,4%	73,2%	87,1%
Sobreposição	26,7%	37,2%	72,8%	54,1%	35,3%	25,6%	26,2%	35,7%
Ausência	20,2%	2,6%	1,1%	2,3%	2,5%	11,6%	26,8%	12,9%

Fonte: INEP (2010).

O contraste entre os mapas de cobertura em 2001 e 2010 mostra também que o avanço foi significativo, porém bastante assimétrico entre os estados.

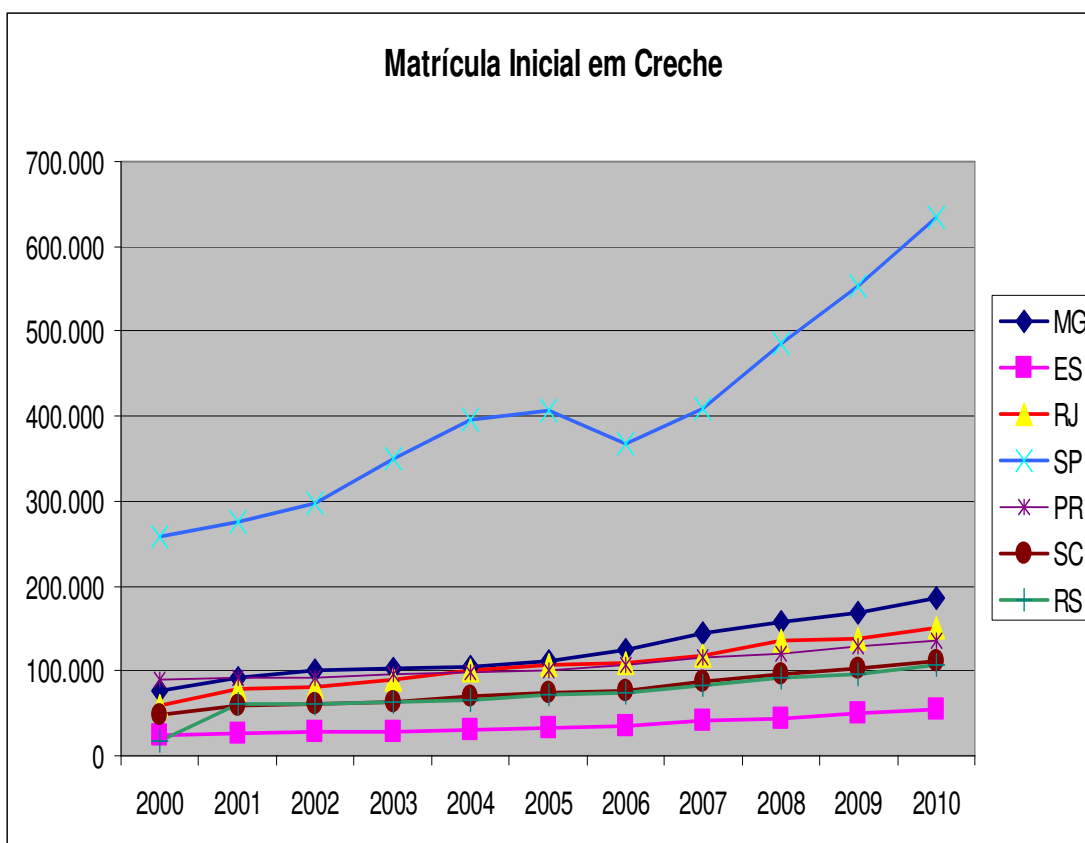
Além do crescimento do número de municípios com cobertura, houve significativa ampliação do número de alunos matriculados em creches entre 2000 e 2010. O Gráfico 1 mostra este avanço em todos os estados das regiões Sul e Sudeste, com destaque para São Paulo, que ostenta os maiores números absolutos e um alto percentual de incremento no período.

Este aumento do número de matrículas em creche ocorreu numa década em que a fecundidade já havia declinado em praticamente todo o Brasil, e o número de crianças de até três anos estava em retração.

A Tabela 5 mostra as variações do número de crianças de zero a três anos por estado das regiões Sul e Sudeste entre os Censos de 2000 e 2010. A comparação fornece elementos suficientes para demonstrar a tendência de queda da clientela potencial no período considerado.

A combinação de aumento de matrículas em creche e redução do número de crianças na faixa etária correspondente resultou na significativa elevação dos percentuais de cobertura. O Gráfico 2 mostra esta evolução. O que se observa é que além do incremento generalizado da relação, cresceu também a dispersão das mesmas, indicando aumento da heterogeneidade regional neste indicador.

GRÁFICO 1 - Matrícula Inicial em creche por ano e Unidade da Federação – 2000 a 2010



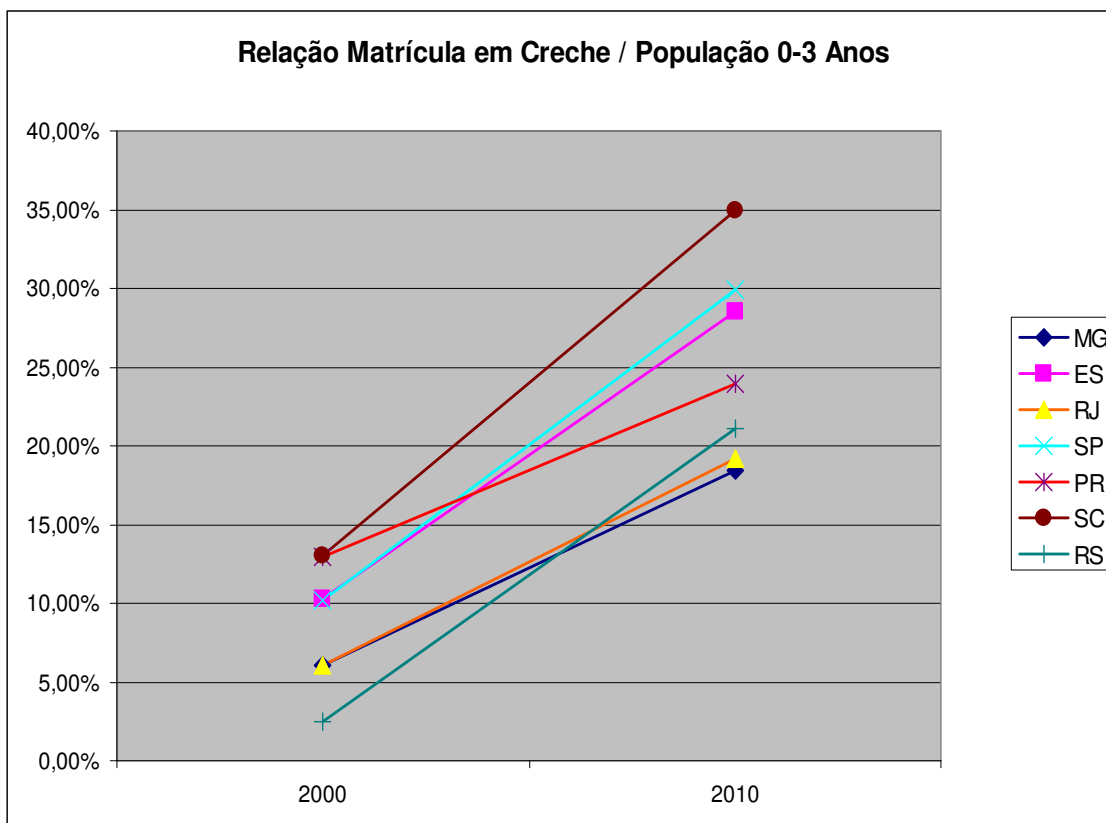
Fonte: INEP (2000 a 2010).

TABELA 5 - População de zero a três anos por Unidade da Federação nos Censos de 2000 e 2010

	2000	2010	Var (%)
MG	1.278.887	1.008.463	-21,15%
ES	226.731	194.273	-14,32%
RJ	976.346	783.186	-19,78%
SP	2.546.152	2.121.005	-16,70%
PR	701.108	564.607	-19,47%
SC	377.471	320.798	-15,01%
RS	681.586	506.957	-25,62%
TT	6.788.281	5.499.289	-18,99%

Fonte: Fundação IBGE (2000; 2010).

GRÁFICO 2



Fonte: INEP (2000; 2010); Fundação IBGE (2000; 2010).

Os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná apresentaram os menores crescimentos relativos no período. O Rio Grande do Sul, que tinha a pior cobertura em 2000, reverteu parcialmente a situação 2010, mediante um alto crescimento no período. Também merece registro que mesmo o Estado de Santa Catarina, com cobertura de 34,5%, encontra-se ainda distante da meta de 50% estabelecida no Plano Nacional de Educação.

Abstraídas as diferenças regionais e a heterogeneidade dos percentuais de cobertura, é nítido que cresceu a importância da creche de natureza educativa enquanto agência substitutiva da presença materna no cuidado infantil.

2.4. O paradoxo inescapável

O alvorecer do século XXI encontrou o Brasil em pleno processo de Transição da Estrutura Etária, caracterizada principalmente pela redução do peso das coortes mais jovens no total da população. Desdobramento inevitável da retração da fecundidade nas décadas anteriores, esta transição é descrita em detalhes por Wong e Carvalho (2006), que advertem

para o enorme risco de desperdício da janela de oportunidade representada pela redução da taxa de dependência na base da pirâmide etária antes do aumento da taxa de dependência no topo.

Simultaneamente à perda de participação das coortes mais jovens no total da população, verificou-se o início do processo de crescimento das matrículas em creches de natureza educacional.

A partir da descrição de Chesnais (1996) sobre a inviabilidade do estabelecimento de consensos em torno de políticas pró natalistas na Europa, pode-se perceber o paradoxo representado pelo aumento do investimento público e privado voltado a uma faixa etária cada vez menos representada na população total.

Da mesma forma que o aumento do peso da população idosa confere crescente poder político àquela parcela, e dificulta o encaminhamento de qualquer reforma previdenciária baseada no adiamento da concessão ou no achatamento do valor dos benefícios, a redução do número de famílias com filhos de 0 a 3 anos de idade tende a diminuir a atratividade eleitoral de políticas voltadas à primeira infância.

Caso se realizasse um plebiscito anual para que o eleitorado decidisse entre investir em creches ou aumentar o valor das aposentadorias e pensões, é presumível que a vantagem da segunda alternativa cresceria inexoravelmente com o tempo.

Este paradoxo só pode ocorrer porque a democracia tem mecanismos mais sofisticados que a simples hegemonia da maioria. No caso brasileiro, esta subversão tem raízes na divisão de competências entre as esferas de governo. O fato da responsabilidade financeira pela previdência social ser majoritariamente federal, enquanto a educação infantil onera os municípios evita a explicitação do conflito alocativo nestes termos.

A engenhosidade do constituinte brasileiro no estabelecimento desta divisão de competências abre espaço jurídico mas não é, por si só, condição suficiente para que o paradoxo realmente ocorra.

A leitura de Furtado (1959) ajuda a entender como decisões aparentemente equivocadas, como o suporte estatal ao complexo cafeeiro nas recorrentes crises de superprodução ao longo dos séculos XIX e XX foram na verdade a única alternativa possível aos governantes que as tomaram.

No caso da expansão da oferta de creches em pleno período de declínio do peso das coortes beneficiadas cabe indagar se o paradoxo não seria de fato inescapável.

Vislumbram-se duas vertentes explicativas para este aparente paradoxo. A primeira reside no progressivo esgotamento dos arranjos privados²⁰ de cuidado infantil anteriormente prevalentes. A segunda diz respeito ao alívio proporcionado pela redução do número de crianças em idade escolar sobre os responsáveis pelo financiamento da educação infantil, quer no setor público, quer no âmbito das famílias.

O processo de redução das taxas de fecundidade atua mais diretamente sobre a segunda vertente, mas também sobre a primeira, neste caso com certo retardo e em conjunto com elementos associados à Segunda Transição Demográfica e ao próprio desenvolvimento econômico.

Em ambos os casos, o efeito decorre mais da queda das taxas de natalidade que da fecundidade. Em última análise, a capacidade de investimento de uma sociedade nas suas crianças mais jovens depende da relação entre o número destas e da população total, vale dizer da Taxa Bruta de Natalidade²¹. Para o ente responsável pelo atendimento, não faz diferença se uma coorte grande é produto de uma alta taxa de fecundidade ou da existência de um grande número de mulheres em idade fértil.

Da mesma forma, dada a estrutura das bases de financiamento dos municípios, a população total é mais determinante que a população economicamente ativa. Importantes transferências constitucionais como o FPE e o FPM têm a população municipal como item preponderante nas fórmulas de rateio. Já os rendimentos de aposentados e pensionistas alimentam as economias locais, e impactam positivamente a arrecadação de tributos de competência municipal, assim como do ICMS²².

Apesar das taxas de fecundidade na maioria dos grandes municípios do Brasil terem convergido para abaixo de dois filhos por mulher no início da década de 2000, as taxas brutas de natalidade ainda apresentam uma dispersão muito maior entre estes, fruto das

²⁰ Consideram-se arranjos privados as estratégias de organização do cuidado com as crianças sem a participação do Estado ou de instituições especializadas. São exemplos o auxílio de pessoas residentes ou não no mesmo domicílio, tais como irmãs, tias, avós e empregadas domésticas.

²¹ A Taxa Bruta de Natalidade – TBN corresponde ao número de Nascidos Vivos num ano dividido pela população total no mesmo ano, usualmente a população recenseada.

²² Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, de competência estadual, do qual 25% da receita pertence aos municípios onde foi gerada.

diferenças de antiguidade e ritmo do processo de queda da fecundidade. Considerados dois municípios que tenham apresentado a mesma taxa de fecundidade total em 2000, a diferença entre as respectivas taxas brutas de natalidade será dada pelas estruturas etárias da população feminina, que por sua vez refletirá a fecundidade nas décadas anteriores.

Seria de se esperar, portanto, que aqueles municípios pioneiros na redução da fecundidade sejam também os primeiros a percorrer as demais etapas do processo que leva ao aumento da escolarização na primeira infância. Algumas destas etapas são essencialmente demográficas, outras decorrem das transformações na estrutura das famílias e da sociedade, e outras dependem de respostas de mercado ou do poder público.

A seguir estas duas vertentes explicativas são exploradas separadamente. Tal separação atende apenas e tão somente à racionalidade expositiva, uma vez que os processos são fortemente interdependentes.

2.4.1. Da porta de casa para dentro

Conforme já anteriormente exposto, o modelo tradicional de cuidado infantil baseava-se na presença da mãe no domicílio em tempo integral. Quando a mulher passa a se ausentar, por motivo de trabalho ou estudo, impõe-se o dilema entre deixar de ter filhos ou substabelecer parte da responsabilidade pelos cuidados que estes exigem.

É, pois, natural que as quedas da fecundidade e da presença das mulheres no domicílio, em tempo integral ou preponderante, ocorram de forma concomitante. Não é relevante para esta análise se a decisão de ter menos filhos naquele momento é causa ou corolário da de se ausentar do domicílio, nem tampouco se esta ausência se deve a estudo ou trabalho, necessidade ou auto realização. O que importa é a quebra do paradigma da responsabilidade virtualmente exclusiva da mãe pelo cuidado dos filhos.

No Brasil este processo inicia-se no Brasil na década de 1950 em alguns municípios pioneiros do Rio de Janeiro e de São Paulo, amplia-se nas duas décadas seguintes, intensifica-se na de 1980, e generaliza-se na de 1990. No final do século XX, mais de dois terços dos grandes municípios do Sul e do Sudeste já ostentam taxas de fecundidade abaixo de dois filhos por mulher, e proporções igualmente baixas de presença feminina no domicílio. As proporções de presença feminina caem inicialmente pelo aumento da

escolaridade no grupo etário de 15 a 19 anos e por motivo de trabalho nos demais grupos. Posteriormente o aumento de escolaridade atinge também o grupo de 20 a 24 anos. As taxas de escolarização feminina tradicionalmente inferiores às masculinas, crescem continuamente, ao ponto de suplantá-las na virada do século.

Nesta primeira etapa, a ausência materna é suprida basicamente por arranjos privados internos ou próximos ao domicílio, sendo a força de trabalho constituída essencialmente pelas mulheres acima de uma idade mínima. Pode-se estipular esta idade mínima em dez anos, até por coerência com indicadores e estatísticas disponíveis.

Para as mulheres inseridas no mercado formal de trabalho, cobertas pelas salvaguardas da legislação trabalhista, estes arranjos são complementados por creches ou berçários mantidos por empresas. Para as demais, pelo menos até a década de 1990, apenas iniciativas de entidades assistenciais ofereciam alguma alternativa aos arranjos domiciliares. Os dados apresentados no item 2.3 deixam claro o quão incipiente era a oferta de vagas em creches até o final da década de 1990.

A contratação de babás ou empregadas domésticas é importante apenas para os segmentos de classe média e alta. Neste caso o fator determinante é mais econômico que demográfico.

No plano domiciliar, o avanço dos processos de ausência feminina e queda da fecundidade deixa cada vez menos pessoas mobilizáveis para auxiliar no cuidado infantil. À redução decorrente da queda do número de filhos tidos somam-se elementos característicos da Segunda Transição Demográfica, que podem ser observados em grandes municípios do Sul e do Sudeste do Brasil, como a proliferação de domicílios unipessoais.

Dois destes elementos são particularmente importantes. O primeiro é a tendência à redução do número de pessoas por domicílio. O número médio de mulheres de dez anos e mais por domicílio cai pela redução do numerador, mas também pelo aumento do denominador. Além deste efeito puramente matemático, a participação destas mulheres no cuidado infantil é progressivamente limitada pela concorrência de outras atividades pela alocação do tempo. Além da educação formal e do trabalho remunerado, aumentam continuamente as opções de lazer e entretenimento.

Um terceiro elemento vem a ser o enfraquecimento do sentimento de responsabilidade nos casos em que a criança a ser cuidada não é resultado da mesma união que a(s) pretensa(s) cuidadora(s).

Nos casos em que há ou resta somente uma criança no domicílio, surgem problemas de sociabilidade. Os pequenos reis tornam-se imperadores virtualmente absolutistas. Therborn (2006) faz uma interessante explanação a respeito deste tema.

Neste cenário, a matrícula em creche surge como panacéia quase universal, pois permite equacionar simultaneamente as questões do cuidado infantil, do desenvolvimento da sociabilidade e da preparação para o ensino formal. Nas escolas existe um mínimo de escala e se pode contar com pessoal formado e treinado para a tarefa, o que torna essa solução mais racional que a montagem de outros arranjos privados no âmbito do domicílio.

Conforme anteriormente exposto, esta transição não foi pacífica nem no Brasil nem na maioria dos demais países. Fatores culturais e religiosos adiaram por décadas o momento em que esta percepção se generalizasse. Na verdade este momento ainda não chegou plenamente nem na Europa, como restou evidenciado no capítulo 1.

O esgotamento dos arranjos privados de cuidado infantil e o crescimento da preferência por creches podem ou não coincidir temporalmente com o alívio da pressão demográfica sobre as famílias e as redes de ensino, que vem a ser a base da segunda vertente explicativa proposta para o paradoxo em tela.

2.4.2. De necessidade a demanda

Uma vez quebrado o paradigma da mãe em tempo integral, e progressivamente inviabilizados os arranjos privados que o substituíram num primeiro momento, está criada a necessidade de substituição dos mesmos pelo paradigma da creche. Entretanto, entre a constatação da necessidade e a sua satisfação pelo mercado ou pelo poder público vai uma longa distância.

A mediação entre a oferta e a demanda por matrículas em creche ocorre primordialmente nas redes de ensino, públicas ou privadas. É uma mediação imperfeita, que obedece a lógicas distintas nos setores público e privado.

Por uma série de razões, as famílias brasileiras situadas nos extratos superiores de renda costumam buscar no setor privado a satisfação de demandas formalmente garantidas pelo Estado, especialmente saúde e educação²³.

Esta estratégia implica custos diretamente proporcionais ao tamanho da prole. Quanto mais alto o extrato econômico e social da família, maiores são as exigências, expectativas, e, sobretudo, os custos de se ter um filho ou mais um filho. A partir de um determinado segmento da classe média, mais um filho exige mais um quarto no domicílio, um carro maior, mais uma mensalidade escolar, mais uma festa de aniversário temática, e outros tantos itens de custo e demanda de tempo de atenção da família.

Neste sentido, a redução do número de filhos por família abre espaço para o aumento do investimento nesses, especialmente em educação. Encontra-se aqui uma interessante ilustração do caráter altruísta da primeira motivação para o declínio da fecundidade, conforme descrito por Ariès (1980)²⁴.

No caso do setor privado, a expansão da oferta de creche é essencialmente uma questão de escala de mercado. Havendo um número mínimo de crianças cujos pais se disponham a pagar pelo serviço, o mesmo acabará por ser oferecido. Neste caso, a queda da fecundidade contribuiria para proporcionar aos pais alguma folga financeira para assumir a despesa. Menos crianças por família significam mais pais de classe média dispostos a pagar por creches privadas.

No caso do setor público, a competição por recursos escassos levou à postergação do investimento nas etapas iniciais da educação infantil. Décadas de regime alta fecundidade despejaram no ensino fundamental uma torrente de alunos que poucos municípios lograram atender condignamente. A baixa qualidade se traduziu em altas taxas de repetência, que realimentaram o círculo vicioso do excesso de demanda.

²³ Não faz parte do escopo desta dissertação analisar as razões da preferência de parte da população brasileira pelos serviços privados de educação e saúde. Cabe apenas registrar que a clivagem econômica e social existente no Brasil também se manifesta nesses serviços, e que, conseqüentemente, a demanda por creche e a sua oferta nas redes públicas e privadas respondem a racionalidades distintas.

²⁴ Conforme exposto no item 1.2, o lapso de tempo entre os dois processos de redução da fecundidade no Brasil foi muito menor que nos países europeus. Desta forma, no período coberto por este trabalho havia famílias reduzindo a prole por razões altruístas e outras fazendo-o por razões egoístas, sendo impossível separar claramente os dois processos a partir de dados censitários.

Apenas no final na última década do século XX este problema começou a ser equacionado pela introdução do FUNDEF, que permitiu a melhoria da qualidade do ensino e a redução das taxas de repetência. Este processo de alívio reforçou o efeito da chegada de coortes menos numerosas, geradas após a redução das taxas de fecundidade iniciada na década de 1970 e intensificada na de 1980.

A decisão de utilizar parte dos recursos liberados pela retração do alunado no ensino fundamental para expansão da educação infantil não foi automática no caso das prefeituras, muitas vezes endividadas e/ou às voltas com outras demandas, até mesmo na própria área da educação.

Sendo a educação um serviço eminentemente intensivo em pessoal, as redes públicas produzem naturalmente corporações numerosas e aguerridas, eternamente em luta por melhores salários e condições de trabalho. Neste cenário, qualquer real liberado pela redução do alunado na rede existente pode ser legitimamente direcionado para aumentar os salários do pessoal já existente ao invés de ser investido na criação de uma nova etapa destinada a crianças mais novas. Entre a reivindicação concreta de uma corporação estabelecida no âmbito da administração e o atendimento a uma nova demanda nem sempre estruturada, não foi rara nem necessariamente ilegítima a opção pela primeira²⁵.

No caso brasileiro, o principal canal de pressão sobre as administrações municipais pela abertura de creches foi a ação do Ministério Público, estadual e federal. Explorando a seara dos direitos sociais difusos, promotores e procuradores atuaram fortemente no sentido de exigir a criação de vagas em creches municipais, bem assim a assistência supletiva da União nesta tarefa. Os instrumentos foram desde a persuasão qualificada sobre prefeitos e secretários municipais até ações civis públicas ou de improbidade administrativa.

A reação dos municípios foi bastante heterogênea e assimétrica. Muitos municípios criaram redes ainda insuficientes, apenas como sucedâneo pro forma.

Um impulso adicional para que os municípios avocassem a responsabilidade pela oferta de vagas em creches veio da inclusão dos alunos desta etapa nos critérios de rateio do

²⁵ Houve por certo inúmeros casos em que a omissão dos municípios deveu-se à prioridade conferida a outras áreas, ou mesmo a razões inconfessáveis por parte dos dirigentes, mas a análise aqui apresentada cinge-se aqueles onde os recursos efetivamente permaneceram na área da educação.

FUNDEB. Como anteriormente exposto, este mecanismo redistribui uma cesta de recursos vinculados à educação entre o Estado e seus respectivos municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados em cada uma das redes de educação básica. O mecanismo entrou em vigor em 2007, ano em que foram computados um terço dos alunos de creches constantes do Censo Educacional de 2006. Em 2008 foram computados dois terços dos alunos contados no Censo Educacional de 2007, e, a partir de 2009, cem por cento dos alunos contados no Censo Educacional do ano imediatamente anterior.

Mesmo com o alívio da pressão demográfica sobre as redes de ensino e com o impulso adicional representado pelo FUNDEB, a expansão da matrícula em creche foi fortemente assimétrica entre os municípios brasileiros. Esta assimetria decorre de várias razões, cuja explicitação escapa aos objetivos do presente trabalho.

A qualidade da mediação entre demanda e oferta no setor público também é comprometida pela imperfeição dos processos de decisão quanto aos locais e horários de funcionamento das creches.

No que concerne à localização, em muitos municípios a solução mais simples de utilizar parte da capacidade ociosa das escolas de ensino fundamental para expansão da pré escola e das creches pode ser improdutivo, por resultar na oferta de vagas longe dos locais de residência das crianças potencialmente matriculáveis²⁶.

Quanto aos horários de funcionamento das creches, também podem ocorrer no Brasil os mesmos problemas relatados por Chesnais (1996) na Alemanha, o que sugere que o vigoroso aumento de matrículas pode não representar a satisfação completa da demanda, nem mesmo em relação às crianças atendidas.

Como se vê, no que concerne à disponibilidade de vagas em creches, especialmente no setor público, a transição foi tardia, incompleta e ainda imperfeita.

2.5. Amarrando as pontas

Uma vez enunciadas as duas vertentes propostas para explicar o aparente paradoxo da expansão da matrícula em creches após a substantiva redução da participação das

²⁶ A este respeito, o último dos entraves para a universalização da cobertura do ensino fundamental no Brasil foi a necessidade de prover transporte para os alunos até as escolas, especialmente mas não apenas na zona rural.

coortes correspondentes na população no Brasil, cabe avaliar sua consistência à luz dos dados estatísticos disponíveis.

Conforme mostrado no item 2.4.2, o mapa da presença de creches em sentido educacional por município nos estados das regiões Sul e Sudeste no início do século XXI mostra uma realidade bastante problemática para as mulheres que trabalhavam e tinham ou pretendiam ter filhos.

A persistência de taxas de fecundidade ainda acima de dois filhos por mulher nos estados do Sul e do Sudeste em 2000, quando a oferta de creches era ainda incipiente, indica a existência de outros arranjos privados de cuidado infantil, ou a preferência das famílias por esses.

O que se pretende sustentar, e, tanto quanto possível avaliar quantitativamente, é que a expansão da matrícula em creche atendeu à demanda social pela substituição dos arranjos anteriormente prevalentes, em face do seu esgotamento ou encarecimento ao longo da primeira década do século XXI, e foi facilitada pela redução da pressão demográfica sobre as redes de educação fundamental e sobre as próprias famílias. Colocado de outra forma, a queda da fecundidade, ao reduzir progressivamente o tamanho das coortes potencialmente usuárias das creches, acabou por aumentar a demanda pelas mesmas e a capacidade de atendimento por parte dos responsáveis, seja no âmbito familiar, seja no estatal.

O que se pode assumir é que deveria haver um padrão de correspondência entre as fases do processo de queda da fecundidade e da expansão da matrícula em creche. Considerados dois municípios com taxas de fecundidade semelhantes num determinado ano, aquele cujo processo de queda for mais antigo deverá registrar um alívio maior na pressão demográfica sobre os sistemas de educação fundamental, e reunir melhores condições de ampliar a oferta de creches.

No mesmo diapasão, os descompassos neste padrão, para o bem ou para o mal, podem ser tomados como indicadores do nível de desenvolvimento social dos municípios²⁷.

Pelo lado positivo, Chesnais (1996) especulou sobre a possibilidade de reversão da correlação negativa entre status feminino e fecundidade a partir de níveis elevados do primeiro e reduzidos da segunda. Comparando os casos da Itália e da Suécia, o autor sugere que, num cenário em que o custo de oportunidade dos filhos para as mulheres seja neutralizado²⁸, é possível que aumentos do status feminino passem a impactar positivamente a fecundidade, ao contrário do observado em todo o mundo ao longo dos últimos duzentos anos.

De outra parte, descompassos negativos num cenário de ampla disponibilidade de métodos contraceptivos e aumento da racionalidade econômica das decisões relativas à maternidade poderiam levar ao recrudescimento da tendência de queda da fecundidade.

Seria possível encontrar evidências empíricas dos processos descritos neste capítulo tendo como unidade de análise os grandes municípios das regiões Sul e Sudeste do Brasil no período entre 1980 e 2010?

²⁷ Apesar de aparentemente simplista, esta afirmação é corroborada pelo alto peso dos indicadores de educação no Índice de Desenvolvimento Humano, elaborado pelas Nações Unidas e largamente utilizado tanto para comparações internacionais quanto para mensuração de desigualdades regionais. No mesmo diapasão, pode-se argumentar que não é usual a existência de ilhas de excelência setorial em termos de serviços públicos. Salvo raríssimas exceções, não existem bons serviços em educação em municípios mal servidos nas demais áreas.

²⁸ No caso sueco esta neutralização apóia-se num tripé constituído por benefícios tributários e salvaguardas financeiras e trabalhistas para as mães, aparato altamente qualificado de atenção à saúde e educação infantil, e, no plano privado, maior equidade de papéis entre homens e mulheres.

CAPÍTULO III

O QUE OS NÚMEROS DIZEM DAS LETRAS

O objetivo deste capítulo é procurar evidências empíricas da validade de algumas das afirmações feitas no capítulo anterior.

Impende esclarecer que não se ambiciona encontrar correlações estatísticas indiscutíveis, nem deduzir fórmulas ou enunciar leis de comportamento. Conforme advertem Hauser e Duncan (1975), por melhores que sejam o ferramental teórico e os dados disponíveis, o risco de conclusões equivocadas é sempre significativo, uma vez que os fenômenos demográficos resultam da soma de milhares ou milhões de comportamentos individuais, que não necessariamente se enquadram na racionalidade dos modelos. No caso brasileiro, a esta ressalva devem ser adicionadas outras, decorrentes da imprecisão dos dados disponíveis, especialmente dos registros vitais e estruturas etárias.

O que se pretende é extrair da heterogeneidade brasileira elementos que auxiliem a sustentação ou a refutação da matriz explicativa.

Há duas grandes dificuldades de se trabalhar com o corte municipal no Brasil: a primeira é que as migrações internas desempenham um papel proeminente na desestabilização de qualquer modelo demográfico. A segunda é a heterogeneidade interna aos municípios. Há mais diferença entre ricos e pobres em qualquer município que entre pobres de municípios distintos. Neste sentido, alterações na distribuição da população por corte de renda ou escolaridade, causadas por migração, enriquecimento ou empobrecimento, podem subverter completamente tendências de longo prazo.

Uma vez definidas as expectativas e limitações do exercício, cumpre delimitar o universo de análise no tempo e no espaço, e enunciar as hipóteses de trabalho que podem contribuir para referendar aquelas afirmações.

3.1. Delimitação do universo de análise

A análise empírica cobrirá o período entre 1980 e 2010 no que tange à fecundidade, e o período entre 2000 e 2010 no que concerne à educação infantil. Não é relevante estender este último período mais para trás, pois as matrículas em creche eram muito

reduzidas antes disto. Ademais, as creches existentes tinham caráter assistencial, e não educacional.

A abrangência geográfica compreenderá os grandes municípios das regiões Sul e Sudeste. A restrição geográfica prende-se à melhor qualidade das estatísticas vitais disponíveis para aquelas regiões. O limite inferior de população atende à necessidade de escala na análise dos eventos relativos à fecundidade.

No Censo 1980, o Brasil contava com 3.991 municípios, sendo 2.129 nas regiões Sul e Sudeste. Estes números tiveram enorme crescimento, sobretudo entre a promulgação da Constituição de 1988 e a da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, levando a base territorial do Censo 2010 para 5.565 municípios, sendo 2.856 nas regiões Sul e Sudeste.

Uma vez que se pretende analisar séries históricas iniciadas em 1980, serão incluídos apenas os municípios constantes da base territorial daquele Censo.

Não faz muito sentido pretender comparar um número tão grande de situações, ainda mais levando-se em conta que mais da metade deles contava com menos de dez mil habitantes no ano 2000. Impende, portanto, selecionar municípios com um porte que reduza tanto quanto possível os efeitos da raridade dos eventos.

Adota-se o corte de população mínima de cem mil habitantes nos Censos de 1980, 1991 e 2000, o que resulta numa amostra inicial de 88 municípios, sendo 65 na Região Sudeste e 23 na Região Sul.

O processo de sucessivos desmembramentos e emancipações afetou principalmente municípios de pequena população, para os quais as regras de rateio do Fundo de Participação dos Municípios funcionaram como poderoso catalisador de interesses políticos locais²⁹.

A exceção a esta regra ficou por conta do Estado do Rio de Janeiro, onde o Município de Nova Iguaçu foi sucessivamente desmembrado, dando origem a municípios de grande população, como Belford Roxo, Queimados e Mesquita. No Estado de São Paulo foi criado o Município de Hortolândia, desmembrado de Sumaré. Além destes, alguns grandes municípios como Santos, Ribeirão Preto e Piracicaba sofreram desmembramentos, porém com perda de população que pode ser considerada irrelevante.

²⁹ João Carlos Magalhães analisou detidamente o processo de emancipação de municípios entre os censos de 1991 e 2000, e recuperou as cadeias de origem territorial.

Para os fins deste trabalho, serão excluídos da amostra os municípios que perderam mais de 10% de sua população em função de desmembramentos, quais sejam Nova Iguaçu – RJ e Sumaré – SP.

Desta forma, trabalhar-se-á com uma amostra de 86 municípios, que são mostrados na Tabela 6, com as respectivas populações residentes em cada um dos Censos do período.

TABELA 6 - Municípios da amostra e população residente

UF	Município	Código	População Residente			
			1980	1991	2000	2010
MG	Belo Horizonte	310620	1.780.839	2.020.161	2.238.526	2.375.151
MG	Contagem	311860	280.470	449.588	538.017	603.442
MG	Divinópolis	312230	117.333	151.462	183.962	213.016
MG	Governador Valadares	312770	196.117	230.524	247.131	263.689
MG	Ipatinga	313130	150.318	180.069	212.496	239.468
MG	Juiz de Fora	313670	307.534	385.996	456.796	516.247
MG	Montes Claros	314330	177.302	250.062	306.947	361.915
MG	Sete Lagoas	316720	100.618	144.014	184.871	214.152
MG	Teófilo Otoni	316860	128.826	140.833	129.424	134.745
MG	Uberaba	317010	199.208	211.824	252.051	295.988
MG	Uberlândia	317020	240.967	367.061	501.214	604.013
ES	Cachoeiro de Itapemirim	320120	123.686	143.449	174.879	189.889
ES	Cariacica	320130	189.099	274.532	324.285	348.738
ES	Colatina	320150	111.678	106.845	112.711	111.788
ES	Linhares	320320	123.163	119.690	112.617	141.306
ES	Vila Velha	320520	203.401	265.586	345.965	414.586
ES	Vitória	320530	207.736	258.777	292.304	327.801
RJ	Barra Mansa	330040	154.719	172.216	170.753	177.813
RJ	Campos dos Goytacazes	330100	348.542	389.109	406.989	463.731
RJ	Duque de Caxias	330170	575.830	667.821	775.456	855.048
RJ	Itaboraí	330190	114.542	162.742	187.479	218.008
RJ	Magé	330250	166.603	191.734	205.830	227.322
RJ	Nilópolis	330320	151.585	158.092	153.712	157.425
RJ	Niterói	330330	397.135	436.155	459.451	487.562
RJ	Nova Friburgo	330340	123.383	167.081	173.418	182.082
RJ	Petrópolis	330390	242.017	255.468	286.537	295.917
RJ	Rio de Janeiro	330455	5.090.723	5.480.768	5.857.904	6.320.446
RJ	São Gonçalo	330490	615.351	779.832	891.119	999.728
RJ	São João de Meriti	330510	398.819	425.772	449.476	458.673
RJ	Volta Redonda	330630	183.620	220.305	242.063	257.803
SP	Americana	350160	121.998	153.840	182.593	210.638
SP	Araçatuba	350280	129.307	159.557	169.254	181.579
SP	Araraquara	350320	128.122	166.731	182.471	208.662
SP	Bauru	350600	186.659	261.112	316.064	343.937
SP	Campinas	350950	664.566	847.595	969.396	1.080.113
SP	Carapicuíba	351060	185.822	283.661	344.596	369.584
SP	Diadema	351380	228.663	305.287	357.064	386.089
SP	Franca	351620	148.990	233.098	287.737	318.640

SP	Guarujá	351870	151.120	210.207	264.812	290.752
SP	Guarulhos	351880	532.724	787.866	1.072.717	1.221.979
SP	Jacareí	352440	115.738	163.869	191.291	211.214
SP	Jundiaí	352590	258.809	289.269	323.397	370.126
SP	Limeira	352690	150.561	207.770	249.046	276.022
SP	Marília	352900	121.768	161.149	197.342	216.745
SP	Mauá	352940	205.736	294.998	363.392	417.064
SP	Mogi das Cruzes	353060	197.935	273.175	330.241	387.779
SP	Osasco	353440	474.544	568.225	652.593	666.740
SP	Piracicaba	353870	214.307	283.833	329.158	364.571
SP	Presidente Prudente	354140	136.849	165.484	189.186	207.610
SP	Ribeirão Preto	354340	318.544	436.682	504.923	604.682
SP	Rio Claro	354390	110.202	138.243	168.218	186.253
SP	Santo André	354780	553.077	616.991	649.331	676.407
SP	Santos	354850	416.677	428.923	417.983	419.400
SP	São Bernardo do Campo	354870	425.611	566.893	703.177	765.463
SP	São Caetano do Sul	354880	163.086	149.519	140.159	149.263
SP	São Carlos	354890	119.535	158.221	192.998	221.950
SP	São José do Rio Preto	354980	188.599	283.761	358.523	408.258
SP	São José dos Campos	354990	287.513	442.370	539.313	629.921
SP	São Paulo	355030	8.493.217	9.646.185	10.434.252	11.253.503
SP	São Vicente	355100	193.008	268.618	303.551	332.445
SP	Sorocaba	355220	269.888	379.006	493.468	586.625
SP	Suzano	355250	101.056	158.839	228.690	262.480
SP	Taubaté	355410	169.259	206.965	244.165	278.686
PR	Cascavel	410480	163.470	192.990	245.369	286.205
PR	Curitiba	410690	1.024.980	1.315.035	1.587.315	1.751.907
PR	Foz do Iguaçu	410830	136.352	190.123	258.543	256.088
PR	Guarapuava	410940	158.585	159.634	155.161	167.328
PR	Londrina	411370	301.696	390.100	447.065	506.701
PR	Maringá	411520	168.232	240.292	288.653	357.077
PR	Ponta Grossa	411990	186.656	233.984	273.616	311.611
SC	Blumenau	420240	157.251	212.025	261.808	309.011
SC	Criciúma	420460	110.597	146.320	170.420	192.308
SC	Florianópolis	420540	187.880	255.390	342.315	421.240
SC	Joinville	420910	235.803	347.151	429.604	515.288
SC	Lages	420930	155.295	151.235	157.682	156.727
RS	Bagé	430160	100.133	118.967	118.767	116.794
RS	Canoas	430460	220.446	279.127	306.093	323.827
RS	Caxias do Sul	430510	220.553	290.925	360.419	435.564
RS	Gravataí	430920	107.437	181.035	232.629	255.660
RS	Novo Hamburgo	431340	136.494	205.668	236.193	238.940
RS	Passo Fundo	431410	121.155	147.318	168.458	184.826
RS	Pelotas	431440	259.994	291.100	323.158	328.275
RS	Porto Alegre	431490	1.125.478	1.263.403	1.360.590	1.409.351
RS	Rio Grande	431560	146.114	172.422	186.544	197.228
RS	Santa Maria	431690	181.571	217.592	243.611	261.031
RS	Viamão	432300	117.670	169.176	227.429	239.384

Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000; 2010) – Resultados do Universo.

3.2. Enunciado das hipóteses de trabalho.

As afirmações desenvolvidas no capítulo anterior parecem consistentes em relação aos grandes agregados. Nos planos nacional e regional as tendências da fecundidade e da natalidade já estão sobejamente pacificadas. O que se deseja neste exercício é verificar se tais tendências são convergentes ou não entre os municípios da amostra, ou seja, se há ou não municípios que escapam à tendência dominante, e se há correlação de intensidade entre os fenômenos que se supõe interdependentes.

São formuladas as seguintes hipóteses de trabalho para os 86 municípios da amostra:

1. As taxas de fecundidade total caem de censo para censo;
2. As quedas das taxas de fecundidade são acompanhadas pela das taxas brutas de natalidade, eventualmente com alguma defasagem temporal que decorre da inércia demográfica e migrações;
3. Dentre as mulheres mais expostas ao risco da maternidade, assim entendidas as dos grupos etários entre 15 e 39 anos³⁰, a proporção das que permanecem no domicílio cai continuamente entre 1980 e 2000;
4. Dentre as mulheres entre 15 e 39 anos que tinham filhos de 0 a 3 anos a proporção das que permanecem no domicílio é invariavelmente maior que a observada no total da população feminina no mesmo grupo etário.
5. A força de trabalho familiar potencialmente mobilizável para o cuidado infantil no domicílio, assim entendido o número médio de mulheres de 10 anos e mais, cai continuamente entre 1980 e 2010;
6. O número médio de crianças de 0 a 14 anos por domicílio cai continuamente entre 1980 e 2010;
7. Consideradas apenas as mulheres entre 15 e 39 anos que tinham filhos entre 0 e 3 anos, a proporção das que tinham apenas um filho cresce de Censo para Censo, enquanto a das que tinham três filhos ou mais decresce de Censo para Censo entre 1980 e 2000.

³⁰ Estes grupos etários respondem por mais de 90% da fecundidade acumulada em todos os censos e em todos os municípios da amostra. A exclusão dos grupos de 40 a 49 anos visa a minimizar o efeito das coortes mais antigas, cuja participação no mercado de trabalho era muito reduzida no início do período.

8. O número de alunos na educação fundamental pública, como proporção da população cai entre 2000 e 2010;
9. O alívio fiscal decorrente da queda do número de alunos da educação fundamental pública é utilizado, no todo ou em parte, na ampliação da matrícula em creches naquele setor;
10. Os municípios pioneiros no processo de redução das taxas de fecundidade tendem a ser igualmente pioneiros nos processos descritos nas hipóteses 3, 4, 5 e 6.

3.3. Variáveis de Interesse e fontes de dados

Para os 86 municípios da amostra, deseja-se cotejar as trajetórias de fecundidade, esgotamento dos arranjos privados de atenção à criança, presença de crianças por domicílio, pressão demográfica sobre os sistemas de ensino, e proporção de crianças de até três anos freqüentando creches de natureza educativa. Para tanto, serão empregados os métodos e definições a seguir. As fontes de dados serão os microdados das amostras Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, os dados do universo do Censo Demográfico de 2010, os Censos Educacionais do INEP³¹ de 2000 a 2010, e as Declarações de Nascidos Vivos do SINASC – DATASUS.

3.3.1. Trajetórias de fecundidade

Inicialmente serão estimadas as Taxas Específicas de Fecundidade – TEF³². As taxas serão estimadas por método indireto, com base nos micro dados da amostra dos Censos de 1980, 1991 e 2000, devidamente ponderados pela variável Peso da Pessoa. Utilizar-se-á o cruzamento das variáveis de Sexo, Idade do Morador (apenas mulheres entre 15 e 49 anos), Número de Filhos Nascidos Vivos, e Idade do Último Filho Nascido Vivo. Cada TEF

³¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia vinculada ao Ministério da Educação, responsável pelo sistema nacional de estatísticas educacionais.

³² A Taxa Específica de Fecundidade representa o número de filhos tidos num determinado ano pelo total de mulheres em cada grupo etário. Neste trabalho usar-se-ão os grupos quinquenais, começando pelo de 15 a 19 anos e terminando pelo de 45 a 49 anos, e, como Proxy da fecundidade corrente a parturição no último ano (número de filhos com idade abaixo de um ano).

corresponde ao número de filhos com idade abaixo de um ano dividido pelo número de mulheres no respectivo grupo etário.

Uma vez estimadas as TEF e os números de filhos nascidos vivos, serão as mesmas ajustadas pelo método P/F de BRASS³³, variante TRUSSEL, para o cálculo das correspondentes Taxas de Fecundidade Total – TFT³⁴.

O Quadro 1 mostra a denominação das variáveis de interesse em cada um dos Censos.

QUADRO 1 – Variáveis utilizadas para estimativa das trajetórias de fecundidade

Censo	Nome da Variável		
	1980	1991	2000
Peso ou Fator de Expansão da Pessoa	V604	PESO	PESO
Sexo do Morador	V501	V301	V0401
Idade do Morador em Anos Completos (criar grupos quinqüenais para mulheres entre 15-19 até 45-49 anos)	V606	V3072	V4752
Idade do Último Filho (selecionar casos idade < 1)	V557 + V556	V3443	V4654
Filhos Tidos Nascidos Vivos	V550 + V551	V3354	V4620

Uma vez que o método escolhido gera três fatores de ajuste para as taxas de fecundidade observadas, impõe-se uma breve nota sobre o processo de seleção do fator de ajuste. Conforme o capítulo 2 do Manual X da Organização das Nações Unidas – ONU, havendo uniformidade entre os fatores P2/F2, P3/F3 e P4/F4, seria virtualmente irrelevante selecionar um ou extrair a média dos três. Para os casos em que não há esta uniformidade, a solução proposta no Manual X é a extração da média ponderada entre P2/F2 e P3/F3, utilizando-se como ponderadores os números de mulheres de 20-24 e 25-29 anos em cada população de interesse. Será esta a metodologia empregada para a seleção do fator de ajuste inicial.

Por outro lado, conforme retratam Wong e Oliveira (1984), existe a possibilidade dos fatores de ajuste serem inferiores à unidade, ou seja, da fecundidade corrente relatada

³³ William Brass.

³⁴ A Taxa de Fecundidade Total – TFT corresponde à soma das Taxas Específicas de Fecundidade dos grupos etários de 15-19 a 45-49 aos. Fornece uma medida síntese não enviesada pela estrutura etária. Trata-se de uma medida de período, que reflete a experiência de fecundidade de uma coorte hipotética no ano de referência. Esta taxa tem sido a mais utilizada nas análises de tendência e comparações internacionais. O chamado Nível de Reposição é um ponto na escala da TFT.

ser maior que a ajustada. Nestes casos, nas análises desagregadas em nível de municípios impõe-se escolher entre manter a TFT relatada ou adotar a ajustada. A primeira opção implica sacrificar a inteireza da análise a nível agregado, pois uma média ponderada das TFT assim obtidas para todos os municípios de um estado resultará necessariamente maior que a obtida para o próprio estado sem desagregação municipal. A segunda opção implica sacrificar parte da diversidade municipal e preservar a inteireza em nível estadual. Considerando que o objetivo do presente trabalho é justamente explorar a diversidade municipal, a escolha será pela primeira opção. Por esta razão, não serão apresentadas totalizações em nível estadual.

As TEF e TFT serão também calculadas para 2000 e 2009 pelo método direto, dividindo-se o número de filhos tidos por mulheres de cada grupo etário pelo total de mulheres no mesmo grupo. No numerador será utilizada a média de nascidos vivos (SINASC)³⁵, e no denominador a população feminina recenseada no Censo 2000.

O Quadro 2 a seguir mostra as aproximações utilizadas no cálculo das TEF e TFT pelo método direto nos dois casos.

QUADRO 2 – Aproximações adotadas no cálculo das taxas de fecundidade pelo método direto

	Numerador	Denominador
2000	Média de Nascidos Vivos nos anos de 1999, 2000 e 2001.	População por grupo etário no Censo 2000.
2009	Média de Nascidos Vivos nos anos de 2008 e 2009.	População por grupo etário no Censo 2000 rejuvenescida em um ano, utilizando-se a desagregação em idade simples pelo método de Sprague e a Tábua de Sobrevivência por Idade Simples de 2009 do IBGE (Figura 2).

Em todos os cálculos, serão utilizados os mesmos tratamentos descritos no Quadro 3 para os casos atípicos:

³⁵ Sistema de Nascidos Vivos, organizado pelo DATASUS, do Ministério da Saúde.

QUADRO 3 – Tratamento adotado para casos atípicos no cálculo das taxas de fecundidade – método direto e indireto

Caso	Tratamento
Filhos de mulheres abaixo de quinze anos	Desconsideradas.
Filhos menores de um ano nascidos de mulheres acima de 49 anos.	Imputados ao grupo etário de 45-49 anos. O erro introduzido é menor que a simples desconsideração destes nascimentos.
Filhos de mulheres de idade ignorada	Desconsiderados.

Uma vez mais se apresenta a necessidade de discutir a comparabilidade entre os dois métodos. Historicamente, em face da precariedade das informações sobre nascimentos, os métodos indiretos têm representado a melhor, senão única alternativa possível para o estudo da fecundidade no Brasil. Entretanto, a contínua melhoria dos registros compilados no SINASC haverá de permitir a superação desta realidade, pelo menos no que tange aos dados agregados por ente federado. No caso dos municípios da amostra, é razoável supor que haja casos em que a TFT calculada pelo método direto para o ano 2000 seja superior à estimada pelo método indireto para o mesmo ano. Adotar-se-á para o ano 2000 a TFT calculada pelo método indireto, apresentando-se quadro comparativo dos resultados de ambos os métodos.

3.3.2. Trajetórias de Ocupação e Presença Feminina no Domicílio

A concorrência entre trabalho remunerado e criação de filhos é um elemento onipresente nos processos de declínio da fecundidade. Seja na primeira ou na segunda transição nos países desenvolvidos, seja na primeira onda verificada naqueles países, seja na segunda onda de alcance virtualmente global, maternidade e trabalho competem pela alocação do tempo e pela primazia dos valores das mulheres.

Seja como complementação da renda familiar, seja como elemento de realização de projetos de vida mais sofisticados, o trabalho fora do domicílio é o principal concorrente da maternidade na escala de valores da mulher.

Obviamente existem exceções a esta moda, como algumas mulheres afortunadas, por herança ou por casamento, que não trabalham nem querem ter filhos, mas tais casos são estatisticamente irrelevantes no caso brasileiro.

Importa, pois, conhecer as trajetórias de ocupação laboral das mulheres em idade reprodutiva no período entre 1980 e 2000. Seria de todo conveniente estender tal análise até 2010, mas não se disporá dos dados da amostra daquele censo em tempo hábil.

Para cada município da amostra, proceder-se á ao cruzamento das informações de grupo etário e ocupação atual nos censos de 1980, 1991 e 2000. O que se pretende conhecer é o percentual de mulheres sem ocupação ou ocupadas com afazeres domésticos em cada grupo etário quinquenal entre 15-19 e 35-39 anos. Selecionou-se esta faixa etária por responder por mais de 90% da fecundidade acumulada nas medidas de período normalmente utilizadas. Ademais, uma grande proporção das mulheres acima de 40 anos jamais havia trabalhado até o Censo de 1980, de modo que a sua inclusão introduziria um viés de baixa nas proporções realmente relevantes para a verificação da hipótese.

O mesmo exercício será feito selecionando-se, em cada Censo, apenas as mulheres cujo filho mais jovem tinha de 0 a 3 anos. A diferença entre as proporções de permanência no domicílio entre este subgrupo e a população total constitui um forte indicador da demanda potencial por creches em cada município.

As variáveis relativas à ponderação, idade e sexo dos representados são as mesmas descritas no item 3.3.1.

As perguntas sobre ocupação mudaram significativamente entre os três censos consideráveis, o que dificulta a construção de uma série histórica rigorosamente conceituada. Desta forma, é necessário arbitrar o agrupamento das respostas obtidas para fins de construção da trajetória desejada.

Uma vez que a hipótese que se deseja verificar é o esgotamento do arranjo privado baseado na permanência da mãe no domicílio, serão selecionadas as respostas que mais aproximem o enquadramento da moradora nesta situação.

No Censo de 1980, a pergunta pertinente foi a “ocupação atual” (V529). O Quadro 4 mostra as respostas possíveis e a definição adotada para construção da trajetória de ocupação feminina.

QUADRO 4 – Classificações adotadas para definição da permanência das mulheres no domicílio no Censo de 1980

V529	Ocupação atual	Permanência no Domicílio
	0- trabalhou	Não
	1- procurou trabalho / trabalha	Não
	2- procurou trabalho / não trabalha	Não
	3- aposentado / pensionista	Sim
	4- vive de renda	Sim
	5- detento	Não
	6- estudante	Não
	7- doente / inválido	Sim
	8- afazeres domésticos	Sim
	9- sem ocupação	Sim

No Censo de 1991, a pergunta chave foi “Trabalhou em todos ou em parte dos últimos 12 meses?” (V0345), com dois desdobramentos de interesse para o caso em tela. O Quadro 5 sintetiza as definições adotadas para a construção da trajetória de interesse.

QUADRO 5 – Classificações adotadas para definição da permanência das mulheres no domicílio no Censo de 1991

Trabalhou em todos ou em parte dos últimos 12 meses? (V0345)			
1 – Habitualmente ou 2 – Esporadicamente.		3 – Não.	
Local de Trabalho (V0352)	P.D	Condição de Atividade (V0358)	P.D
1-No domicílio - sem local exclusivo	Sim	0 - Sem ocupação.	Sim
2-No domicílio - com local exclusivo	Sim	1 - Procurando trabalho - Já trabalhou.	Não
3-Via pública - com equipamento pesado	Não	2 - Procurando trabalho - Nunca trabalhou.	Não
4-Via pública - com equipamento leve ou sem equipamento	Não	3 – Aposentado.	Sim
5-Propriedade agropecuária	Não	4 – Pensionista.	Sim
6-Empresa ou firma	Não	5 - Vive de Rendas.	Sim
7-Em casa do cliente ou patrão	Não	6 – Detento.	Não
8-Outro	Não	7 – Estudante.	Não
		8 - Doente ou Inválido.	Sim
		9 - Afazeres Domésticos.	Sim

No Censo de 2000, a pergunta foi: “na semana de 23 a 29 de julho de 2000, trabalhou remunerado?”. O Quadro 6 mostra os desdobramentos e definições utilizadas.

QUADRO 6 - Classificações adotadas para definição da permanência das mulheres no domicílio no Censo de 2000

Na semana de 23 a 29 de julho de 2000, trabalhou remunerado? (V0439)			
Sim		Não	
Nesse trabalho era... (v0447)	P.D	Providência para conseguir trabalho (V0455)	P.D
1 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada.	Não	1 - Sim	Não
2 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada.	Não	2 - Não	Sim
3 - Empregado com carteira de trabalho assinada.	Não		
4 - Empregado sem carteira de trabalho assinada.	Não		
5 - Empregador.	Não		
6 - Conta-própria.	Não		
7 - Aprendiz ou estagiário sem remuneração.	Não		
8 - Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	Sim		
9 - Trabalhador na produção para o próprio consumo.	Sim		

A falta da opção “estudante” na pergunta V0447 será contornada pelo cruzamento com a variável V0429 (Freqüenta Escola ou Creche?). Os representados com resposta negativa na variável V0439 e positiva na variável V0429 serão considerados “não permanentes no domicílio”.

3.3.3. Trajetórias de composição domiciliar

Nas ausências temporárias da mãe, especialmente por motivo de trabalho, o arranjo privado preferencial para o cuidado infantil foi até recentemente o concurso de outros moradores do domicílio, no mais das vezes da própria família e principalmente mulheres.

Para cada município da amostra, serão calculados os números médios de mulheres de dez anos e mais por domicílio. A redução deste número pode ser tomada como um sintoma do esgotamento do arranjo baseado no auxílio de pessoas residentes no domicílio.

Para os fins deste item, não serão segregadas as famílias conviventes, nem excluídos empregados residentes, pois estes integram a força de trabalho potencial de cuidado infantil no domicílio.

Em todas as análises que envolvam médias por domicílio, serão computados exclusivamente os domicílios particulares permanentes. A variável de controle deste quesito é a V201 no Censo de 1980 e V0201 nos demais.

O Quadro 7 mostra as variáveis a serem utilizadas em cada censo.

QUADRO 7 – Variáveis utilizadas para estimativa das trajetórias de composição domiciliar – Censos de 1980 a 2000

Censo	Nome da Variável		
	1980	1991	2000
Peso ou Fator de Expansão da Pessoa	V604	PESO	PESO
Sexo do Morador	V501	V0301	V0401
Idade do Morador em Anos Completos	V606	V3072	V4752
Condição no Domicílio (O número de chefes corresponde ao de domicílios)	V503	V0302	V0402
Peso ou Fator de Expansão do Domicílio (Selecionar >0)	V603	PESOSOM	PESODOM

As mesmas variáveis serão utilizadas para o cálculo do número médio de crianças de 0 a 14 anos por domicílio.

No caso de 2010, os números médios de mulheres de 10 anos e mais e de crianças de 0 a 14 anos por domicílio serão calculados a partir dos dados do universo do Censo daquele ano.

Para os Censos de 1980, 1991 e 2000, serão estimados os números de filhos tidos pelas mulheres cujo filho mais jovem tinha entre 0 e 3 anos. Esta informação servirá para ilustrar o crescimento da demanda por creche enquanto construtora da sociabilidade.

3.3.4. Proporções de crianças de 7 a 14 anos, matrículas no ensino fundamental e em creches pela população total dos municípios

As proporções de matrículas serão calculadas dividindo-se os números de alunos matriculados em cada uma das referidas etapas educacionais, apurados pelos Censos Educacionais de 2000 e 2010, pela população apurada nos censos demográficos

correspondentes. A proporção de crianças de 7 a 14 anos pela população será obtida dividindo-se o número de habitantes nesta faixa etária pela população total.

No caso do ensino fundamental, deseja-se isolar a contribuição da redução do número de crianças para a queda do número de matrículas, uma vez que também houve no período melhorias no fluxo de alunos nesta etapa educativa.

3.3.5. Trajetórias de frequência a creche

Para cada um dos municípios da amostra, serão construídas as trajetórias de número de matrículas em creches públicas e privadas entre 2000 e 2010, conforme os censos escolares do INEP.

CAPÍTULO 4

DE EXCEÇÃO A REGRA; DE MODA A EXTRAVAGÂNCIA

Conforme já mencionado no capítulo 3, os fenômenos demográficos refletem a soma de comportamentos individuais. No caso da fecundidade seria mais apropriado falar em pares de indivíduos. Estes comportamentos são influenciados por eventos históricos e fatores econômicos, mas persiste uma dose importante de arbítrio. Ademais, a reação dos indivíduos ou pares aos estímulos externos depende da velocidade e da eficiência dos canais de circulação da informação, e, sobretudo, do ferramental intelectual e sociológico dos indivíduos para absorver e processar tais estímulos.

Em termos históricos, o desejo de limitar o tamanho da prole manifestou-se em tempos diferentes conforme o país e as classes econômicas e sociais. Uma vez manifestado, sua implementação dependeu fortemente do desenvolvimento e da difusão do conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais.

No caso europeu, Ariès (1980) descreveu um século de aprendizado das técnicas de controle da sexualidade com fins de limitação da fecundidade, e sua lenta difusão por canais ainda rudimentares e essencialmente privados.

No caso brasileiro, como registrou Faria (1989), foram necessárias décadas para a institucionalização da demanda pelo controle da natalidade no plano individual e/ou familiar. A pílula anticoncepcional, por exemplo, jamais foi aceita pela Igreja Católica. Sua popularização ocorreu paralelamente à perda de influência da igreja na vida privada.

A assimetria nos processos de formação do desejo de limitar a prole e da aquisição dos meios necessários para tanto legou um quadro de enorme diversidade nos números de filhos tidos pelas mulheres que passaram pela idade reprodutiva ao longo da segunda metade do século XX. As medidas de período, como a TFT, e de coorte, como a parturição média, refletem essencialmente a variação dos pesos no cálculo das médias.

Em qualquer censo, encontram-se mulheres que não tiveram filhos, mulheres que tiveram um, dois, três, quatro, e assim por diante, até os casos extremos de mais de dez filhos. O que define a TFT ou a Parturição média é a distribuição das mulheres por número de filhos tidos, no último ano ou ao longo da vida.

Conforme demonstrado por Berquó e Cavenaghi (2004), a queda da fecundidade no Brasil, espelha a transição de mulheres do regime de alta para o de baixa fecundidade. Sinteticamente, aumenta o número das que tiveram poucos filhos e diminui o das que tiveram muitos. Os resultados encontrados para os 86 municípios da amostra corroboram plenamente esta afirmação. Na verdade, por se tratar dos maiores municípios das regiões mais desenvolvidas, a transição foi mais rápida que a observada em nível nacional ou regional.

Num corte por parturição, considerando-se as mulheres do grupo etário de 40 a 44 anos, encontrou-se que a proporção das que tinham até um filho nascido vivo variou de 7,79% a 31,46%, com média de 17,84% entre os municípios da amostra no Censo de 1980. No Censo de 2000, estes percentuais haviam se alterado para, respectivamente, 13,54%, 39,27% e 24,61%. De outra parte, considerando-se o mesmo grupo etário, a proporção das mulheres que tinham quatro ou mais filhos nascidos vivos em 1980 variou do mínimo de 23,14% ao máximo de 79,05%, com média de 51,21%. No Censo de 2000, estes percentuais haviam caído para, respectivamente, 4,83%, 32,25% e 18,63%.

Como se observa, comportamentos minoritários em 1980, como ter apenas um ou nenhum filho, tornaram-se norma em 2000. Por outro lado, comportamentos modais em 1980, como ter quatro filhos ou mais, tornaram-se virtualmente extravagantes em 2000.

Como se verá no restante deste capítulo, este tipo de transição comportamental constitui a tônica da evolução dos indicadores selecionados, tanto de fecundidade quanto de composição domiciliar e escolarização.

A seguir são apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da metodologia descrita no capítulo anterior. Um anexo ao final do trabalho contém os dados básicos e derivados que embasam as análises.

Retomando-se as hipóteses de trabalho formuladas no capítulo 3.2, verificou-se que, nos 86 municípios da amostra:

1. As taxas de fecundidade total caem de censo para censo.

O Quadro 8 mostra que, além das médias, caem as mínimas, as máximas e os desvios padrão. A média de 1991 já é inferior à mínima de 1980, e a máxima de 2009 já é inferior ao nível de reposição (2,1 filhos por mulher). Em 1991, 25 municípios já tinha TFT

inferior ao nível de reposição. Este número sobe para 71 em 2000, e atinge todos os 86 municípios da amostra em 2009.

QUADRO 8 – Evolução das taxas de fecundidade total, de 1980 a 2009

Município	Taxa de Fecundidade Total			
	1980	1991	2000	2009
Mínimo da Amostra	2,268	1,503	1,295	1,345
Média da Amostra	3,288	2,264	1,877	1,605
Máximo da Amostra	5,142	3,098	2,718	1,938
Desvio Padrão	0,609	0,284	0,244	0,147
Desvio Padrão/Média (%)	18,52	12,53	12,98	9,18
Exceções	0	0	4	2
Exceções (%)	0,00	0,00	4,65	2,33
Municípios TFT < 2,100	0	25	71	86

OBS: TFT calculadas pelo Método de Brass, Variante Trussel, para 1980, 1991 e 2000, a partir das variáveis dos respectivos Censos. Para 2009 as TFT foram calculadas pelo método direto, dividindo-se o número de Nascidos Vivos extraídos do DATASUS (média 2008-2009) pela população obtida no Censo 2010 rejuvenescida em um ano pela Tábua de Sobrevivência para mulheres em 2009 (IBGE).

Há quatro exceções a esta tendência em 2000 e duas em 2009. Em 2000, a TFT foi ligeiramente superior à de 1991 nos municípios de Nilópolis, Nova Friburgo, Rio de Janeiro e Gravataí. Em 2009 são duas as exceções. Os municípios de São Caetano do Sul e Jundiaí registraram TFT ligeiramente superiores às de 2000.

Isto sinaliza que, pelo menos no nível de agregação municipal e dentro da amostra selecionada o Brasil está se tornando mais homogêneo no que concerne à fecundidade.

O cálculo das taxas de fecundidade pelo método direto para 2000 resultou superior ao estimado pelo método indireto em 32. Tal fato demonstra a melhora dos registros de nascimentos compilados pelo DATASUS, e encoraja a utilização do método direto para o final do período, quando seguramente a qualidade dos registros já terá avançado ainda mais nos grande municípios do país. Por outro lado, sinaliza a necessidade de futuros aperfeiçoamentos dos métodos indiretos. Considerando-se que as taxas de fecundidade estão convergindo para valores em torno de 1,60 filhos por mulher, os fatores de ajuste tendem a se tornar mais relevantes que a própria fecundidade corrente observada.

2. As quedas das taxas de fecundidade são acompanhadas pela das taxas brutas de natalidade, eventualmente com alguma defasagem temporal que decorre da inércia demográfica e de migrações.

O Quadro 9 mostra que, além das médias, caem as mínimas, as máximas e os desvios padrão. A média de 1991 e a máxima de 2009 são inferiores à mínima de 1980. No caso das taxas brutas de natalidade, há nove exceções à tendência no ano 2000, quais sejam os municípios de Nilópolis, São João de Meriti, Bauru, Guarulhos, Jacareí, Jundiaí, Taubaté, Gravataí e Rio Grande. Com exceção Nilópolis e Gravataí, este fato pode ser explicado pelo efeito estoque, representado pelo aumento da participação das mulheres em idade fértil no total da população dos municípios. Esta anomalia corrobora a afirmação sobre a defasagem temporal entre a queda da fecundidade e a da natalidade.

QUADRO 9 – Evolução das taxas brutas de natalidade

Município	Taxa Bruta de Natalidade (por mil)			
	1980	1991	2000	2009
Mínimo da Amostra	21,439	13,363	12,236	11,279
Média da Amostra	28,980	20,653	18,372	13,923
Máximo da Amostra	39,889	27,095	25,667	17,850
Desvio Padrão	4,203	2,598	2,352	1,464
Desvio Padrão/Média	14,50	12,58	12,80	10,51
Exceções	0	0	9	0
Exceções (%)	0,00	0,00	10,47	0,00

OBS: As Taxas Brutas de Natalidade foram calculadas multiplicando-se as Taxas Específicas de Fecundidade pelo número de mulheres nas idades correspondentes em cada ano, e dividindo-se o número de nascimentos pela população total. As fontes são as mesmas utilizadas no Quadro 8.

3. Dentre as mulheres mais expostas ao risco da maternidade, assim entendidas as dos grupos etários entre 15 e 39 anos, a proporção das que permanecem no domicílio cai continuamente entre 1980 e 2000.

Como mostra o Quadro 10, esta tendência só registra duas exceções em 1991, quando os municípios de Franca e Novo Hamburgo registraram discreto aumento desta proporção, muito provavelmente em função da crise do setor calçadista, que vem a ser o principal empregador. As proporções mínimas, médias e máximas em 2000 se reduzem à metade do observado em 1980.

QUADRO 10 – Evolução das proporções de mulheres de 15 a 39 anos que permanecem no domicílio
– 1980 a 2000

	Proporção de Mulheres de 15 a 39 anos que permanecem no domicílio		
	1980	1991	2000
Município	1980	1991	2000
Mínimo da Amostra	0,333	0,291	0,153
Média da Amostra	0,498	0,429	0,249
Máximo da Amostra	0,692	0,579	0,346
Desvio Padrão	0,077	0,062	0,044
Desvio Padrão/Média	15,38	14,46	17,79
Exceções	0	2	0
Exceções (%)	0,00	2,33	0,00

OBS: Considerou-se que permanecem no domicílio as mulheres que na semana de referência de cada Censo encontravam-se nas situações descritas nos quadros 4, 5 e 6.

Embora não se disponha ainda dos micro-dados da amostra do Censo de 2010, não há qualquer razão para se supor a reversão desta tendência na última década. A intensidade da variação, que poderá ser aferida dentro de poucos meses, constituirá um importante subsídio para o enriquecimento das análises realizadas neste trabalho.

4. Dentre as mulheres entre 15 e 39 anos que tinham filhos de 0 a 3 anos a proporção das que permanecem no domicílio é invariavelmente maior que a observada no total da população feminina do mesmo grupo etário.

Esta hipótese obteve plena confirmação. Além das proporções de permanência no domicílio serem maiores entre as mulheres com filhos entre 0 e 3 anos em todos os municípios e todos os Censos, neste caso a tendência de queda de censo a censo não registrou nenhuma exceção. O Quadro 11, construído a partir das mesmas definições utilizadas no Quadro 10, contém um sumário das observações.

QUADRO 11 – Evolução das proporções de mulheres de 15 a 39 anos com filhos entre 0 e 3 anos que permanecem no domicílio – 1980 a 2000

Município	Proporção de Mulheres de 15 a 39 com filhos entre 0 e 3 anos que ficam no domicílio		
	1980	1991	2000
Mínimo da Amostra	0,55	0,48	0,30
Média da Amostra	0,76	0,65	0,43
Máximo da Amostra	0,87	0,77	0,56
Desvio Padrão	0,07	0,07	0,05
Desvio Padrão/Média	8,79	10,2	12,6
Exceções	0	0	0
Exceções (%)	0,00	0,00	0,00

Assim como na hipótese anterior, não há qualquer indício de reversão desta tendência no período subsequente ao retratado no Censo de 2000.

5. A força de trabalho familiar potencialmente mobilizável para o cuidado infantil no domicílio, assim entendido o número médio de mulheres de 10 anos e mais, cai continuamente entre 1980 e 2010.

Como mostra o quadro 12, esta hipótese se confirma em relação às mínimas, médias, máximas e desvios padrão. Há três exceções em 1991 (Ipatinga, Carapicuíba e Diadema) e uma em 2010 (Guarujá). Todas estas exceções pouco significativas, e não chegam a configurar reversões de tendência.

QUADRO 12 – Evolução do número médio de mulheres de 10 anos e mais por domicílio – 1980 a 2010

Município	Mulheres de 10 anos e mais por domicílio			
	1980	1991	2000	2010
Mínimo da Amostra	1,504	1,420	1,394	1,297
Média da Amostra	1,704	1,589	1,503	1,422
Máximo da Amostra	1,980	1,821	1,692	1,551
Desvio Padrão	0,091	0,071	0,054	0,049
Desvio Padrão/Média	5,35	4,44	3,60	3,45
Exceções	0	3	0	1
Exceções (%)	0,00	3,49	0,00	1,16

Fonte: Censos IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010 – Resultados do Universo para mulheres de 10 anos e mais e número de domicílios por município.

6. O número médio de crianças de 0 a 14 anos por domicílio cai continuamente entre 1980 e 2010.

Como mostra o Quadro 13, esta hipótese se confirma sem qualquer exceção. A média de 2000 e a máxima de 2010 são inferiores à mínima de 1980.

QUADRO 13 – Evolução do número médio de crianças de 0 a 14 anos por domicílio – 1980 a 2010

Município	Número Médio de Crianças de 0 a 14 anos por domicílio			
	1980	1991	2000	2010
Mínimo da Amostra	0,945	0,810	0,576	0,450
Média da Amostra	1,522	1,223	0,928	0,668
Máximo da Amostra	2,236	1,715	1,212	0,874
Desvio Padrão	0,271	0,183	0,130	0,095
Desvio Padrão/Média	17,83	14,96	14,04	14,28
Exceções	0	0	0	0
Exceções (%)	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Censos IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010 – Resultados do Universo para crianças de 0 a 14 anos e número de domicílios por município.

7. Consideradas apenas as mulheres entre 15 e 39 anos que tinham filhos entre 0 e 3 anos, a proporção das que tinham apenas um filho cresce de Censo para Censo, enquanto a das que tinham três filhos ou mais decresce de Censo para Censo.

Esta hipótese obteve comprovação amplamente majoritária, conforme se observa no Quadro 14 a seguir.

QUADRO 14 – Evolução das proporções de mulheres com 1 e com 3 ou mais filhos entre as que têm filhos de 0 a 3 anos – 1980 a 2000

	Proporção de Mulheres com 1 filho entre as que têm filhos de 0 a 3 anos			Proporção de Mulheres com 3 ou mais filhos entre as que têm filhos de 0 a 3 anos		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Mínimo	0,23	0,31	0,37	0,26	0,16	0,15
Média	0,34	0,40	0,44	0,38	0,29	0,25
Máxima	0,44	0,47	0,52	0,57	0,40	0,31
Desvio Padrão	0,04	0,03	0,03	0,06	0,05	0,04
Desvio Padrão/Média (%)	12,2	7,22	6,57	16,5	15,7	15,6
Exceções		0	1		0	5

Fonte: Censos IBGE 1980, 1991 e 2000 – Microdados da Amostra. Seleccionadas apenas as mulheres cujo último filho nascido vivo tinha de 0 a 3 anos.

O que mais chama a atenção nesta análise é que mesmo consideradas apenas as mulheres que tinham filhos entre 0 e 3 anos em cada Censo, vale dizer apenas as diretamente afetadas pela existência ou não de creches, a proporção das que tinham apenas um filho foi crescente, enquanto a das que tinham três ou mais filhos foi decrescente.

A principal implicação deste fato vem a ser o aumento das mulheres cujo filho de até três anos de idade é também o único. Nestes casos, cresce a necessidade da creche enquanto agência de desenvolvimento da sociabilidade, e deixa de existir a concorrência de outros filhos pelos recursos disponíveis para investimento em educação.

É imperativo deixar claro que não se exclui a possibilidade de que mulheres que tinham um e somente um filho de 0 a 3 anos na data de realização de cada Censo virem a ter outros após aquela data. O que se analisa aqui é a concorrência ou não de outros filhos pelos recursos disponíveis para investimento em educação na etapa de creche.

Da mesma forma que nas hipóteses 3 e 4, inexistem indícios de reversão da tendência no período subsequente a 2000. Acredita-se que quando se dispuser desta informação, será possível chegar a conclusões mais peremptórias a respeito das imbricações entre os processos de queda da fecundidade e expansão da escolarização infantil neste início de século XXI.

8. Os números de crianças de 7 a 14 anos e de alunos na educação fundamental pública, como proporção da população caem entre 2000 e 2010.

Esta hipótese se confirma sem exceções. Observe-se no Quadro 15 que as médias, e sobretudo as máximas, caem mais que as mínimas. Isto indica que a convergência verificada nas taxas de fecundidade para abaixo do nível de reposição começa a se traduzir em redução da pressão demográfica sobre as redes de ensino fundamental. A queda das proporções de alunos matriculados é maior que a das proporções de crianças de 7 a 14 anos frente às populações dos municípios, o que corrobora a afirmação acerca do reforço conferido pela melhoria do fluxo escolar ao alívio da pressão demográfica sobre as redes.

As 13 exceções representam municípios onde a proporção de alunos no ensino fundamental caiu menos que a de crianças de 7 a 14 anos, ambas frente à população total. Os municípios são: Araraquara, Bauru, Limeira, Marília, Osasco, Piracicaba, Suzano, Curitiba, Guarapuava, Maringá, Ponta Grossa, Novo Hamburgo e Viamão. Destes, apenas Curitiba já tinha TFT abaixo de 2,1 no Censo de 1991.

QUADRO 15 – Evolução dos percentuais de matrículas no ensino fundamental como proporção da população total dos municípios e decomposição do alívio entre a componente demográfica e o efeito de fluxo (2010 / 2000)

Situação	Município	Percentual de Crianças de 0 a 14 anos por População		Percentual de Crianças de 7 a 14 por População		Percentual Alunos Ensino Fundamental por População		Alívio no Número de Alunos no Ensino Fundamental (Prop da População)		
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	Total	Dem	Fluxo
Média		14,24	12,19	17,55	14,27					
Desvio Padrão		1,27	1,29	1,96	1,67					
Desvio Pad/Média (%)		8,91	10,56	11,19	11,67					
Exceções à Tendência			0		0	0	0			13
Menor Percentual de Crianças em 2000	São Caetano do Sul	10,46	8,74	15,73	13,69	2,04	1,72			0,32
Maior Percentual de Crianças em 2000	Foz do Iguaçu	17,34	14,54	19,95	17,14	2,82	2,81			0,01
Menor Percentual de Alunos em 2000	Santos	10,86	9,55	12,79	11,21	1,58	1,31			0,27
Maior Percentual de Alunos em 2000	Teófilo Otoni	16,00	13,74	24,15	16,90	7,25	2,27			4,98
Menor redução do Percentual de Alunos	Viamão	15,09	14,51	17,41	16,98	0,43	0,58			-0,14
Maior redução do Percentual de Alunos	Teófilo Otoni	16,00	13,74	24,15	16,90	7,25	2,27			4,98
Menor redução do Percentual de Crianças	São João de Meriti	13,88	13,43	17,00	14,54	2,46	0,45			2,01
Maior redução do Percentual de Crianças	Criciúma	16,01	12,03	18,75	13,37	5,38	3,97			1,41
Menor Efeito de Fluxo	Guarapuava	16,40	14,75	18,83	17,93	0,90	1,65			-0,75
Maior Efeito de Fluxo	Teófilo Otoni	16,00	13,74	24,15	16,90	7,25	2,27			4,98

Fonte: Censos Educacionais do INEP (2000 e 2010) e Censos IBGE (2000 e 2010)

A explicação possível para estas anomalias é mais educacional que propriamente demográfica. Na ausência de migrações, o que certamente não é o caso de Curitiba, os municípios que já registravam baixa fecundidade em 1991 iniciaram a década de 2000 com menos pressão demográfica sobre as redes de ensino fundamental, e tiveram melhores condições de equacionar os problemas de repetência logo no início da década. Nos demais casos, além da migração, há que se considerar que a redução do excesso de alunos em relação à população na faixa etária correspondente ao ensino fundamental pode indicar tanto o sucesso no enfrentamento da repetência quanto a prevalência de evasão destes sem

a conclusão daquela etapa. Outra possível explicação reside na diferença dos cronogramas de migração do regime tradicional de ensino fundamental de oito anos para o de nove. A concentração de municípios do Estado do Paraná nesta condição joga a favor desta última possibilidade. Tais hipóteses poderão ser verificadas a partir do cruzamento das informações de idade e curso/série mais alto concluído no Censo de 2010, ou através de tabulações especiais do Censo Educacional de 2010, mas ambas extrapolam o escopo desta dissertação.

9. O alívio demográfico e/ou fiscal decorrente da queda do número de alunos da educação fundamental pública é utilizado, no todo ou em parte, na ampliação da matrícula em creches naquele setor.

Como mostra o Quadro 16, houve utilização de no mínimo 5,48% da margem do alívio gerado no ensino fundamental para expansão da oferta de creches. Em 5 municípios utilizaram-se mais de 100% deste alívio. São eles: Magé, Rio de Janeiro, Guarulhos, Santos e Taubaté. A dispersão destes valores ilustra a imperfeição da mediação entre oferta e demanda por parte das redes de ensino.

QUADRO 16 – Utilização do alívio de pressão demográfica sobre o ensino fundamental para o aumento da oferta de creches, como proporção da população dos municípios. (2010 / 2000)

		Alívio Alunos no Ensino Fundamental (percentual da população)	Acréscimo de Alunos em Creche (percentual da população)	Acréscimo em Creche / Alívio Fundamental (%)
Município	Município			
Média		3,28	0,97	37,21
Desvio Padrão		1,47	0,45	25,71
Desvio Padrão/Média (%)		44,80	46,41	69,08
Menor Alívio Fundamental	Viamão	0,43	0,25	57,62
Maior Alívio Fundamental	Teófilo Otoni	7,25	0,56	7,71
Menor Acréscimo Creche	São João de Meriti	2,46	0,18	7,18
Maior Acréscimo Creche	Taubaté	2,12	2,20	103,97
Menor Uso do Alívio (%)	Barra Mansa	4,72	0,26	5,48
Maior Uso do Alívio (%)	Santos	1,58	1,86	117,38

Fonte: Censos INEP (2000 e 2010) e Censos IBGE (2000 e 2010)

O cotejo das trajetórias de proporção de matrículas em creche pela população de 0 a 3 anos revela o crescimento generalizado entre 2000 e 2010, tanto das taxas quanto da dispersão. Enquanto cinco municípios já superaram a meta de cobertura de 50% das crianças fixada no Plano Nacional de Educação, nove ainda têm menos de 10% das crianças matriculadas em creches.

A janela de oportunidade representada pela redução da proporção de crianças de 0 a 3 anos na população dos municípios tem sido aproveitada de forma extremamente heterogênea por estes entes. Sob este ponto de vista, está se produzindo um indesejável aumento da disparidade de capital humano para o futuro.

Quando se desagrega as matrículas em creche pelas redes pública e privada, fica ainda mais patente a imperfeição da mediação entre oferta e demanda.

Considerando-se que o ensino fundamental já se encontrava virtualmente universalizado em 2000, e que o alunado se distribuía de forma diferente entre as redes públicas e privadas, deveria ser possível extrair padrões de preferência pela rede privada, e utilizar tais padrões como Proxy para a distribuição da demanda por creches.

A linha de investigação descrita acima mostrou-se de pouca valia. Ao se calcular os padrões de preferência pela rede privada no ensino fundamental no Censo Educacional de 2000, encontraram-se situações extremamente distintas e absolutamente incompatíveis com o que se poderia esperar a partir de outros indicadores de desenvolvimento dos municípios. O mesmo se verificou no Censo Educacional de 2010, que registrou aumento quase generalizado da preferência pela rede privada.

Tais disparidades sugerem que esta preferência obedece a critérios não puramente econômicos. Dentre estes, pode-se especular que os mais relevantes se relacionem à segurança e às carências da rede pública disponível. O fato do município de Nilópolis registrar o dobro da preferência pela rede privada verificada em Petrópolis, ou mais que o triplo da de Uberlândia é um bom indício desta afirmação.

10. Os municípios pioneiros no processo de redução das taxas de fecundidade tendem a ser igualmente pioneiros nos processos descritos nas hipóteses 3, 4, 5 e 6.

Esta hipótese se confirmou no caso dos três primeiros processos, que são de natureza essencialmente demográfica. De fato, os 25 municípios que já tinham taxas de fecundidade total abaixo de 2,10 filhos por mulher no Censo de 1991 apresentaram em 2000 valores menores que os demais para proporção de presença das mulheres entre 15 e 39 no domicílio, número médio de mulheres de 10 anos e mais por domicílio, número médio de crianças de 0 a 14 anos por domicílio, e percentual de crianças de 7 a 14 anos por população total. Em todos os indicadores existem contra exemplos, de modo que a confirmação da hipótese é mais uma evidência que uma comprovação.

No caso do processo descrito na hipótese 6, qual seja a redução do percentual de alunos do ensino fundamental no total da população, as evidências são mais tênues, e os contra exemplos mais abundantes. Neste caso, as divergências refletem processos para além da demografia.

Conforme descrito no Capítulo 1.3, a universalização do acesso ao ensino fundamental foi bastante tardia no caso brasileiro. Os estímulos financeiros introduzidos no bojo do FUNDEF desencadearam uma corrida à matrícula por parte dos municípios. Este processo trouxe para as redes públicas um grande contingente de crianças que estavam excluídas da educação, por jamais terem entrado ou por terem se evadido do sistema sem aproveitamento. Formaram-se vários bolsões de alunos com idade superior à esperada para a série cursada. Os estados e municípios lidaram com este problema de diferentes formas, e com índices de sucesso também diferentes. Programas de aceleração de fluxo, classes de reforço de aprendizagem, sistema de ciclos e progressão automática foram as estratégias mais freqüentes. Passados mais de dez anos da ocorrência do problema, ainda não há consenso entre os educadores sobre a validade ou a eficácia das diferentes estratégias adotadas para enfrentá-lo.

Para os fins do presente trabalho, a importância da discussão acima reflete-se na explicação para a abundância de contra exemplos à tendência descrita na hipótese 6. Reduções dos percentuais de alunos do ensino fundamental superiores às verificadas nos percentuais de crianças de 7 a 14 anos pela população indicam maior sucesso no equacionamento do problema dos bolsões de defasagem idade-série, e vice versa.

Para além do objeto principal deste trabalho, merece registro que a evolução das Idades Médias da Fecundidade mostra a reversão da tendência de rejuvenescimento da fecundidade entre 2000 e 2009. Em termos gerais, isto reflete a queda das Taxas Específicas de Fecundidade do grupo etário de 15 a 19 anos, que fora o único a apresentar crescimento entre 1991 e 2000. Resta, portanto, confirmada a hipótese aventada no final do item 1.2, relativa ao impacto das campanhas de esclarecimento e popularização do uso de preservativos sobre a fecundidade juvenil.

Além da queda da fecundidade juvenil, a elevação das Idades Médias de Fecundidade na última década indica a ocorrência do fenômeno conhecido como Tempo da Fecundidade em parcela considerável dos municípios da amostra. Este fenômeno se caracteriza pelo adiamento da maternidade, e sua iminência relativiza o peso das conclusões obtidas a partir da evolução da TFT. Conforme destaca RIOS-NETO, o efeito de um adiamento generalizado dos nascimentos numa coorte de mulheres impactará negativamente as medidas de período, como a TFT, ainda que aquela coorte termine por apresentar uma fecundidade completa igual, ou mesmo superior à de coortes anteriores.

Dentre os municípios da amostra há muitos casos em que a Idade Média da Fecundidade em 2009 retorna aos níveis de 1991, e não poucos onde esta supera os níveis de 1980. Este fenômeno é apontado na literatura como um dos elementos da Segunda Transição Demográfica nos países desenvolvidos. O fato de sua ocorrência no Brasil dar-se em municípios que foram líderes do processo de redução da fecundidade, e que registram taxas muito abaixo do nível de reposição, fornece um indício da aplicabilidade da teoria no Brasil.

Finalmente, não se encontraram evidências suficientemente robustas para permitir uma resposta afirmativa à indagação formulada no final do capítulo 2, qual seja, se descompassos positivos no processo de substituição da presença materna pela disponibilidade de creches poderia levar à reversão da tendência de queda da fecundidade.

Foram encontrados quatro municípios onde a fecundidade já estava abaixo de 1,60 filhos por mulher em 2000, que registraram altas coberturas de matrícula em creche por população de 0 a 3 anos e reverteram ou estancaram a queda da fecundidade no final da

década de 2000. São os municípios de Jundiaí, Santos, São Caetano do Sul e São José do Rio Preto, todos pioneiros no processo de queda da fecundidade.

Entretanto, esta evidência não é suficiente para se afirmar que em tais municípios a melhoria das condições de vida, da qual a alta cobertura de matrículas em creche seria uma Proxy, poderia ter fornecido um suporte à fecundidade. Em todos eles a TFT medida pelo método direto em 2000 foi superior à estimada pelo método indireto, o que fragiliza a conclusão a respeito da reversão da queda.

Desta forma, haveria que se buscar outros cortes que não o municipal para a verificação da ocorrência deste fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo anterior apresentou os resultados da busca de imbricações entre as trajetórias de fecundidade, em retração, e educação infantil, em expansão, na primeira década do século XXI.

Foram encontradas evidências de que a explicação para o aparente paradoxo estaria em linha com as teorias que relacionam negativamente fecundidade e desenvolvimento econômico.

Conforme documentado por Chesnais (1986b), a correlação entre queda de fecundidade e desenvolvimento econômico não é de causa, mas de efeito. Se a transição demográfica não chegou à África subsaariana, não foi por causa das altas taxas de fecundidade, mas por falta das condições anteriores para a queda da mortalidade. Da mesma forma, é a Europa do welfare state que se debate com a baixa fecundidade, enquanto a Faixa de Gaza, sem espaço e sem Estado, bate recordes de crescimento populacional vegetativo.

No caso brasileiro, a universalização da educação fundamental foi retardada até o final do século XX. A manutenção de altas taxas de fecundidade até a década de setenta, e de altas taxas de natalidade ainda na década de oitenta, acarretou forte pressão sobre as redes, levando à postergação da implantação da pré-escola, e mais ainda da inclusão das creches no processo educacional.

A velocidade e a intensidade que caracterizaram o processo de redução da fecundidade criaram janelas de oportunidade muito diferenciadas entre os municípios brasileiros. A redução do tamanho das coortes permitiu equacionar melhor o atendimento na educação fundamental, e, num segundo momento, a antecipação do ingresso para a etapa de pré-escola. Este processo foi potencializado por políticas específicas como a criação do FUNDEF.

A inclusão da etapa de creche nas redes de educação só veio a ocorrer a partir da virada do século, e novamente ocorreu de forma diferenciada entre os municípios.

A fecundidade convergiu para cerca de 1,60 filhos por mulher nos grandes municípios no final da década de 2000. Este fenômeno, conjugado à progressiva saída de

cena das coortes mais numerosas de mulheres em idade reprodutiva, tende a reduzir cada vez mais a participação de crianças de 0 a 3 anos na população de todos os municípios. A queda desta participação facilitará o trabalho de inclusão de toda esta faixa etária nas redes educacionais.

Adotando-se como premissa a hipótese de Chesnais (1986b), segundo a qual a partir de um nível suficientemente elevado de desenvolvimento econômico e bem estar social a correlação entre indicadores como escolaridade e fecundidade se tornaria positiva, o que se buscou de forma subsidiária neste trabalho foi investigar se já há no Brasil municípios onde este estágio teria sido atingido.

Considerando o grande número e a enorme diversidade dos municípios brasileiros em termos de desenvolvimento econômico e social, procurou-se identificar quais deles se aproximariam de padrões norte-europeus.

Esta correlação não foi encontrada, e a explicação mais plausível vem a ser a heterogeneidade interna aos municípios. Os países da Europa setentrional onde se encontrou correlação positiva entre renda ou escolaridade e fecundidade são, além de muito desenvolvidos, bastante homogêneos em termos de composição social.

Já os municípios brasileiros, para além da enorme desigualdade regional, carregam uma diversidade interna ainda maior. Comparar, por exemplo, os 10% mais ricos com os 10% mais pobres de Ribeirão Preto, irá apontar diferenças maiores que entre as médias de Ribeirão Preto e Teófilo Otoni, ou Viamão.

Desta forma, a debilidade das correlações encontradas deve-se muito mais a esta diversidade interna aos municípios que à fragilidade das hipóteses. Como a fecundidade ainda é mais alta entre as mulheres mais pobres e menos escolarizadas, a maior ou menor participação destes contingentes na população de cada município acaba pesando mais na fecundidade média que os determinantes explorados neste trabalho.

Provavelmente, quando se puder dispor dos dados da amostra do Censo de 2010, e se repetir a experiência segmentando os municípios por renda familiar ou nível educacional das mulheres, poderão ser encontradas correlações mais sólidas dentro de cada extrato de renda e escolaridade feminina, sem porém se chegar a reduzir a complexidade dos fenômenos demográficos à simplicidade das fórmulas matemáticas.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. Two successive motivations for the declining birth rates in the west. In: HÖHN, C.; MACKENSEN, R. (Ed.). Determinants of fertility trends: theories re-examined. **Population and Development Review**, New York, v.6, n.4, p.645-650, 1980.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004.
- _____. Cairo-94 e o confronto Norte-Sul. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.37, p.7-19, nov.1993.
- CALDWELL, J. C. Three fertility compromises and two transitions. **Population Research Policy Review**, New York, v.27, n.4, p.427-446, aug.2008.
- _____. Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and Development Review**, New York, v.2, n.3-4, p.321-366, 1976.
- CARDOSO, R. C. L. As mulheres e a democracia. In: CALDEIRA, T. P. R.; CARDOSO, R. **Obra reunida**. São Paulo: Mameluco Produções Artísticas, 2011.
- CARVALHO, J. A. M. Para onde iremos: algumas tendências populacionais no século XXI. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.18, n.1/2, p.7-13, jan./dez. 2001.
- CHESNAIS, J. C. Fertility, family, and social policy in Contemporary Western Europe. **Population and Development Review**, New York, v.22, n.4, p.729-739, dec.1996.
- _____. **La theorie originelle de la transition demographique: validite et liuites du modeles**. 1986a
- _____. La transition démographique: étapes, formes, implications économiques: etude de séries temporelles (1720-1984) relatives à 67 pays. **Population**, New York, v.41, n.6, p.1059-1070, nov./dec.,1986b.
- CLIQUET, R. L. La deuxième transition démographique: réalité ou fiction? **Council of Europe, Études démographiques**, n.23, 1991.
- COLEMAN, D. Why we don't have to believe without doubting in the 'Second Demographic Transition': some agnostic comments. **Population and Development Review**, New York, v.32, n.3, 2004.
- FARIA, V. E. Políticas de Governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1989.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.
- _____. **PNAD 2009**. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991.
- _____. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro, 1980.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

HAUSER, P. M.; DUNCAN, O. D. **El estudio de la población**. Santiago de Chile: CELADE, 1975.

INEP. **Censo Educacional 2010**. Brasília, 2010.

_____. **Censo Educacional 2009**. Brasília, 2009.

_____. **Censo Educacional 2008**. Brasília, 2008.

_____. **Censo Educacional 2007**. Brasília, 2007.

_____. **Censo Educacional 2006**. Brasília, 2006.

_____. **Censo Educacional 2005**. Brasília, 2005.

_____. **Censo Educacional 2004**. Brasília, 2004.

_____. **Censo Educacional 2003**. Brasília, 2003.

_____. **Censo Educacional 2002**. Brasília, 2002.

_____. **Censo Educacional 2001**. Brasília, 2001.

_____. **Censo Educacional 2000**. Brasília, 2000.

KAPPEL, M. D. B.; CARVALHO, M. C.; KRAMER, S. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da pesquisa sobre padrões de vida/IBGE. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.16, 2001.

LESTHAEGHE, R.; SURKYN, J. When history moves on: the foundation and diffusion of a second demographic transition in western countries: an interpretation. In: BIENNIAL CONFERENCE OF THE AUSTRALIAN POPULATION ASSOCIATION, 12., 2004, Australia. **Anais...** Australia: Australian Population Association, 2004.

McDONALD, P. Gender equity, social institutions and the future of fertility. In: COSIO-ZAVALA, M. E. **Women and families: evolution of the status of women as a factor and consequence of changes in family dynamics**. Paris: CICRED/UNFPA/UNESCO, 1997.

MERRICK, T.; BERQUÓ, E. **The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility**. Washington: National Academies Press, 1983. (Report, nº 23).

OLIVEIRA, M. C. A. Constrangimentos e motivações: a propósito da queda da fecundidade em Göran Therborn. In: MENEZES, J. E. X.; CASTRO, M. G. **Família, população, sexo e poder: entre saberes e polêmicas**. São Paulo, Paulinas, 2008.

PAIVA, P. T. A. Fecundidade e padrão de vida: a experiência brasileira recente. **Texto para Discussão, nº 14**, Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1984a.

_____. The process of proletarianization and fertility transicion in Brazil. **Texto para Discussão, nº 15**, Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1984b.

PATARRA, N. L. Transición demográfica: resumen histórico o teoria de población. **Demografia y Economia**, México, v.3, n.1, p.86-95, 1973.

PRESSER, H. B. Demography, feminism, and the science-policy nexus. **Population and Development Review**, New York, v.23, n.2, p.295-331, 1997.

RIGOTTI, J. I. R. A transição da escolaridade no Brasil e as desigualdades regionais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.18, n.1/2, p.59-74, jan./dez.2001.

RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na demografia brasileira. **Texto para Discussão, nº 276**, Belo Horizonte, CEDEPLAR, 2005.

ROSENBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.51, p.73-79, nov.1984.

RYDER, N. The Cohort as a Concept in the study of social change. **American Sociological Review**, California, n.30, p.843-861, 1965.

SZMRECSÁNYI, T. J. K. Da aritmética política à demografia como ciência. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.16, n.1/2, p.3-17, jan./dez.1999.

THERBORN, G. Casais, bebês e estados. In: _____. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

WONG, L. R.; CARVALHO, J. A. M. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v.23, n.1, p.5-26, jan./jun.2006.**

_____; OLIVEIRA, J. C. Níveis e padrões de fecundidade para o Brasil segundo os dados censitários de 1980. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, São Paulo. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1984.

ZAVALA DE COSIO, M. E. La transición demográfica en América Latina y en Europa. In: SEMINAR ON FERTILITY TRANSITION IN LATIN AMERICA, 1990, Buenos Aires. **Anais...** Liège: IUSSP/CELADE/CENEP, 1990.

APÊNDICE

TABELAS DE DADOS DETALHADOS POR MUNICÍPIO

TABELA A.1. - Mulheres de 40 a 44 anos por Regime de Fecundidade - 1980 a 2000

Município	Proporção 0 e 1 Filhos			Proporção 4 ou mais filhos			Prop <=1 / Prop >=4		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Belo Horizonte	0,242	0,286	0,301	0,505	0,299	0,172	0,479	0,956	1,747
Contagem	0,164	0,232	0,225	0,670	0,386	0,215	0,245	0,600	1,047
Divinópolis	0,181	0,225	0,261	0,649	0,418	0,192	0,279	0,538	1,364
Governador Valadares	0,146	0,208	0,217	0,701	0,492	0,235	0,208	0,424	0,926
Ipatinga	0,135	0,183	0,162	0,730	0,449	0,233	0,185	0,408	0,692
Juiz de Fora	0,235	0,308	0,334	0,461	0,237	0,148	0,511	1,295	2,261
Montes Claros	0,162	0,198	0,181	0,695	0,546	0,315	0,234	0,363	0,574
Sete Lagoas	0,178	0,296	0,251	0,626	0,369	0,248	0,284	0,801	1,011
Teófilo Otoni	0,150	0,221	0,202	0,700	0,488	0,322	0,215	0,452	0,627
Uberaba	0,199	0,234	0,253	0,489	0,260	0,149	0,406	0,899	1,693
Uberlândia	0,173	0,196	0,186	0,529	0,295	0,152	0,328	0,663	1,224
Cachoeiro de Itapemirim	0,128	0,206	0,213	0,640	0,305	0,229	0,200	0,677	0,932
Cariacica	0,144	0,185	0,192	0,649	0,447	0,286	0,222	0,413	0,672
Colatina	0,105	0,171	0,190	0,732	0,411	0,188	0,143	0,415	1,007
Linhares	0,089	0,097	0,187	0,790	0,512	0,323	0,112	0,191	0,579
Vila Velha	0,163	0,219	0,242	0,580	0,304	0,165	0,281	0,720	1,468
Vitória	0,211	0,263	0,308	0,490	0,244	0,127	0,431	1,077	2,418
Barra Mansa	0,174	0,233	0,256	0,572	0,339	0,164	0,304	0,688	1,561
Campos dos Goytacazes	0,159	0,240	0,260	0,590	0,338	0,212	0,269	0,711	1,226
Duque de Caxias	0,170	0,247	0,243	0,550	0,329	0,223	0,309	0,748	1,088
Itaboraí	0,150	0,184	0,223	0,643	0,412	0,190	0,233	0,447	1,171
Magé	0,153	0,224	0,232	0,621	0,413	0,254	0,246	0,543	0,913
Nilópolis	0,213	0,246	0,286	0,423	0,231	0,148	0,504	1,065	1,934
Niterói	0,270	0,322	0,343	0,283	0,127	0,070	0,952	2,528	4,929
Nova Friburgo	0,173	0,272	0,298	0,443	0,245	0,142	0,392	1,112	2,099
Petrópolis	0,233	0,316	0,308	0,409	0,227	0,143	0,571	1,391	2,153
Rio de Janeiro	0,315	0,354	0,377	0,279	0,165	0,111	1,129	2,148	3,405
São Gonçalo	0,199	0,243	0,274	0,450	0,240	0,112	0,443	1,015	2,450
São João de Meriti	0,184	0,242	0,275	0,498	0,290	0,183	0,369	0,835	1,500
Volta Redonda	0,175	0,269	0,276	0,502	0,209	0,137	0,348	1,287	2,013
Americana	0,187	0,203	0,272	0,432	0,242	0,099	0,433	0,837	2,753
Araçatuba	0,136	0,173	0,189	0,543	0,297	0,095	0,250	0,583	1,981
Araraquara	0,193	0,200	0,254	0,413	0,258	0,136	0,466	0,775	1,863
Bauru	0,206	0,230	0,211	0,422	0,268	0,152	0,488	0,858	1,392
Campinas	0,203	0,237	0,275	0,416	0,246	0,144	0,488	0,966	1,914
Carapicuíba	0,142	0,183	0,191	0,585	0,416	0,265	0,243	0,439	0,719
Diadema	0,142	0,217	0,212	0,570	0,366	0,235	0,249	0,592	0,903
Franca	0,174	0,193	0,229	0,519	0,393	0,180	0,334	0,491	1,274
Guarujá	0,128	0,189	0,218	0,599	0,458	0,252	0,214	0,413	0,864
Guarulhos	0,175	0,235	0,212	0,498	0,313	0,244	0,351	0,750	0,866
Jacareí	0,152	0,248	0,194	0,517	0,340	0,198	0,294	0,730	0,980
Jundiaí	0,176	0,219	0,271	0,420	0,254	0,154	0,419	0,861	1,766
Limeira	0,161	0,227	0,196	0,510	0,306	0,186	0,315	0,740	1,057
Marília	0,165	0,211	0,220	0,535	0,339	0,173	0,308	0,624	1,270
Mauá	0,130	0,208	0,192	0,560	0,327	0,258	0,232	0,637	0,745
Mogi das Cruzes	0,157	0,256	0,215	0,545	0,320	0,223	0,288	0,800	0,965
Osasco	0,144	0,248	0,242	0,516	0,300	0,210	0,280	0,829	1,155

Piracicaba	0,202	0,213	0,238	0,430	0,271	0,177	0,470	0,787	1,343
Presidente Prudente	0,147	0,180	0,236	0,548	0,327	0,110	0,268	0,551	2,150
Ribeirão Preto	0,212	0,284	0,267	0,394	0,249	0,162	0,537	1,139	1,650
Rio Claro	0,203	0,230	0,239	0,392	0,284	0,173	0,518	0,809	1,379
Santo André	0,172	0,255	0,275	0,371	0,210	0,134	0,463	1,218	2,058
Santos	0,285	0,307	0,363	0,231	0,176	0,096	1,232	1,743	3,799
São Bernardo do Campo	0,169	0,209	0,244	0,393	0,242	0,173	0,429	0,864	1,411
São Caetano do Sul	0,233	0,370	0,344	0,274	0,082	0,048	0,851	4,538	7,115
São Carlos	0,168	0,207	0,212	0,458	0,287	0,167	0,367	0,721	1,269
São José do Rio Preto	0,193	0,199	0,239	0,396	0,229	0,091	0,488	0,872	2,626
São José dos Campos	0,164	0,190	0,227	0,548	0,320	0,217	0,300	0,596	1,043
São Paulo	0,248	0,322	0,303	0,347	0,220	0,164	0,714	1,460	1,843
São Vicente	0,207	0,237	0,245	0,437	0,335	0,206	0,475	0,707	1,192
Sorocaba	0,181	0,224	0,225	0,462	0,300	0,224	0,391	0,747	1,007
Suzano	0,121	0,157	0,135	0,590	0,416	0,291	0,204	0,377	0,465
Taubaté	0,151	0,222	0,243	0,579	0,337	0,209	0,261	0,659	1,160
Cascavel	0,096	0,128	0,170	0,713	0,484	0,265	0,135	0,265	0,643
Curitiba	0,194	0,235	0,274	0,450	0,275	0,154	0,432	0,853	1,775
Foz do Iguaçu	0,078	0,142	0,174	0,717	0,517	0,271	0,109	0,274	0,640
Guarapuava	0,122	0,118	0,188	0,670	0,515	0,284	0,182	0,229	0,663
Londrina	0,149	0,181	0,232	0,535	0,346	0,181	0,279	0,521	1,282
Maringá	0,122	0,183	0,230	0,579	0,318	0,106	0,211	0,575	2,173
Ponta Grossa	0,180	0,201	0,238	0,521	0,424	0,293	0,345	0,473	0,813
Blumenau	0,154	0,203	0,271	0,502	0,273	0,133	0,307	0,742	2,032
Criciúma	0,100	0,176	0,190	0,692	0,367	0,166	0,144	0,479	1,144
Florianópolis	0,175	0,264	0,286	0,505	0,266	0,159	0,346	0,991	1,796
Joinville	0,137	0,148	0,211	0,586	0,376	0,188	0,234	0,394	1,119
Lages	0,116	0,162	0,238	0,676	0,446	0,240	0,171	0,363	0,993
Bagé	0,253	0,249	0,296	0,410	0,271	0,217	0,618	0,919	1,365
Canoas	0,205	0,204	0,253	0,416	0,275	0,194	0,493	0,744	1,304
Caxias do Sul	0,200	0,253	0,286	0,425	0,213	0,125	0,471	1,187	2,281
Gravataí	0,192	0,203	0,199	0,496	0,290	0,206	0,387	0,698	0,965
Novo Hamburgo	0,217	0,200	0,292	0,425	0,297	0,187	0,510	0,674	1,558
Passo Fundo	0,194	0,254	0,244	0,496	0,306	0,178	0,391	0,833	1,375
Pelotas	0,249	0,301	0,304	0,361	0,210	0,156	0,690	1,436	1,942
Porto Alegre	0,312	0,357	0,393	0,282	0,173	0,139	1,107	2,065	2,823
Rio Grande	0,245	0,275	0,287	0,367	0,246	0,174	0,668	1,118	1,646
Santa Maria	0,230	0,270	0,293	0,421	0,248	0,141	0,547	1,087	2,075
Viamão	0,223	0,194	0,238	0,441	0,335	0,230	0,505	0,579	1,033
Mínimo da Amostra	0,078	0,097	0,135	0,231	0,082	0,048	0,109	0,191	0,465
Média da Amostra	0,178	0,227	0,246	0,512	0,317	0,186	0,392	0,844	1,559
Máximo da Amostra	0,315	0,370	0,393	0,790	0,546	0,323	1,232	4,538	7,115
Desvio Padrão	0,046	0,051	0,049	0,119	0,093	0,058	0,215	0,574	0,962
Tendência variação / censo anterior		Baixa	Baixa		Baixa	Baixa			
Exceções à Tendência		2	0		0	0			

Tabela A.2 – Taxas de Fecundidade Total e Fatores de Ajuste.

Município	1980					1991					2000				
	TFT Observada	P2/F2	P3/F3	Ponderação P2/F2 P3/F3	TFT Ajustada (1)	TFT Observada	P2/F2	P3/F3	Ponderação P2/F2 P3/F3	TFT Ajustada (1)	TFT Observada	P2/F2	P3/F3	Ponderação P2/F2 P3/F3	TFT Ajustada (1)
Belo Horizonte	3,15	1,00	0,97	0,98	3,15	1,89	1,01	1,03	1,02	1,93	1,65	1,01	1,06	1,03	1,70
Contagem	4,02	1,05	0,95	1,01	4,04	2,29	0,91	1,01	0,96	2,29	1,87	1,07	1,06	1,06	1,99
Divinópolis	3,44	0,99	1,03	1,01	3,46	2,12	1,08	1,03	1,05	2,23	1,56	1,35	1,27	1,31	2,04
Governador Valadares	3,60	1,14	1,15	1,15	4,12	2,28	0,98	1,09	1,03	2,34	2,06	0,92	1,04	0,98	2,06
Ipatinga	4,13	0,94	0,94	0,94	4,13	2,08	1,13	1,20	1,17	2,43	1,92	1,05	1,14	1,09	2,08
Juiz de Fora	2,70	1,04	1,00	1,02	2,76	1,93	0,90	1,00	0,95	1,93	1,67	1,02	1,06	1,04	1,74
Montes Claros	4,03	1,03	1,09	1,06	4,25	2,75	0,97	0,98	0,98	2,75	1,98	1,05	1,13	1,08	2,14
Sete Lagoas	3,54	1,04	1,12	1,07	3,79	2,32	0,92	0,97	0,95	2,32	1,92	1,04	1,00	1,02	1,97
Teófilo Otoni	3,92	1,33	1,29	1,31	5,14	2,43	1,15	1,13	1,14	2,78	2,07	1,31	1,06	1,20	2,48
Uberaba	2,75	1,03	1,11	1,07	2,94	1,85	1,09	1,09	1,09	2,01	1,60	1,10	1,12	1,11	1,78
Uberlândia	2,81	1,03	1,01	1,02	2,88	2,05	1,10	1,06	1,08	2,22	1,69	1,13	1,16	1,14	1,92
Cachoeiro de Itapemirim	3,30	1,08	1,10	1,09	3,59	2,46	1,07	1,05	1,06	2,61	1,84	1,06	1,17	1,11	2,05
Cariacica	3,87	1,08	0,98	1,03	4,00	2,50	1,08	1,08	1,08	2,70	2,04	1,07	1,12	1,09	2,22
Colatina	3,53	1,04	1,06	1,05	3,71	2,35	0,95	0,98	0,96	2,35	1,64	1,08	1,11	1,09	1,79
Linhares	4,65	1,09	1,12	1,10	5,13	2,77	1,16	1,07	1,12	3,10	1,98	1,10	1,14	1,12	2,22
Vila Velha	3,16	1,01	0,96	0,99	3,16	2,12	1,02	0,99	1,00	2,13	1,72	1,09	1,09	1,09	1,88
Vitória	2,92	1,11	1,04	1,08	3,16	1,76	1,30	1,12	1,21	2,13	1,63	1,03	1,02	1,02	1,67
Barra Mansa	3,09	1,01	1,05	1,03	3,17	2,26	0,99	0,96	0,97	2,26	1,73	1,15	1,17	1,16	2,00
Campos dos Goytacazes	3,18	1,04	1,16	1,09	3,48	2,12	1,14	1,27	1,20	2,55	1,98	1,14	1,09	1,12	2,22
Duque de Caxias	3,35	1,11	1,06	1,09	3,64	2,21	1,06	1,10	1,08	2,38	2,22	1,09	1,06	1,08	2,39
Itaboraí	3,83	1,03	1,01	1,02	3,92	2,14	1,12	1,18	1,15	2,46	2,11	1,12	1,04	1,08	2,28
Magé	3,63	1,22	1,09	1,16	4,21	2,58	0,98	1,06	1,02	2,62	2,21	1,10	1,06	1,08	2,38
Nilópolis	2,62	1,28	1,12	1,21	3,16	1,75	1,03	1,02	1,03	1,80	1,93	1,03	1,02	1,03	1,98
Niterói	2,21	1,07	1,00	1,04	2,30	1,67	1,08	1,05	1,06	1,78	1,62	0,99	0,97	0,98	1,62
Nova Friburgo	2,44	1,02	1,10	1,06	2,58	1,68	0,99	1,11	1,05	1,76	1,83	1,02	1,01	1,02	1,86
Petrópolis	2,64	1,09	1,05	1,07	2,83	2,21	0,89	0,90	0,90	2,21	1,76	1,16	1,17	1,17	2,05
Rio de Janeiro	2,21	1,07	1,01	1,04	2,30	1,71	1,06	1,04	1,04	1,79	1,82	1,04	0,99	1,01	1,84
São Gonçalo	2,71	1,09	1,07	1,08	2,93	1,84	1,03	1,05	1,04	1,91	1,81	1,06	1,04	1,05	1,90
São João de Meriti	3,16	1,09	1,06	1,08	3,40	2,07	1,01	1,01	1,01	2,09	1,94	1,18	1,14	1,16	2,25
Volta Redonda	2,57	1,10	1,05	1,08	2,76	1,78	1,16	1,12	1,14	2,02	1,90	1,09	1,01	1,05	2,00
Americana	2,70	0,95	0,99	0,97	2,70	1,96	1,04	1,01	1,02	2,01	1,57	1,25	1,39	1,32	2,06
Araçatuba	2,77	1,02	1,09	1,05	2,91	1,79	1,10	1,15	1,12	2,01	1,49	1,10	1,21	1,15	1,72
Araraquara	2,76	1,02	1,04	1,03	2,84	2,13	0,87	0,89	0,88	2,13	1,49	1,23	1,25	1,24	1,85
Bauru	2,93	0,97	0,96	0,96	2,93	2,13	0,94	1,02	0,98	2,13	1,78	1,23	1,16	1,20	2,14
Campinas	2,81	0,99	0,95	0,97	2,81	1,86	1,04	1,06	1,05	1,95	1,64	1,09	1,11	1,10	1,81
Carapicuíba	3,95	1,21	1,06	1,14	4,49	2,18	1,06	1,20	1,13	2,46	1,96	1,01	1,07	1,04	2,03
Diadema	3,92	1,02	0,97	1,00	3,92	2,10	1,11	1,12	1,11	2,35	2,03	1,06	1,05	1,05	2,14
Franca	2,83	0,99	1,06	1,02	2,87	2,32	0,88	1,02	0,95	2,32	1,97	1,18	1,18	1,18	2,32
Guarujá	3,60	1,14	1,06	1,11	3,99	2,17	1,06	1,13	1,09	2,38	2,12	1,08	1,00	1,05	2,22
Guarulhos	3,56	1,08	0,99	1,04	3,69	2,06	0,99	1,12	1,06	2,18	2,08	1,04	1,04	1,04	2,17
Jacareí	3,21	1,08	1,07	1,07	3,44	2,01	0,94	1,16	1,05	2,12	1,79	1,22	1,19	1,20	2,15
Jundiaí	3,01	1,02	0,96	0,99	3,01	1,88	0,97	1,07	1,02	1,92	1,60	1,23	1,18	1,21	1,93
Limeira	3,07	1,12	1,06	1,09	3,37	2,14	1,13	1,19	1,16	2,49	1,77	1,10	1,15	1,12	1,98
Marília	2,87	1,11	1,12	1,12	3,20	1,93	1,24	1,23	1,23	2,38	1,79	1,22	1,09	1,16	2,07
Mauá	3,60	1,10	1,03	1,07	3,85	2,21	1,12	1,06	1,09	2,41	2,02	1,05	1,11	1,08	2,18

Mogi das Cruzes	3,37	1,13	1,08	1,11	3,75	2,19	1,00	1,03	1,02	2,22	2,15	0,98	1,05	1,01	2,18
Osasco	3,39	1,00	0,96	0,98	3,39	1,96	1,08	1,08	1,08	2,12	1,91	1,02	1,04	1,03	1,97
Piracicaba	3,03	1,02	0,94	0,98	3,03	2,11	1,20	1,12	1,16	2,44	1,79	1,07	1,16	1,11	1,99
Presidente Prudente	2,80	0,98	1,08	1,03	2,87	1,85	1,08	1,23	1,15	2,14	1,68	0,95	1,07	1,01	1,70
Ribeirão Preto	2,69	1,13	1,02	1,08	2,89	1,90	1,08	1,07	1,08	2,05	1,71	1,00	1,18	1,08	1,86
Rio Claro	2,88	1,07	1,09	1,08	3,11	1,94	1,25	1,24	1,25	2,42	1,83	1,05	1,08	1,07	1,96
Santo André	2,67	1,02	0,99	1,00	2,69	1,79	1,01	1,11	1,06	1,90	1,63	1,08	1,07	1,08	1,76
Santos	2,40	1,08	1,00	1,04	2,49	1,64	1,18	1,14	1,16	1,90	1,57	0,97	0,90	0,94	1,57
S. Bernardo do Campo	3,17	0,97	0,89	0,93	3,17	1,97	1,00	1,02	1,01	2,00	1,76	1,14	1,11	1,13	1,98
São Caetano do Sul	2,20	1,05	1,01	1,03	2,27	1,32	1,13	1,15	1,14	1,50	1,29	1,25	1,04	1,15	1,49
São Carlos	3,08	1,08	0,98	1,03	3,17	1,97	1,15	1,04	1,09	2,15	1,70	1,11	1,15	1,13	1,92
São José do Rio Preto	2,48	0,98	0,96	0,97	2,48	1,66	1,26	1,27	1,27	2,10	1,50	1,16	1,24	1,20	1,79
São José dos Campos	3,31	1,00	0,97	0,99	3,31	2,19	1,05	1,12	1,09	2,38	1,85	1,12	1,08	1,10	2,03
São Paulo	2,79	1,01	0,95	0,98	2,79	1,76	1,10	1,10	1,10	1,94	1,84	1,03	1,01	1,02	1,88
São Vicente	3,21	1,12	1,00	1,06	3,42	2,11	1,13	1,08	1,11	2,34	2,11	1,14	1,04	1,09	2,31
Sorocaba	3,08	1,10	1,06	1,08	3,33	2,17	0,98	1,09	1,04	2,26	1,77	1,21	1,22	1,21	2,15
Suzano	3,88	1,00	1,00	1,00	3,89	2,46	1,06	1,15	1,10	2,72	2,28	1,19	1,02	1,11	2,53
Taubaté	3,37	1,07	1,01	1,04	3,51	2,18	0,84	1,02	0,93	2,18	1,91	1,13	1,18	1,15	2,21
Cascavel	3,35	1,24	1,21	1,22	4,10	2,31	1,11	1,09	1,10	2,53	2,07	1,13	1,11	1,12	2,32
Curitiba	2,82	1,03	1,02	1,03	2,90	1,94	1,06	1,07	1,06	2,07	1,70	1,04	1,08	1,06	1,80
Foz do Iguaçu	4,36	1,02	0,99	1,01	4,39	2,68	0,98	1,02	1,00	2,68	2,11	1,25	1,27	1,26	2,66
Guarapuava	3,96	1,10	1,13	1,11	4,41	2,51	1,13	1,08	1,10	2,78	2,55	0,82	0,84	0,83	2,55
Londrina	2,90	1,04	1,10	1,07	3,09	2,03	1,19	1,11	1,15	2,32	1,80	1,06	1,15	1,10	1,99
Maringá	2,44	1,06	1,20	1,12	2,74	1,94	1,20	1,04	1,12	2,16	1,53	1,03	1,24	1,13	1,73
Ponta Grossa	3,11	1,18	1,13	1,16	3,60	2,43	1,01	1,09	1,05	2,56	2,16	1,11	1,07	1,09	2,36
Blumenau	2,90	1,00	0,94	0,97	2,90	1,97	1,13	1,07	1,10	2,17	1,68	1,08	1,10	1,09	1,83
Criciúma	3,33	0,93	1,05	0,98	3,33	2,08	1,19	1,24	1,21	2,52	2,02	0,97	1,11	1,04	2,09
Florianópolis	2,65	1,04	1,02	1,03	2,73	1,93	1,08	1,07	1,07	2,08	1,67	1,03	1,07	1,05	1,76
Joinville	3,30	1,06	0,99	1,03	3,39	2,40	1,05	1,04	1,05	2,51	1,89	1,07	1,09	1,08	2,04
Lages	3,60	1,09	1,14	1,11	4,02	2,43	1,02	1,04	1,03	2,50	2,02	1,26	1,13	1,20	2,42
Bagé	2,70	1,15	1,02	1,10	2,95	2,25	1,15	1,00	1,07	2,41	2,22	0,88	0,98	0,93	2,22
Canoas	2,91	1,04	1,02	1,03	3,00	2,47	1,07	1,04	1,05	2,59	2,28	0,91	0,91	0,91	2,28
Caxias do Sul	2,60	1,04	0,93	0,99	2,60	2,15	0,92	0,92	0,92	2,15	1,72	1,19	1,17	1,18	2,03
Gravataí	3,21	0,97	1,00	0,99	3,21	2,32	0,98	0,97	0,98	2,32	2,34	1,00	1,03	1,02	2,38
Novo Hamburgo	2,66	1,08	0,99	1,04	2,77	2,56	0,83	0,82	0,83	2,56	2,18	0,97	0,99	0,98	2,18
Passo Fundo	2,97	0,99	1,08	1,03	3,06	2,26	1,01	1,02	1,01	2,29	2,03	0,99	1,00	1,00	2,03
Pelotas	2,53	1,02	1,03	1,03	2,60	2,09	1,12	1,14	1,13	2,36	2,01	1,10	1,08	1,09	2,18
Porto Alegre	2,42	0,99	0,96	0,98	2,42	1,86	1,08	1,03	1,05	1,96	1,79	0,94	0,98	0,96	1,79
Rio Grande	2,78	1,01	0,95	0,98	2,78	2,17	1,15	1,08	1,11	2,42	1,96	1,32	1,29	1,30	2,56
Santa Maria	2,72	1,08	1,00	1,05	2,84	2,09	0,94	0,97	0,96	2,09	1,86	1,09	1,17	1,13	2,10
Viamão	3,00	1,13	1,06	1,10	3,29	2,81	0,92	0,99	0,96	2,81	2,72	1,00	0,95	0,98	2,72
Mínimo	2,20	0,93	0,89	0,93	2,27	1,32	0,83	0,82	0,83	1,50	1,29	0,82	0,84	0,83	1,49
Média	3,11	1,06	1,04	1,05	3,29	2,11	1,05	1,07	1,06	2,26	1,88	1,09	1,09	1,09	2,05
Máximo	4,65	1,33	1,29	1,31	5,14	2,81	1,30	1,27	1,27	3,10	2,72	1,35	1,39	1,32	2,72
Desv Padrão	0,52	0,07	0,07	0,06	0,61	0,28	0,10	0,08	0,08	0,28	0,24	0,10	0,09	0,09	0,25

Observações: (1) Onde o fator de ajuste ponderado resultou menor que 1,00 utilizou-se a TFT observada.

Fonte: Fundação IBGE (1980, 1991 e 2000) (Micro-dados da Amostra).

TABELA A.3 - Trajetórias de Fecundidade e Natalidade - 1980, 1991, 2000 e 2009.

Município	Taxa de Fecundidade Total				Taxa Bruta de Natalidade (por 1000)			
	1980	1991	2000	2009	1980	1991	2000	2009
Belo Horizonte	3,149	1,930	1,654	1,432	29,65	18,65	16,14	13,06
Contagem	4,041	2,293	1,869	1,421	34,88	22,40	19,01	13,25
Divinópolis	3,464	2,229	1,559	1,390	28,74	20,85	18,48	12,16
Governador Valadares	4,124	2,341	2,059	1,585	33,65	21,76	19,34	13,84
Ipatinga	4,127	2,427	1,917	1,587	37,18	22,89	19,89	14,61
Juiz de Fora	2,760	1,929	1,673	1,441	24,89	17,86	15,04	12,19
Montes Claros	4,252	2,749	1,978	1,586	34,92	25,49	20,94	15,40
Sete Lagoas	3,792	2,322	1,922	1,453	30,97	21,58	17,88	13,10
Teófilo Otoni	5,142	2,779	2,071	1,791	36,96	23,30	21,91	15,58
Uberaba	2,944	2,012	1,605	1,456	26,54	18,16	15,78	12,62
Uberlândia	2,880	2,217	1,686	1,503	28,00	21,83	18,36	13,83
Cachoeiro de Itapemirim	3,590	2,608	1,837	1,690	29,66	22,67	18,09	14,72
Cariacica	3,996	2,700	2,043	1,839	33,86	24,36	20,89	16,71
Colatina	3,711	2,348	1,640	1,449	29,93	21,36	16,25	12,48
Linhares	5,132	3,098	1,984	1,754	38,12	27,10	20,59	16,04
Vila Velha	3,157	2,134	1,722	1,555	28,98	20,58	17,75	14,12
Vitória	3,157	2,126	1,633	1,477	30,61	20,89	15,82	13,55
Barra Mansa	3,173	2,255	1,730	1,544	28,76	21,00	17,75	12,86
Campos dos Goytacazes	3,480	2,554	1,980	1,705	28,34	22,15	19,10	14,45
Duque de Caxias	3,636	2,381	2,223	1,778	31,89	21,98	21,30	15,39
Itaboraí	3,922	2,457	2,109	1,744	31,36	22,31	20,96	14,99
Magé	4,211	2,622	2,209	1,786	32,92	23,09	20,75	14,96
Nilópolis	3,156	1,798	1,932	1,656	28,36	16,67	17,25	13,69
Niterói	2,301	1,777	1,615	1,499	21,73	15,97	13,66	12,26
Nova Friburgo	2,580	1,763	1,827	1,594	23,46	16,15	16,13	12,78
Petrópolis	2,829	2,215	1,758	1,668	24,28	19,60	17,21	13,19
Rio de Janeiro	2,300	1,791	1,817	1,590	21,44	15,85	15,65	13,19
São Gonçalo	2,925	1,914	1,809	1,345	26,70	17,91	17,01	11,62
São João de Meriti	3,397	2,091	1,944	1,689	30,56	19,45	19,98	14,21
Volta Redonda	2,762	2,024	1,903	1,510	27,06	18,82	17,25	12,57
Americana	2,695	2,006	1,569	1,442	25,14	18,49	17,87	12,31
Araçatuba	2,914	2,007	1,495	1,470	25,74	18,39	15,13	12,14
Araraquara	2,837	2,134	1,494	1,373	24,87	18,51	15,94	11,85
Bauru	2,932	2,134	1,785	1,512	26,07	18,72	18,87	12,81
Campinas	2,806	1,949	1,644	1,522	26,42	18,14	16,41	13,62
Carapicuíba	4,489	2,463	1,964	1,918	39,88	23,04	19,91	17,85
Diadema	3,917	2,346	2,030	1,845	36,32	23,26	21,37	17,41
Franca	2,873	2,322	1,968	1,713	25,57	21,29	20,24	14,52
Guarujá	3,986	2,380	2,122	1,854	33,67	22,08	20,70	16,29
Guarulhos	3,693	2,178	2,082	1,876	33,52	20,39	20,65	17,05
Jacareí	3,443	2,118	1,787	1,727	30,40	19,26	19,45	14,78
Jundiaí	3,010	1,919	1,600	1,608	26,50	16,55	16,82	13,86
Limeira	3,365	2,490	1,765	1,495	28,69	22,33	17,51	12,88
Marília	3,201	2,384	1,788	1,493	27,16	21,03	18,21	12,57
Mauá	3,847	2,414	2,019	1,519	34,53	23,01	20,60	14,19
Mogi das Cruzes	3,747	2,220	2,151	1,836	31,16	19,64	19,55	15,91
Osasco	3,391	2,115	1,911	1,755	31,87	20,19	18,93	15,92

Piracicaba	3,031	2,444	1,792	1,583	26,42	21,30	17,50	13,67
Presidente Prudente	2,872	2,137	1,685	1,544	25,66	19,74	15,12	12,89
Ribeirão Preto	2,889	2,051	1,713	1,438	26,25	18,31	16,43	12,99
Rio Claro	3,105	2,422	1,834	1,476	25,24	20,46	16,87	12,62
Santo André	2,686	1,900	1,634	1,563	25,37	17,21	15,52	13,25
Santos	2,490	1,901	1,569	1,545	22,49	16,16	13,17	12,04
São Bernardo do Campo	3,172	1,996	1,758	1,607	30,64	18,77	18,63	14,56
São Caetano do Sul	2,268	1,503	1,295	1,402	21,65	13,36	12,24	11,28
São Carlos	3,175	2,149	1,697	1,510	27,13	18,49	16,84	12,94
São José do Rio Preto	2,481	2,096	1,496	1,442	23,72	19,22	16,00	12,56
São José dos Campos	3,309	2,384	1,849	1,632	30,73	21,94	18,60	14,69
São Paulo	2,794	1,941	1,841	1,724	26,96	18,12	17,52	15,51
São Vicente	3,418	2,341	2,112	1,797	30,17	20,95	20,71	15,52
Sorocaba	3,331	2,256	1,771	1,547	28,45	19,94	19,00	13,71
Suzano	3,891	2,718	2,275	1,790	32,70	24,30	23,11	15,87
Taubaté	3,508	2,176	1,911	1,582	29,68	19,39	19,54	13,70
Cascavel	4,097	2,533	2,075	1,594	35,92	25,32	21,70	14,60
Curitiba	2,897	2,065	1,701	1,597	28,13	20,22	16,92	14,40
Foz do Iguaçu	4,391	2,684	2,112	1,938	39,89	26,91	25,67	17,41
Guarapuava	4,407	2,778	2,545	1,934	34,87	25,16	22,93	16,36
Londrina	3,091	2,324	1,803	1,541	28,20	21,78	17,83	13,29
Maringá	2,740	2,164	1,526	1,423	26,74	21,58	15,87	12,77
Ponta Grossa	3,598	2,563	2,161	1,880	31,17	22,85	20,73	16,02
Blumenau	2,902	2,171	1,683	1,485	28,43	21,09	16,96	13,50
Criciúma	3,331	2,517	2,020	1,534	30,19	23,85	18,34	13,46
Florianópolis	2,734	2,078	1,669	1,372	26,12	19,64	16,34	12,75
Joinville	3,387	2,505	1,890	1,641	30,48	23,24	18,63	14,77
Lages	4,017	2,505	2,022	1,709	32,96	22,44	21,25	14,30
Bagé	2,954	2,412	2,222	1,680	24,22	20,11	17,86	12,98
Canoas	2,997	2,594	2,281	1,776	28,07	22,71	19,37	14,84
Caxias do Sul	2,596	2,154	1,723	1,554	25,25	20,04	17,73	13,74
Gravataí	3,209	2,324	2,342	1,614	28,78	19,89	20,08	13,58
Novo Hamburgo	2,765	2,560	2,184	1,468	25,61	23,86	19,05	12,14
Passo Fundo	3,057	2,287	2,029	1,626	27,62	20,81	17,93	14,19
Pelotas	2,601	2,364	2,009	1,503	23,07	20,05	17,75	12,13
Porto Alegre	2,423	1,957	1,792	1,579	23,83	17,53	15,31	13,17
Rio Grande	2,784	2,418	1,963	1,595	24,51	19,92	20,21	12,77
Santa Maria	2,838	2,088	1,858	1,510	24,87	18,38	17,72	12,60
Viamão	3,294	2,805	2,718	1,789	28,21	24,04	22,65	14,39
Mínimo da Amostra	2,268	1,503	1,295	1,345	21,44	13,36	12,24	11,28
Média da Amostra	3,288	2,264	1,877	1,605	28,98	20,65	18,37	13,92
Máximo da Amostra	5,142	3,098	2,718	1,938	39,89	27,10	25,67	17,85
Desvio Padrão	0,609	0,284	0,244	0,147	4,20	2,60	2,35	1,46
Tendência variação / censo anterior		Baixa	Baixa	Baixa		Baixa	Baixa	Baixa
Exceções à Tendência		0	4	2		0	9	0
Exceções (%)		0,00	4,65	2,33		0,00	10,47	0,00
TFT > 5,0 Filhos por	2	0	0	0				
TFT > 4,0 Filhos por	12	0	0	0				
TFT > 3,0 Filhos por	52	1	0	0				
TFT < 2,1 Filhos por	0	25	71	86				
TFT < 1,6 Filhos por	0	1	9	51				

TABELA A.4 - Trajetórias de Proporção de Permanência das mulheres entre 15 e 39 anos no Domicílio - 1980 a 2000

Município	Todas as Mulheres			Mulheres com Filhos de 0 a 3 anos			Relação com Filhos 0 a 3 / Total		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Belo Horizonte	0,389	0,315	0,173	0,700	0,555	0,344	1,800	1,764	1,983
Contagem	0,568	0,445	0,244	0,823	0,687	0,448	1,450	1,545	1,837
Divinópolis	0,529	0,443	0,238	0,845	0,710	0,421	1,598	1,603	1,768
Governador Valadares	0,513	0,454	0,266	0,795	0,663	0,466	1,550	1,461	1,751
Ipatinga	0,631	0,508	0,286	0,866	0,738	0,489	1,373	1,454	1,706
Juiz de Fora	0,435	0,383	0,228	0,754	0,620	0,433	1,734	1,620	1,900
Montes Claros	0,496	0,435	0,229	0,773	0,661	0,407	1,557	1,518	1,781
Sete Lagoas	0,514	0,465	0,247	0,817	0,730	0,439	1,588	1,571	1,776
Teófilo Otoni	0,549	0,479	0,274	0,798	0,698	0,457	1,454	1,457	1,669
Uberaba	0,501	0,435	0,222	0,820	0,663	0,403	1,638	1,525	1,813
Uberlândia	0,457	0,426	0,229	0,749	0,659	0,412	1,639	1,547	1,798
Cachoeiro de Itapemirim	0,546	0,524	0,332	0,802	0,746	0,559	1,469	1,424	1,685
Cariacica	0,592	0,495	0,282	0,821	0,699	0,476	1,386	1,411	1,689
Colatina	0,612	0,476	0,244	0,822	0,654	0,391	1,344	1,374	1,604
Linhares	0,692	0,521	0,286	0,850	0,680	0,466	1,229	1,305	1,630
Vila Velha	0,473	0,376	0,204	0,749	0,590	0,370	1,582	1,567	1,814
Vitória	0,378	0,302	0,158	0,645	0,514	0,310	1,707	1,702	1,957
Barra Mansa	0,597	0,514	0,320	0,856	0,767	0,551	1,434	1,493	1,721
Campos dos Goytacazes	0,537	0,505	0,311	0,770	0,713	0,487	1,434	1,411	1,562
Duque de Caxias	0,541	0,487	0,322	0,771	0,693	0,516	1,426	1,423	1,599
Itaboraí	0,657	0,538	0,335	0,844	0,736	0,537	1,285	1,367	1,600
Magé	0,587	0,521	0,316	0,797	0,711	0,482	1,358	1,363	1,527
Nilópolis	0,498	0,427	0,248	0,762	0,665	0,400	1,529	1,558	1,614
Niterói	0,360	0,291	0,183	0,630	0,491	0,346	1,751	1,684	1,891
Nova Friburgo	0,446	0,415	0,225	0,684	0,636	0,428	1,532	1,534	1,900
Petrópolis	0,474	0,398	0,254	0,728	0,613	0,431	1,535	1,542	1,694
Rio de Janeiro	0,396	0,370	0,235	0,671	0,586	0,422	1,697	1,587	1,793
São Gonçalo	0,537	0,464	0,281	0,776	0,688	0,477	1,444	1,485	1,700
São João de Meriti	0,537	0,486	0,297	0,772	0,689	0,463	1,438	1,418	1,557
Volta Redonda	0,520	0,473	0,279	0,817	0,724	0,501	1,573	1,532	1,800
Americana	0,435	0,376	0,227	0,752	0,597	0,422	1,728	1,585	1,861
Araçatuba	0,487	0,399	0,206	0,732	0,618	0,339	1,505	1,549	1,650
Araraquara	0,475	0,403	0,219	0,773	0,595	0,381	1,628	1,478	1,735
Bauru	0,448	0,395	0,231	0,735	0,621	0,418	1,640	1,571	1,813
Campinas	0,433	0,353	0,209	0,715	0,589	0,399	1,650	1,668	1,904
Carapicuíba	0,567	0,451	0,276	0,801	0,679	0,454	1,412	1,504	1,644
Diadema	0,531	0,456	0,249	0,775	0,684	0,431	1,460	1,501	1,731
Franca	0,398	0,405	0,211	0,689	0,631	0,384	1,732	1,558	1,818
Guarujá	0,540	0,443	0,274	0,768	0,654	0,430	1,422	1,478	1,571
Guarulhos	0,534	0,453	0,276	0,794	0,690	0,450	1,489	1,523	1,632
Jacareí	0,576	0,490	0,290	0,831	0,757	0,484	1,443	1,546	1,669
Jundiaí	0,485	0,414	0,234	0,784	0,685	0,432	1,616	1,656	1,842
Limeira	0,521	0,465	0,268	0,783	0,706	0,459	1,504	1,518	1,713
Marília	0,425	0,349	0,228	0,734	0,560	0,419	1,727	1,607	1,839
Mauá	0,581	0,516	0,309	0,843	0,767	0,513	1,451	1,487	1,661
Mogi das Cruzes	0,506	0,439	0,273	0,779	0,667	0,456	1,541	1,520	1,667

Osasco	0,521	0,423	0,241	0,797	0,655	0,429	1,529	1,550	1,779
Piracicaba	0,481	0,419	0,248	0,776	0,646	0,441	1,613	1,544	1,778
Presidente Prudente	0,479	0,363	0,200	0,754	0,609	0,383	1,574	1,678	1,919
Ribeirão Preto	0,426	0,384	0,218	0,727	0,620	0,403	1,706	1,613	1,846
Rio Claro	0,472	0,418	0,245	0,741	0,671	0,432	1,570	1,604	1,762
Santo André	0,482	0,419	0,236	0,795	0,677	0,453	1,649	1,618	1,918
Santos	0,430	0,349	0,177	0,731	0,591	0,356	1,699	1,694	2,012
São Bernardo do Campo	0,508	0,420	0,241	0,791	0,663	0,435	1,558	1,579	1,805
São Caetano do Sul	0,403	0,313	0,153	0,756	0,583	0,349	1,874	1,861	2,276
São Carlos	0,449	0,383	0,224	0,734	0,622	0,414	1,637	1,626	1,845
São José do Rio Preto	0,445	0,391	0,214	0,751	0,592	0,391	1,685	1,512	1,827
São José dos Campos	0,507	0,443	0,257	0,780	0,684	0,461	1,539	1,546	1,791
São Paulo	0,409	0,364	0,217	0,710	0,602	0,402	1,737	1,654	1,853
São Vicente	0,528	0,434	0,269	0,796	0,643	0,447	1,507	1,479	1,658
Sorocaba	0,461	0,446	0,265	0,745	0,676	0,449	1,616	1,518	1,695
Suzano	0,539	0,481	0,316	0,799	0,712	0,512	1,482	1,481	1,622
Taubaté	0,517	0,473	0,284	0,808	0,721	0,485	1,564	1,523	1,707
Cascavel	0,579	0,447	0,242	0,800	0,635	0,403	1,381	1,419	1,665
Curitiba	0,439	0,367	0,197	0,705	0,577	0,377	1,608	1,572	1,917
Foz do Iguaçu	0,647	0,491	0,245	0,847	0,691	0,391	1,309	1,406	1,594
Guarapuava	0,663	0,579	0,346	0,848	0,755	0,526	1,279	1,304	1,518
Londrina	0,467	0,380	0,224	0,744	0,600	0,401	1,591	1,579	1,791
Maringá	0,480	0,372	0,196	0,776	0,572	0,368	1,617	1,540	1,883
Ponta Grossa	0,574	0,512	0,337	0,819	0,736	0,544	1,428	1,437	1,616
Blumenau	0,339	0,321	0,160	0,547	0,502	0,300	1,611	1,563	1,874
Criciúma	0,552	0,468	0,265	0,814	0,680	0,467	1,475	1,454	1,763
Florianópolis	0,409	0,301	0,173	0,660	0,484	0,358	1,613	1,607	2,063
Joinville	0,482	0,465	0,268	0,707	0,668	0,452	1,468	1,438	1,686
Lages	0,644	0,501	0,307	0,848	0,715	0,491	1,316	1,426	1,599
Bagé	0,510	0,461	0,304	0,734	0,650	0,497	1,438	1,408	1,632
Canoas	0,483	0,470	0,260	0,713	0,685	0,429	1,476	1,457	1,651
Caxias do Sul	0,377	0,373	0,202	0,625	0,589	0,369	1,657	1,581	1,826
Gravataí	0,544	0,498	0,279	0,726	0,671	0,464	1,335	1,348	1,661
Novo Hamburgo	0,344	0,361	0,211	0,565	0,527	0,383	1,642	1,459	1,814
Passo Fundo	0,476	0,378	0,224	0,719	0,558	0,380	1,508	1,474	1,697
Pelotas	0,419	0,402	0,247	0,622	0,599	0,435	1,485	1,491	1,762
Porto Alegre	0,333	0,298	0,170	0,570	0,493	0,340	1,714	1,652	1,998
Rio Grande	0,508	0,479	0,294	0,727	0,682	0,484	1,431	1,424	1,649
Santa Maria	0,452	0,413	0,235	0,689	0,609	0,423	1,525	1,474	1,796
Viamão	0,581	0,448	0,271	0,762	0,614	0,436	1,310	1,371	1,607
Mínimo da Amostra	0,333	0,291	0,153	0,547	0,484	0,300	1,229	1,304	1,518
Média da Amostra	0,498	0,429	0,249	0,758	0,648	0,432	1,538	1,523	1,756
Máximo da Amostra	0,692	0,579	0,346	0,866	0,767	0,559	1,874	1,861	2,276
Desvio Padrão	0,077	0,062	0,044	0,067	0,066	0,054	0,132	0,100	0,132
Tendência variação / censo anterior		Baixa	Baixa		Baixa	Baixa			
Exceções à Tendência		2	0		0	0			

TABELA A.5 - Trajetórias de composição domiciliar - 1980 a 2010

Município	Número Médio de Mulheres de 10 anos e mais por Domicílio				Número Médio de Crianças de 0 a 14 anos por Domicílio				Número Médio de Crianças de 0 a 3 anos por Domicílio			
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
Belo Horizonte	1,87	1,72	1,59	1,48	1,54	1,20	0,86	0,59	0,48	0,30	0,23	0,14
Contagem	1,73	1,65	1,57	1,46	1,89	1,41	1,02	0,70	0,60	0,37	0,27	0,17
Divinópolis	1,84	1,70	1,56	1,44	1,68	1,30	0,94	0,64	0,48	0,34	0,23	0,15
Governador Valadares	1,89	1,76	1,60	1,46	1,93	1,46	1,05	0,76	0,55	0,35	0,28	0,17
Ipatinga	1,66	1,70	1,60	1,47	1,89	1,54	1,04	0,71	0,63	0,37	0,27	0,17
Juiz de Fora	1,86	1,64	1,53	1,42	1,33	1,08	0,84	0,58	0,38	0,29	0,21	0,13
Montes Claros	1,98	1,80	1,69	1,55	2,17	1,69	1,21	0,82	0,64	0,43	0,31	0,20
Sete Lagoas	1,93	1,77	1,64	1,53	1,83	1,47	1,09	0,73	0,52	0,39	0,27	0,17
Teófilo Otoni	1,97	1,82	1,66	1,50	2,15	1,63	1,12	0,78	0,58	0,39	0,28	0,18
Uberaba	1,80	1,61	1,51	1,38	1,48	1,13	0,85	0,60	0,41	0,28	0,21	0,15
Uberlândia	1,74	1,58	1,47	1,38	1,53	1,21	0,90	0,64	0,45	0,32	0,23	0,16
Cachoeiro de Itapemirim	1,79	1,61	1,50	1,42	1,64	1,33	1,01	0,70	0,49	0,35	0,25	0,17
Cariacica	1,72	1,62	1,51	1,41	1,79	1,50	1,08	0,79	0,56	0,39	0,29	0,20
Colatina	1,83	1,63	1,53	1,40	1,85	1,33	0,95	0,63	0,50	0,33	0,23	0,14
Linhares	1,75	1,66	1,55	1,42	2,24	1,72	1,20	0,86	0,67	0,44	0,31	0,21
Vila Velha	1,81	1,65	1,52	1,40	1,60	1,24	0,90	0,65	0,48	0,31	0,23	0,16
Vitória	1,84	1,66	1,54	1,42	1,47	1,17	0,83	0,58	0,46	0,28	0,21	0,15
Barra Mansa	1,71	1,62	1,53	1,43	1,61	1,24	0,92	0,66	0,48	0,32	0,24	0,15
Campos dos Goytacazes	1,84	1,66	1,55	1,46	1,67	1,29	0,99	0,75	0,47	0,33	0,25	0,18
Duque de Caxias	1,63	1,57	1,47	1,42	1,57	1,24	1,02	0,76	0,47	0,33	0,28	0,17
Itaboraí	1,64	1,57	1,43	1,39	1,90	1,32	0,99	0,74	0,55	0,33	0,27	0,17
Magé	1,62	1,56	1,44	1,42	1,73	1,33	1,05	0,80	0,49	0,35	0,29	0,18
Nilópolis	1,69	1,63	1,55	1,46	1,34	1,05	0,84	0,64	0,39	0,27	0,23	0,15
Niterói	1,74	1,58	1,48	1,40	1,09	0,86	0,66	0,48	0,31	0,21	0,17	0,11
Nova Friburgo	1,65	1,54	1,41	1,32	1,35	1,05	0,77	0,56	0,38	0,26	0,20	0,13
Petrópolis	1,69	1,58	1,47	1,42	1,36	1,04	0,84	0,63	0,38	0,27	0,22	0,14
Rio de Janeiro	1,67	1,55	1,47	1,39	1,04	0,88	0,73	0,57	0,30	0,22	0,20	0,13
São Gonçalo	1,70	1,58	1,47	1,42	1,44	1,08	0,84	0,63	0,41	0,27	0,22	0,14
São João de Meriti	1,64	1,59	1,49	1,42	1,48	1,17	0,94	0,71	0,44	0,31	0,26	0,16
Volta Redonda	1,72	1,58	1,50	1,42	1,39	1,14	0,85	0,60	0,42	0,28	0,22	0,14
Americana	1,71	1,57	1,49	1,41	1,32	1,09	0,82	0,57	0,39	0,28	0,19	0,14
Araçatuba	1,74	1,61	1,50	1,38	1,52	1,12	0,80	0,56	0,41	0,27	0,20	0,14
Araraquara	1,67	1,56	1,50	1,40	1,29	1,10	0,79	0,56	0,38	0,27	0,18	0,14
Bauru	1,70	1,57	1,50	1,42	1,36	1,14	0,86	0,63	0,39	0,28	0,22	0,15
Campinas	1,68	1,57	1,48	1,42	1,38	1,09	0,82	0,60	0,42	0,27	0,21	0,15
Carapicuíba	1,61	1,64	1,54	1,49	1,87	1,47	1,09	0,83	0,60	0,37	0,30	0,20
Diadema	1,53	1,55	1,50	1,46	1,65	1,37	1,03	0,77	0,54	0,36	0,29	0,19
Franca	1,73	1,57	1,49	1,45	1,43	1,23	0,98	0,72	0,41	0,34	0,26	0,17
Guarujá	1,62	1,57	1,50	1,50	1,70	1,38	1,07	0,83	0,51	0,36	0,29	0,20
Guarulhos	1,62	1,59	1,51	1,48	1,64	1,36	1,08	0,83	0,51	0,35	0,30	0,20
Jacareí	1,65	1,61	1,54	1,46	1,60	1,30	0,99	0,73	0,47	0,33	0,26	0,17
Jundiaí	1,65	1,59	1,51	1,42	1,35	1,11	0,81	0,60	0,41	0,27	0,20	0,15
Limeira	1,71	1,57	1,50	1,46	1,52	1,24	0,93	0,67	0,44	0,32	0,23	0,16
Marília	1,77	1,65	1,52	1,44	1,52	1,19	0,89	0,62	0,43	0,29	0,23	0,14
Mauá	1,61	1,58	1,51	1,47	1,68	1,41	1,08	0,77	0,53	0,37	0,29	0,18

Mogi das Cruzes	1,66	1,61	1,53	1,47	1,60	1,37	1,06	0,79	0,47	0,35	0,28	0,19
Osasco	1,62	1,58	1,53	1,49	1,53	1,28	0,97	0,73	0,49	0,33	0,26	0,18
Piracicaba	1,68	1,57	1,51	1,45	1,41	1,20	0,89	0,66	0,42	0,30	0,23	0,16
Presidente Prudente	1,75	1,59	1,50	1,40	1,52	1,14	0,84	0,60	0,41	0,28	0,21	0,14
Ribeirão Preto	1,72	1,59	1,53	1,42	1,31	1,15	0,85	0,60	0,39	0,29	0,21	0,15
Rio Claro	1,63	1,58	1,50	1,30	1,30	1,09	0,85	0,56	0,38	0,26	0,21	0,13
Santo André	1,64	1,58	1,52	1,45	1,24	1,08	0,81	0,60	0,38	0,27	0,20	0,14
Santos	1,63	1,55	1,51	1,43	1,01	0,84	0,62	0,49	0,31	0,20	0,16	0,12
São Bernardo do Campo	1,60	1,57	1,52	1,45	1,42	1,20	0,92	0,66	0,47	0,30	0,24	0,16
São Caetano do Sul	1,62	1,54	1,54	1,46	0,95	0,81	0,58	0,45	0,30	0,19	0,13	0,11
São Carlos	1,70	1,59	1,49	1,33	1,36	1,11	0,84	0,58	0,40	0,27	0,21	0,14
São José do Rio Preto	1,70	1,55	1,47	1,38	1,21	1,02	0,76	0,54	0,35	0,26	0,18	0,13
São José dos Campos	1,67	1,60	1,55	1,47	1,64	1,39	1,02	0,72	0,53	0,36	0,26	0,18
São Paulo	1,65	1,59	1,53	1,46	1,23	1,08	0,86	0,65	0,39	0,28	0,23	0,16
São Vicente	1,61	1,56	1,54	1,47	1,43	1,22	0,98	0,74	0,44	0,31	0,27	0,18
Sorocaba	1,68	1,61	1,54	1,47	1,41	1,26	0,98	0,69	0,43	0,32	0,25	0,16
Suzano	1,65	1,63	1,54	1,53	1,76	1,49	1,18	0,87	0,52	0,38	0,32	0,20
Taubaté	1,73	1,66	1,55	1,48	1,60	1,31	0,96	0,71	0,47	0,33	0,25	0,17
Cascavel	1,75	1,60	1,48	1,39	2,03	1,42	1,09	0,71	0,56	0,40	0,28	0,17
Curitiba	1,69	1,57	1,47	1,40	1,39	1,10	0,84	0,61	0,42	0,29	0,22	0,15
Foz do Iguaçu	1,65	1,57	1,46	1,41	2,08	1,57	1,21	0,82	0,66	0,44	0,32	0,20
Guarapuava	1,74	1,58	1,48	1,44	2,00	1,46	1,16	0,84	0,57	0,41	0,32	0,19
Londrina	1,74	1,60	1,51	1,40	1,56	1,21	0,91	0,64	0,46	0,31	0,23	0,15
Maringá	1,75	1,59	1,51	1,41	1,47	1,14	0,84	0,57	0,40	0,30	0,20	0,14
Ponta Grossa	1,66	1,59	1,49	1,44	1,58	1,29	1,05	0,81	0,45	0,35	0,28	0,19
Blumenau	1,73	1,56	1,44	1,37	1,42	1,15	0,87	0,61	0,43	0,31	0,22	0,15
Criciúma	1,79	1,52	1,48	1,39	1,70	1,32	1,00	0,66	0,49	0,36	0,24	0,16
Florianópolis	1,74	1,54	1,44	1,32	1,41	1,10	0,78	0,51	0,41	0,28	0,19	0,12
Joinville	1,68	1,56	1,47	1,40	1,66	1,33	0,99	0,70	0,50	0,36	0,25	0,17
Lages	1,76	1,63	1,52	1,42	1,88	1,37	1,08	0,73	0,52	0,36	0,28	0,17
Bagé	1,70	1,49	1,45	1,38	1,26	1,09	0,90	0,66	0,34	0,29	0,23	0,15
Canoas	1,57	1,47	1,45	1,40	1,28	1,15	0,93	0,70	0,40	0,31	0,25	0,17
Caxias do Sul	1,69	1,48	1,40	1,33	1,25	1,06	0,83	0,60	0,38	0,29	0,21	0,15
Gravataí	1,50	1,46	1,43	1,37	1,40	1,24	0,97	0,71	0,43	0,32	0,26	0,16
Novo Hamburgo	1,60	1,42	1,39	1,34	1,23	1,08	0,91	0,64	0,38	0,30	0,24	0,14
Passo Fundo	1,72	1,54	1,46	1,37	1,44	1,20	0,92	0,64	0,44	0,31	0,24	0,15
Pelotas	1,65	1,50	1,44	1,36	1,18	1,00	0,81	0,57	0,34	0,25	0,21	0,13
Porto Alegre	1,61	1,46	1,40	1,33	1,02	0,89	0,71	0,52	0,32	0,23	0,19	0,12
Rio Grande	1,56	1,43	1,40	1,34	1,14	1,02	0,84	0,63	0,35	0,26	0,22	0,14
Santa Maria	1,77	1,54	1,47	1,39	1,30	1,06	0,83	0,59	0,36	0,28	0,22	0,14
Viamão	1,55	1,46	1,41	1,39	1,47	1,23	1,01	0,78	0,43	0,33	0,28	0,17
Mínimo da Amostra	1,50	1,42	1,39	1,30	0,95	0,81	0,58	0,45	0,30	0,19	0,13	0,11
Média da Amostra	1,70	1,59	1,50	1,42	1,52	1,22	0,93	0,67	0,45	0,31	0,24	0,16
Máximo da Amostra	1,98	1,82	1,69	1,55	2,24	1,72	1,21	0,87	0,67	0,44	0,32	0,21
Desvio Padrão	0,09	0,07	0,05	0,05	0,27	0,18	0,13	0,10	0,30	0,19	0,13	0,11
Desvio Padrão/Média	5,35	4,44	3,60	3,45	17,83	14,96	14,04	14,28	65,87	61,46	56,05	67,02
Tendência variação / Censo												
Anterior		Baixa	Baixa	Baixa		Baixa	Baixa	Baixa		Baixa	Baixa	Baixa
Exceções		3	0	1		0	0	0		0	0	0

TABELA A.6 - Proporções de mulheres com filhos entre 0 e 3 anos por número total de filhos nascidos vivos – 1980, 1991 e 2000

Município	Proporção 1 Filho			Proporção 3+ Filhos		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Belo Horizonte	0,33	0,40	0,47	0,40	0,30	0,22
Contagem	0,30	0,38	0,46	0,43	0,30	0,24
Divinópolis	0,31	0,39	0,46	0,42	0,31	0,22
Governador Valadares	0,25	0,36	0,43	0,52	0,33	0,27
Ipatinga	0,33	0,34	0,46	0,41	0,36	0,24
Juiz de Fora	0,36	0,44	0,46	0,36	0,26	0,24
Montes Claros	0,25	0,32	0,40	0,54	0,39	0,29
Sete Lagoas	0,29	0,39	0,42	0,48	0,32	0,27
Teófilo Otoni	0,23	0,36	0,40	0,57	0,36	0,27
Uberaba	0,30	0,39	0,44	0,42	0,26	0,23
Uberlândia	0,32	0,39	0,45	0,38	0,24	0,19
Cachoeiro de Itapemirim	0,33	0,37	0,46	0,41	0,33	0,24
Cariacica	0,32	0,37	0,41	0,41	0,34	0,29
Colatina	0,33	0,40	0,49	0,40	0,29	0,18
Linhares	0,26	0,31	0,38	0,52	0,40	0,30
Vila Velha	0,35	0,41	0,47	0,37	0,26	0,24
Vitória	0,33	0,42	0,49	0,39	0,27	0,21
Barra Mansa	0,34	0,41	0,44	0,38	0,28	0,20
Campos dos Goytacazes	0,30	0,37	0,42	0,46	0,34	0,26
Duque de Caxias	0,33	0,39	0,41	0,41	0,31	0,28
Itaboraí	0,29	0,38	0,44	0,46	0,29	0,22
Magé	0,28	0,37	0,37	0,47	0,33	0,30
Nilópolis	0,36	0,43	0,50	0,35	0,27	0,19
Niterói	0,40	0,44	0,48	0,28	0,19	0,18
Nova Friburgo	0,38	0,42	0,47	0,33	0,25	0,23
Petrópolis	0,35	0,45	0,42	0,34	0,24	0,28
Rio de Janeiro	0,41	0,45	0,47	0,29	0,23	0,21
São Gonçalo	0,35	0,43	0,46	0,34	0,21	0,19
São João de Meriti	0,34	0,41	0,44	0,39	0,27	0,24
Volta Redonda	0,38	0,42	0,48	0,32	0,24	0,20
Americana	0,39	0,43	0,46	0,31	0,21	0,20
Araçatuba	0,32	0,40	0,48	0,38	0,23	0,16
Araraquara	0,36	0,42	0,47	0,35	0,26	0,22
Bauru	0,34	0,41	0,44	0,37	0,26	0,25
Campinas	0,35	0,41	0,45	0,34	0,27	0,22
Carapicuíba	0,27	0,38	0,44	0,45	0,32	0,26
Diadema	0,32	0,39	0,45	0,41	0,30	0,24
Franca	0,37	0,40	0,41	0,34	0,27	0,28
Guarujá	0,32	0,38	0,43	0,42	0,35	0,27
Guarulhos	0,32	0,37	0,42	0,40	0,32	0,27
Jacareí	0,33	0,38	0,41	0,39	0,31	0,26
Jundiaí	0,36	0,41	0,45	0,35	0,27	0,23
Limeira	0,34	0,37	0,44	0,38	0,30	0,26
Marília	0,32	0,39	0,44	0,40	0,26	0,25
Mauá	0,32	0,38	0,42	0,40	0,33	0,27
Mogi das Cruzes	0,30	0,36	0,40	0,44	0,34	0,30
Osasco	0,33	0,40	0,44	0,38	0,30	0,25

Piracicaba	0,34	0,40	0,42	0,36	0,31	0,27
Presidente Prudente	0,31	0,41	0,45	0,40	0,26	0,20
Ribeirão Preto	0,34	0,38	0,44	0,35	0,28	0,24
Rio Claro	0,33	0,37	0,44	0,38	0,29	0,22
Santo André	0,36	0,41	0,45	0,32	0,26	0,24
Santos	0,38	0,43	0,51	0,30	0,24	0,19
São Bernardo do Campo	0,35	0,41	0,45	0,33	0,27	0,23
São Caetano do Sul	0,41	0,47	0,52	0,26	0,16	0,15
São Carlos	0,36	0,42	0,45	0,35	0,25	0,21
São José do Rio Preto	0,37	0,43	0,46	0,31	0,21	0,17
São José dos Campos	0,33	0,37	0,42	0,38	0,32	0,26
São Paulo	0,36	0,40	0,45	0,34	0,28	0,24
São Vicente	0,31	0,41	0,42	0,41	0,29	0,29
Sorocaba	0,33	0,38	0,43	0,38	0,32	0,26
Suzano	0,29	0,37	0,40	0,45	0,36	0,29
Taubaté	0,32	0,39	0,44	0,41	0,32	0,26
Cascavel	0,29	0,40	0,41	0,45	0,33	0,28
Curitiba	0,35	0,41	0,46	0,36	0,26	0,23
Foz do Iguaçu	0,29	0,35	0,39	0,45	0,35	0,31
Guarapuava	0,27	0,35	0,41	0,50	0,36	0,31
Londrina	0,30	0,40	0,43	0,42	0,28	0,25
Maringá	0,33	0,45	0,47	0,37	0,21	0,19
Ponta Grossa	0,30	0,38	0,40	0,44	0,35	0,31
Blumenau	0,41	0,42	0,44	0,28	0,26	0,24
Criciúma	0,36	0,39	0,43	0,35	0,28	0,26
Florianópolis	0,38	0,42	0,48	0,34	0,28	0,21
Joinville	0,35	0,39	0,43	0,35	0,30	0,26
Lages	0,31	0,39	0,39	0,46	0,33	0,30
Bagé	0,35	0,38	0,42	0,34	0,28	0,30
Canoas	0,37	0,38	0,42	0,33	0,30	0,30
Caxias do Sul	0,44	0,45	0,47	0,26	0,23	0,22
Gravataí	0,39	0,40	0,41	0,32	0,28	0,29
Novo Hamburgo	0,40	0,44	0,41	0,29	0,24	0,27
Passo Fundo	0,37	0,38	0,43	0,36	0,33	0,28
Pelotas	0,40	0,42	0,44	0,31	0,27	0,28
Porto Alegre	0,41	0,43	0,45	0,30	0,26	0,27
Rio Grande	0,41	0,40	0,44	0,32	0,27	0,28
Santa Maria	0,37	0,43	0,46	0,33	0,27	0,28
Viamão	0,33	0,38	0,40	0,37	0,34	0,31
Mínimo da Amostra	0,23	0,31	0,37	0,26	0,16	0,15
Média da Amostra	0,34	0,40	0,44	0,38	0,29	0,25
Máximo da Amostra	0,44	0,47	0,52	0,57	0,40	0,31
Desvio Padrão	0,04	0,03	0,03	0,06	0,05	0,04
Desvio Padrão / Média (%)	12,16	7,224	6,568	16,454	15,682	15,601
Exceções à Tendência		0	1		0	5

Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). (Micro-dados da Amostra).

TABELA A.7 – Percentuais de crianças de 0 a 14 e de 7 a 14 anos e de alunos do ensino fundamental por população, alívio no número de alunos no ensino fundamental e acréscimo na matrícula em creches por população, e percentual de matrículas em creches por número de crianças de 0 a 3 anos

Município	Percentual de Crianças de 0 a 14 anos por População				Percentual de Crianças de 7 a 14 por População		Percentual Alunos Ensino Fundamental por População		Alívio no Nº de Alunos Ensino Fundamental (% da População)			Acréscimo Matrícula Creche (% da População)		Percentual de Matrículas / População de 0 a 3 Anos	
	1980	1991	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Total	Dem	Fluxo	Acr C	Uso AI	2000	2010
Belo Horizonte	33,13	29,92	24,28	18,93	13,11	10,99	18,87	13,89	4,98	2,12	2,86	0,54	10,81	7,35	22,56
Contagem	39,49	33,61	27,31	21,46	14,56	12,37	18,82	14,27	4,55	2,19	2,37	0,70	15,45	2,10	16,65
Divinópolis	35,43	31,23	25,90	20,08	14,50	11,77	18,67	13,49	5,18	2,73	2,45	0,88	16,97	3,32	23,48
Governador Valadares	39,21	34,34	28,25	23,42	15,26	13,61	21,90	15,71	6,18	1,65	4,54	0,73	11,82	2,80	17,34
Ipatinga	39,43	35,83	27,46	21,70	15,02	12,37	19,54	14,65	4,89	2,65	2,23	0,68	14,00	5,09	19,68
Juiz de Fora	29,88	28,17	24,35	19,09	13,47	11,11	17,48	13,24	4,23	2,36	1,87	0,82	19,28	6,25	26,92
Montes Claros	40,91	36,96	29,99	23,47	16,54	13,42	22,20	15,01	7,19	3,12	4,08	0,93	12,91	3,89	21,59
Sete Lagoas	36,74	33,36	28,16	21,53	15,56	12,59	19,79	14,78	5,00	2,97	2,03	0,77	15,44	4,13	21,60
Teófilo Otoni	41,30	35,99	28,81	23,48	16,00	13,74	24,15	16,90	7,25	2,27	4,98	0,56	7,71	3,93	15,47
Uberaba	32,40	29,43	24,57	19,59	13,80	11,10	19,00	12,23	6,77	2,70	4,07	0,99	14,55	1,95	22,80
Uberlândia	34,06	31,15	26,15	20,79	14,41	11,58	18,91	13,04	5,87	2,83	3,04	1,16	19,81	2,44	25,55
Cachoeiro de Itapemirim	35,13	32,89	28,12	22,08	15,53	12,63	19,40	14,28	5,12	2,90	2,22	1,44	28,19	8,98	39,61
Cariacica	38,04	35,65	29,52	24,36	15,84	13,73	19,43	16,12	3,32	2,10	1,22	0,81	24,34	0,84	14,48
Colatina	37,57	32,41	26,53	20,44	15,00	11,99	18,12	13,41	4,71	3,02	1,70	1,16	24,50	10,65	39,54
Linhares	43,38	38,26	31,16	25,45	16,98	14,25	20,64	16,09	4,55	2,72	1,83	1,81	39,84	9,11	40,27
Vila Velha	34,61	31,17	25,96	20,96	14,17	11,90	17,81	13,26	4,55	2,28	2,28	0,75	16,49	3,18	18,89
Vitória	32,63	30,34	24,25	19,26	13,47	10,89	18,43	13,09	5,35	2,58	2,77	1,77	33,10	25,07	68,86
Barra Mansa	35,34	31,06	25,94	20,97	14,04	12,33	18,43	13,71	4,72	1,71	3,01	0,26	5,48	0,93	6,65
Campos dos Goytacazes	35,35	31,81	27,30	23,14	14,72	13,29	20,82	15,95	4,87	1,43	3,44	1,20	24,71	7,09	31,15
Duque de Caxias	36,37	32,01	28,91	24,04	14,79	14,14	19,70	16,27	3,43	0,65	2,78	0,31	8,94	0,44	6,22
Itaboraí	40,16	33,03	28,48	23,42	14,78	13,80	20,90	17,74	3,16	0,98	2,18	0,23	7,13	0,54	4,98
Magé	38,47	33,59	29,73	24,70	15,30	14,54	20,50	19,09	1,41	0,76	0,65	1,11	78,56	0,37	20,25
Nilópolis	32,04	28,07	24,30	20,61	12,82	12,02	19,37	15,71	3,67	0,79	2,88	0,25	6,84	1,53	7,51
Niterói	26,86	24,51	20,59	16,65	11,19	9,72	14,94	13,00	1,93	1,47	0,46	0,57	29,35	2,69	18,43
Nova Friburgo	32,34	28,55	23,87	19,68	12,88	11,52	16,45	14,71	1,74	1,36	0,37	0,81	46,72	5,21	25,32
Petrópolis	31,85	27,91	24,67	20,48	13,17	12,15	18,18	15,56	2,63	1,02	1,61	0,69	26,08	3,78	20,25

Rio de Janeiro	26,53	25,25	22,60	19,40	11,90	11,21	14,93	12,83	2,10	0,69	1,41	0,71	34,04	8,00	26,27
São Gonçalo	33,29	28,69	24,74	20,68	13,01	12,25	15,92	11,43	4,49	0,77	3,72	0,31	6,87	0,20	6,94
São João de Meriti	34,73	30,62	27,06	22,80	13,88	13,43	17,00	14,54	2,46	0,45	2,01	0,18	7,18	0,92	4,77
Volta Redonda	31,49	30,05	24,78	19,73	13,55	11,56	19,50	14,91	4,59	1,99	2,60	0,98	21,31	3,09	25,63
Americana	30,35	28,43	23,59	18,41	13,47	10,46	16,35	12,23	4,12	3,01	1,10	1,14	27,65	13,83	43,17
Araçatuba	34,02	29,08	23,49	18,65	13,15	10,72	14,55	11,69	2,85	2,43	0,42	1,23	43,02	12,78	43,25
Araraquara	30,59	28,94	23,08	18,33	13,19	10,39	14,15	11,87	2,28	2,79	-0,51	1,65	72,40	12,31	51,86
Bauru	31,65	29,74	24,77	20,10	13,54	11,51	14,80	12,92	1,89	2,04	-0,15	1,10	58,42	10,34	36,75
Campinas	31,84	28,76	24,00	19,28	13,08	10,97	14,93	12,39	2,54	2,10	0,43	1,22	48,07	8,87	37,22
Carapicuíba	40,39	34,96	29,13	24,28	15,14	13,67	18,37	15,45	2,92	1,47	1,45	0,87	29,84	0,06	14,80
Diadema	37,87	33,84	28,44	23,52	14,86	13,37	18,82	16,67	2,15	1,49	0,66	0,77	35,98	3,35	18,08
Franca	32,51	30,96	27,54	22,14	14,83	12,77	16,51	14,43	2,08	2,06	0,02	1,13	54,16	2,46	25,17
Guarujá	37,39	33,76	29,35	24,37	15,39	13,89	17,94	16,02	1,92	1,51	0,41	1,01	52,42	2,26	20,38
Guarulhos	36,79	33,31	29,26	24,43	15,12	13,98	18,03	16,59	1,44	1,14	0,31	1,66	115,03	0,83	29,72
Jacareí	36,06	31,99	26,89	22,17	14,47	12,63	16,96	13,99	2,97	1,83	1,14	1,42	47,72	3,83	31,82
Jundiaí	31,59	28,51	23,35	19,15	13,04	10,76	16,29	13,02	3,27	2,28	0,99	1,11	34,02	3,35	27,47
Limeira	33,70	31,12	26,01	20,60	14,39	11,82	16,21	13,67	2,55	2,57	-0,02	1,15	45,25	6,46	32,47
Marília	33,31	29,84	25,12	19,73	13,63	11,48	14,97	13,15	1,82	2,15	-0,32	0,74	40,70	21,94	46,94
Mauá	37,45	34,20	29,45	23,01	15,65	13,18	19,22	14,44	4,78	2,48	2,30	0,51	10,70	3,43	14,23
Mogi das Cruzes	35,73	33,27	28,76	23,79	15,21	13,66	18,04	16,43	1,61	1,55	0,06	1,18	73,39	7,60	31,29
Osasco	35,08	32,00	27,06	22,20	14,34	12,61	16,92	15,55	1,37	1,73	-0,36	1,29	93,91	0,62	24,92
Piracicaba	32,32	30,59	25,22	20,40	13,77	11,72	15,46	13,44	2,03	2,04	-0,02	1,60	79,00	10,78	47,49
Presidente Prudente	34,12	29,58	24,59	19,69	13,67	11,24	15,72	12,59	3,13	2,43	0,70	0,87	27,88	12,38	34,27
Ribeirão Preto	30,53	29,85	24,57	19,40	13,68	10,99	15,64	12,30	3,34	2,69	0,65	1,32	39,63	6,85	36,85
Rio Claro	31,25	28,78	24,37	19,63	13,38	11,30	16,18	13,78	2,40	2,08	0,32	1,80	74,81	7,77	48,32
Santo André	29,94	28,30	23,39	18,99	13,10	10,78	15,69	13,20	2,50	2,32	0,18	1,14	45,76	4,19	30,10
Santos	25,93	24,24	19,62	16,75	10,86	9,55	12,79	11,21	1,58	1,31	0,27	1,86	117,38	10,50	59,09
São Bernardo do Campo	33,04	30,71	25,92	20,74	14,14	11,73	17,33	13,93	3,39	2,41	0,98	1,42	41,79	2,99	31,57
São Caetano do Sul	24,28	23,20	17,88	15,23	10,46	8,74	15,73	13,69	2,04	1,72	0,32	0,82	40,23	33,10	61,36
São Carlos	31,27	28,52	24,06	19,42	13,38	11,03	15,63	13,08	2,56	2,35	0,21	1,81	70,71	5,72	45,63
São José do Rio Preto	29,36	27,75	22,90	18,07	12,94	10,20	14,29	11,34	2,95	2,74	0,21	1,67	56,72	11,02	50,33
São José dos Campos	35,94	33,77	27,53	21,77	15,11	12,39	17,17	13,37	3,80	2,72	1,08	1,53	40,14	2,10	31,40
São Paulo	29,96	28,60	24,85	20,76	13,13	11,81	16,09	13,86	2,23	1,32	0,91	0,94	42,23	8,46	30,17
São Vicente	34,27	31,58	27,07	22,64	14,25	12,90	17,42	14,41	3,01	1,35	1,66	0,94	31,27	4,29	23,01

Sorocaba	32,40	31,35	26,76	21,06	14,59	12,26	16,91	14,55	2,36	2,34	0,02	1,29	54,70	5,96	34,33
Suzano	38,12	34,79	30,81	24,90	16,18	14,59	19,29	18,03	1,26	1,58	-0,32	0,94	74,63	1,89	19,55
Taubaté	35,04	31,58	26,18	21,26	14,21	12,13	16,57	14,45	2,12	2,07	0,05	2,20	103,97	4,71	49,70
Cascavel	41,21	34,70	30,08	22,73	16,31	12,95	18,24	14,75	3,49	3,36	0,13	0,75	21,38	4,53	19,74
Curitiba	32,77	29,60	24,88	19,98	13,44	11,33	15,77	13,86	1,91	2,11	-0,20	1,04	54,49	11,09	35,68
Foz do Iguaçu	42,62	37,44	32,71	25,45	17,34	14,54	19,95	17,14	2,82	2,81	0,01	0,91	32,18	0,59	15,67
Guarapuava	41,18	35,69	31,60	25,43	16,40	14,75	18,83	17,93	0,90	1,65	-0,75	0,86	95,78	3,69	20,28
Londrina	34,88	31,12	26,01	20,78	14,18	11,79	16,47	13,49	2,98	2,39	0,59	0,35	11,81	9,81	19,90
Maringá	33,40	29,73	24,51	18,63	13,89	10,51	15,62	12,40	3,21	3,38	-0,16	0,79	24,54	16,07	37,20
Ponta Grossa	36,06	32,81	29,29	24,57	15,40	13,98	17,45	16,65	0,80	1,42	-0,62	0,49	61,41	5,92	16,42
Blumenau	32,36	30,18	25,74	19,91	14,11	11,50	18,00	12,89	5,11	2,61	2,50	0,84	16,41	19,10	43,95
Criciúma	36,23	33,99	28,32	20,98	16,01	12,03	18,75	13,37	5,38	3,97	1,41	1,47	27,38	9,46	42,15
Florianópolis	32,06	29,54	23,87	17,90	13,29	10,30	16,68	11,52	5,16	2,99	2,16	0,83	16,10	14,53	39,23
Joinville	36,20	33,06	27,80	21,69	15,27	12,34	17,59	13,54	4,05	2,93	1,13	1,53	37,64	3,85	33,85
Lages	39,32	33,59	29,44	23,11	15,88	13,49	18,66	15,26	3,40	2,39	1,01	1,57	46,26	12,15	47,77
Bagé	30,19	29,64	26,62	21,86	14,22	12,81	16,97	14,77	2,20	1,40	0,79	0,74	33,47	1,39	17,30
Canoas	32,00	31,66	27,24	22,38	14,50	12,83	17,83	15,31	2,52	1,67	0,85	0,43	17,20	2,76	11,89
Caxias do Sul	29,58	29,30	25,19	20,10	13,76	11,32	15,93	12,92	3,01	2,44	0,57	0,96	31,72	0,18	19,61
Gravataí	34,71	33,25	28,06	23,02	14,86	13,34	17,96	15,15	2,81	1,51	1,30	0,22	7,72	0,65	5,04
Novo Hamburgo	30,71	30,68	27,38	21,38	14,57	12,52	16,11	14,73	1,38	2,05	-0,67	0,64	45,92	2,01	16,07
Passo Fundo	33,30	32,08	27,10	21,31	14,76	12,18	17,24	13,98	3,26	2,59	0,67	1,18	36,23	0,92	24,22
Pelotas	29,42	28,40	24,82	19,84	13,25	11,74	17,25	14,08	3,16	1,52	1,65	0,42	13,16	3,00	13,68
Porto Alegre	27,09	26,94	23,05	18,75	12,31	10,86	16,04	12,94	3,10	1,45	1,66	1,07	34,49	4,25	29,90
Rio Grande	29,27	29,33	25,77	21,44	13,73	12,54	17,66	14,04	3,63	1,19	2,44	0,28	7,72	0,45	6,35
Santa Maria	30,35	29,02	24,86	19,68	13,46	11,38	16,15	12,92	3,24	2,08	1,16	0,57	17,56	1,60	14,63
Viamão	35,53	32,99	29,34	24,48	15,09	14,51	17,41	16,98	0,43	0,58	-0,14	0,25	57,62	0,02	4,57
Média	34,10	31,12	26,31	21,19	14,24	12,19	17,55	14,27	3,28	2,04	1,24	0,97	50,50	5,94	27,41
Desvio Padrão	3,95	2,91	2,64	2,19	1,27	1,29	1,96	1,67	1,47	0,73	1,28	0,45	26,67	5,87	14,06
Tendência de Variação sobre Censo Anterior		Baixa	Baixa	Baixa		Baixa		Baixa	>0	>0	>0	>0	<100		Alta
Exceções		1	0	0		0		0	0	0	13		5		0

Fonte: Censos INEP (2000 e 2010) e Censos IBGE (2000 e 2010)

TABELA A.8 – Taxa de fecundidade total 2000 (método direto x método indireto); idade média da fecundidade e taxa específica de fecundidade do grupo etário de 15 a 19 anos (evolução de 1980 a 2009)

Município	TFT 200 (Comparação Método Direto X Indireto)			Idade Média da Fecundidade				TEF Grupo Etário 15-19 anos			
	Direto	Indireto	Direto / Indireto	1980	1991	2000	2009	1980	1991	2000	2009
Belo Horizonte	1,79	1,70	1,051	29,03	27,71	27,33	28,35	0,224	0,228	0,278	0,200
Contagem	2,03	1,99	1,020	28,92	26,95	27,20	27,68	0,303	0,337	0,290	0,202
Divinópolis	1,84	2,04	0,902	29,72	27,58	27,18	28,19	0,235	0,246	0,230	0,168
Governador	1,98	2,06	0,962	29,09	27,35	26,08	26,90	0,264	0,319	0,382	0,260
Ipatinga	1,85	2,08	0,888	28,75	27,60	27,09	27,70	0,404	0,268	0,286	0,204
Juiz de Fora	1,83	1,74	1,055	28,88	27,61	26,87	27,82	0,192	0,265	0,319	0,212
Montes Claros	2,11	2,14	0,986	29,13	26,87	26,31	27,24	0,322	0,351	0,361	0,249
Sete Lagoas	1,82	1,97	0,925	29,93	27,24	26,81	27,42	0,252	0,322	0,279	0,222
Teófilo Otoni	2,09	2,48	0,844	29,99	27,53	26,74	26,25	0,256	0,337	0,336	0,345
Uberaba	1,60	1,78	0,899	27,76	25,84	25,59	26,84	0,336	0,384	0,402	0,252
Uberlândia	1,78	1,92	0,924	26,86	25,55	25,70	26,86	0,330	0,369	0,406	0,240
Cachoeiro de	2,13	2,05	1,040	28,67	27,98	25,94	26,83	0,311	0,363	0,404	0,276
Cariacica	2,23	2,22	1,005	28,82	26,94	25,91	26,34	0,366	0,440	0,447	0,343
Colatina	1,88	1,79	1,046	28,77	26,80	25,66	26,63	0,379	0,354	0,359	0,222
Linhares	2,26	2,22	1,017	29,12	26,36	25,14	26,20	0,482	0,471	0,461	0,354
Vila Velha	1,86	1,88	0,989	28,47	27,09	26,44	27,22	0,284	0,278	0,302	0,250
Vitória	1,74	1,67	1,042	28,50	27,24	27,01	27,99	0,261	0,259	0,302	0,223
Barra Mansa	1,89	2,00	0,944	27,92	26,73	26,38	26,53	0,359	0,313	0,355	0,263
Campos dos	2,20	2,22	0,995	28,70	27,96	26,33	26,55	0,352	0,345	0,389	0,317
Duque de Caxias	2,31	2,39	0,967	27,88	26,57	26,51	26,20	0,424	0,393	0,447	0,351
Itaboraí	2,30	2,28	1,011	27,31	25,96	25,37	25,49	0,512	0,483	0,477	0,374
Magé	2,24	2,38	0,941	28,14	26,33	25,54	26,08	0,481	0,496	0,529	0,338
Nilópolis	2,01	1,98	1,017	28,68	26,49	26,80	26,68	0,205	0,272	0,362	0,296
Niterói	1,82	1,62	1,127	27,67	27,08	26,95	27,66	0,242	0,224	0,289	0,251
Nova Friburgo	1,91	1,86	1,028	27,17	25,65	26,65	27,06	0,358	0,353	0,326	0,257
Petrópolis	2,12	2,05	1,034	27,90	27,10	26,56	27,20	0,308	0,380	0,322	0,253
Rio de Janeiro	1,94	1,84	1,053	27,87	27,12	26,89	27,10	0,233	0,256	0,332	0,284
São Gonçalo	1,86	1,90	0,982	27,59	26,04	25,67	26,18	0,337	0,327	0,406	0,262
São João de	2,12	2,25	0,942	27,85	26,34	26,59	26,19	0,376	0,365	0,422	0,332
Volta Redonda	1,93	2,00	0,965	27,69	26,83	25,92	27,10	0,247	0,280	0,354	0,227
Americana	1,72	2,06	0,834	27,40	26,15	27,52	27,83	0,292	0,303	0,280	0,180
Araçatuba	1,63	1,72	0,948	26,65	25,12	25,54	26,74	0,386	0,367	0,377	0,256
Araraquara	1,55	1,85	0,842	27,14	25,17	26,03	27,46	0,360	0,457	0,333	0,192
Bauru	1,82	2,14	0,848	27,08	26,19	26,03	27,03	0,381	0,436	0,386	0,252
Campinas	1,76	1,81	0,972	27,16	26,45	26,72	27,58	0,344	0,302	0,304	0,236
Carapicuíba	2,05	2,03	1,007	28,31	26,69	26,45	27,00	0,436	0,400	0,397	0,318
Diadema	2,29	2,14	1,072	28,08	26,75	26,74	27,08	0,479	0,359	0,342	0,299
Franca	2,11	2,32	0,909	28,38	26,80	26,92	27,49	0,277	0,356	0,362	0,249
Guarujá	2,25	2,22	1,015	27,91	25,99	26,30	26,58	0,430	0,510	0,443	0,342
Guarulhos	2,23	2,17	1,032	28,08	26,58	26,54	27,23	0,373	0,364	0,402	0,293
Jacareí	2,03	2,15	0,943	27,94	26,77	26,76	27,09	0,393	0,357	0,358	0,275
Jundiaí	1,86	1,93	0,963	27,59	26,28	27,12	27,75	0,303	0,307	0,281	0,230
Limeira	1,84	1,98	0,928	28,04	26,87	26,24	27,18	0,360	0,345	0,375	0,232
Marília	1,76	2,07	0,850	28,03	27,28	26,70	27,61	0,338	0,323	0,273	0,200
Mauá	2,24	2,18	1,023	28,29	26,92	26,84	27,19	0,391	0,254	0,367	0,239
Mogi das Cruzes	2,20	2,18	1,010	28,52	27,15	26,31	26,98	0,370	0,301	0,435	0,306
Osasco	2,10	1,97	1,064	27,75	26,72	26,40	27,45	0,367	0,328	0,378	0,263

Piracicaba	1,86	1,99	0,935	27,77	26,69	26,11	27,10	0,314	0,338	0,359	0,258
Presidente	1,80	1,70	1,059	27,39	26,59	25,95	27,70	0,351	0,325	0,350	0,210
Ribeirão Preto	1,73	1,86	0,931	28,31	26,50	27,17	27,87	0,258	0,309	0,336	0,201
Rio Claro	1,69	1,96	0,861	27,64	26,97	26,03	27,13	0,346	0,345	0,406	0,245
Santo André	1,90	1,76	1,082	27,71	26,93	26,85	27,95	0,256	0,254	0,284	0,213
Santos	1,71	1,57	1,086	27,85	27,28	27,29	28,17	0,224	0,217	0,238	0,200
São Bernardo	1,90	1,98	0,959	27,63	26,82	27,32	27,77	0,340	0,273	0,299	0,226
São Caetano do	1,52	1,49	1,021	28,03	27,60	28,56	28,93	0,140	0,103	0,116	0,130
São Carlos	1,71	1,92	0,889	27,64	26,03	26,33	27,58	0,378	0,380	0,338	0,225
São José do Rio	1,56	1,79	0,873	26,49	26,29	26,62	27,31	0,333	0,381	0,265	0,222
São José dos	2,01	2,03	0,989	28,20	26,97	26,48	27,42	0,355	0,358	0,343	0,241
São Paulo	2,06	1,88	1,093	27,99	27,40	27,09	27,70	0,268	0,253	0,304	0,263
São Vicente	2,04	2,31	0,883	27,66	26,36	26,53	26,99	0,359	0,404	0,380	0,295
Sorocaba	1,98	2,15	0,924	28,38	26,72	26,81	27,42	0,305	0,351	0,354	0,222
Suzano	2,41	2,53	0,951	27,93	26,65	26,64	26,72	0,402	0,396	0,407	0,305
Taubaté	1,94	2,21	0,878	28,36	26,54	27,26	27,31	0,361	0,376	0,320	0,249
Cascavel	2,03	2,32	0,877	27,93	26,34	26,62	26,92	0,430	0,398	0,375	0,282
Curitiba	1,89	1,80	1,055	27,62	26,62	26,68	27,66	0,311	0,324	0,339	0,247
Foz do Iguaçu	2,48	2,66	0,932	28,00	26,23	26,40	26,78	0,594	0,483	0,554	0,329
Guarapuava	2,59	2,55	1,016	29,12	27,35	25,55	26,43	0,485	0,437	0,654	0,377
Londrina	1,94	1,99	0,975	27,75	26,85	26,71	27,50	0,370	0,289	0,348	0,243
Maringá	1,62	1,73	0,938	27,34	26,54	26,87	28,23	0,333	0,269	0,285	0,167
Ponta Grossa	2,42	2,36	1,025	27,81	26,79	26,40	26,73	0,438	0,398	0,449	0,358
Blumenau	1,83	1,83	0,997	27,90	27,08	26,77	27,82	0,284	0,322	0,228	0,205
Criciúma	1,89	2,09	0,906	28,82	26,66	26,63	27,27	0,359	0,414	0,366	0,244
Florianópolis	1,69	1,76	0,961	28,14	27,62	27,16	28,07	0,264	0,296	0,311	0,209
Joinville	2,02	2,04	0,989	27,79	27,07	26,33	27,45	0,392	0,374	0,353	0,243
Lages	2,11	2,42	0,873	28,59	27,15	26,38	26,67	0,399	0,407	0,432	0,328
Bagé	2,25	2,22	1,015	28,71	27,42	26,28	27,27	0,277	0,308	0,530	0,279
Canoas	2,24	2,28	0,980	27,73	27,36	26,29	27,31	0,348	0,378	0,449	0,292
Caxias do Sul	1,86	2,03	0,916	28,40	27,15	27,38	27,96	0,230	0,363	0,293	0,229
Gravataí	2,22	2,38	0,932	27,97	26,33	27,41	27,30	0,415	0,374	0,399	0,253
Novo Hamburgo	1,91	2,18	0,876	28,11	27,09	27,02	27,62	0,284	0,422	0,382	0,234
Passo Fundo	2,08	2,03	1,023	28,65	26,68	26,26	27,53	0,335	0,417	0,385	0,276
Pelotas	2,12	2,18	0,970	27,79	27,76	27,53	27,39	0,308	0,316	0,310	0,250
Porto Alegre	1,95	1,79	1,087	27,89	27,68	27,07	27,94	0,277	0,277	0,342	0,258
Rio Grande	2,20	2,56	0,858	27,56	27,49	27,38	26,78	0,370	0,332	0,395	0,308
Santa Maria	1,94	2,10	0,925	29,02	26,94	27,82	28,00	0,232	0,397	0,314	0,237
Viamão	2,35	2,72	0,866	27,36	26,71	26,94	27,05	0,446	0,494	0,505	0,317
Mínimo	1,52	1,49	0,834	26,49	25,12	25,14	25,49	0,140	0,103	0,116	0,130
Média	1,98	2,05	0,968	28,09	26,81	26,60	27,24	0,338	0,345	0,361	0,259
Máximo	2,59	2,72	1,127	29,99	27,98	28,56	28,93	0,594	0,510	0,654	0,377
Desvio Padrão	0,23	0,25	0,070	0,67	0,58	0,59	0,60	0,079	0,071	0,078	0,050
D.Padrão/Média	0,11	0,12	0,072	0,024	0,022	0,022	0,022	0,232	0,207	0,216	0,195
Ocorrências Direto > Indireto	32										
Tendência de variação sobre Censo anterior				Baixa	Baixa	Alta			Alta	Alta	Baixa
Exceções à Tendência				0	29	7			42	30	2

Fonte: Nascidos Vivos: SINASC/DATASUS/Ministério da Saúde
População por grupo etário em 2000: Fundação IBGE (2000)
População por grupo etário em 2009: Fundação IBGE (2010) (dados do universo). População rejuvenescida em um ano mediante o uso da Tábua de Mortalidade Completa do IBGE para Mulheres 2009.